

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS (CCHB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DIEGO DE MORAIS BENEGAS

**VAMOS PEDIR UM DELIVERY?
MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E A PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO DOS ENTREGADORES DE PLATAFORMA NA CIDADE DE
SOROCABA**

DIEGO DE MORAIS BENEGAS

**VAMOS PEDIR UM DELIVERY?
MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E A PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO DOS ENTREGADORES DE PLATAFORMA NA CIDADE DE
SOROCABA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado de Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Biológicas da Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, como requisito a obtenção de título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof^o Dr^o Carlos Henrique Costa da Silva

Coorientador: Prof^o Dr^o Fabio Tozi

Sorocaba

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

BENEGAS, Diego

Vamos pedir um delivery? Meio técnico-científico-informacional e a precarização do trabalho dos entregadores de plataforma na cidade de Sorocaba / Diego BENEGAS -- 2023.
117f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Henrique Costa da Silva
Banca Examinadora: Prof. Dr. Fabio Tozi, Prof. Dr. Gilberto Cunha Franca, Profa. Dra. Tatiane Marina Pinto de Godoy
Bibliografia

1. Plataformização do trabalho. 2. Meio técnico-científico-informacional. 3. Entregadores. I. BENEGAS, Diego. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Diego de Moraes Benegas, realizada em 24/04/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Carlos Henrique Costa da Silva (UFSCar)

Prof. Dr. Fabio Tozi (UFMG)

Prof. Dr. Gilberto Cunha Franca (UFSCar)

Profa. Dra. Tatiane Marina Pinto de Godoy (UFSJ)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Roberto, à minha mãe Sonia, à minha irmã Natalia, à minha querida esposa Nathana e ao meu amado filho Gabriel.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de começar os agradecimentos pela minha família que me deram toda a base para que eu pudesse chegar a esse momento tão importante em minha vida.

Meus queridos pais Roberto e Sonia que me ensinaram ao seu jeito, os princípios basilares contidos nesta dissertação. A minha irmã Natalia, que apesar de ciumenta é uma pessoa extremamente bondosa e amorosa.

A minha linda esposa Nathana que em vários momentos ao longo desses dois anos de pesquisa, acabou por ficar muitas vezes sozinha com o meu filho Gabriel, levando-o dar uma (várias) volta no parquinho para que eu pudesse focar na leitura e escrita dessa dissertação, já que dois terços dessa pesquisa foi escrita naquele infernal apartamento de 48 m².

Aos meus orientadores Rico e Fabio que apesar da distância ocasionada pela pandemia me deram todo o suporte, compartilhando textos, ideias, oportunidades de publicação que me oportunizaram chegar onde estou.

Ao meu querido primo Douglas (*in memorian*) que era um irmão para mim e faz uma falta danada. Tenho certeza que no final da defesa iria me obrigar a tomar umas brejas para comemorar. Pode deixar que irei fazer isso!

Ao meu amado primo Elton que ao longo desses dois anos me chamou inúmeras vezes para tomar umas e degustar seu delicioso churrasco e algumas, com dor no coração tive que recusar, para terminar essa pesquisa. Agora estarei mais presente!

Aos Bros que inúmeras vezes tiraram minha concentração com as figurinhas, fotos e os mais engraçados títulos naquele grupo maravilhoso. Sem falar das bebedeiras presenciais.

Aos meus queridos amigos do *CEC Undergrunge* por estarmos juntos (na maioria das vezes virtualmente) compartilhando fatos, notícias e angústias na luta contra o governo nefasto que se instaurou no Brasil em 2018.

As minhas queridas amigas Renata e Kelly que me ajudaram na correção ortográfica dessa dissertação e mais do que isso, duas queridas que guardo um grande carinho e admiração.

A todos os meus colegas de trabalho pelas escolas que passei ao longo de 15 anos de magistério e é claro aos meus queridos alunos, em especial as turmas que

lecionei no ano de 2019 e 2020 que vibraram e torciam por mim, quanto iniciei a minha empreitada na UFSCar. Todos de alguma forma deram sua contribuição e um pedacinho deles estão aqui nesse texto.

Aos colegas egressos no PPGGEO UFSCar-Sorocaba de 2020 por compartilhar as angústias e desafios de cursar o mestrado praticamente on-line.

A todos os professores e colegas que passaram pela minha formação, em especial aos docentes da UFSCar Sorocaba que fizeram de tudo para ministrar suas disciplinas de forma on-line durante a pandemia de COVID-19. Não é nada fácil para lecionar olhando para a tela de um computador sem poder interagir com seus alunos. Fica aqui minha admiração e agradecimento à classe.

Dói ter que trabalhar com fome carregando comida nas costas.
Paulo Galo

BENEGAS, D. Vamos pedir um delivery? Meio técnico-científico-informacional e a precarização do trabalho dos entregadores de plataforma na cidade de Sorocaba
Dissertação (Mestre em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos,
campus Sorocaba, Sorocaba, 2023.

RESUMO

Essa dissertação irá se debruçar na tentativa de compreender como o conceito de meio técnico-científico-informacional e o surgimento da Indústria 4.0 se relacionam com a precarização do trabalho dos entregadores de plataformas de *delivery* em Sorocaba. Para a realização da pesquisa, foram selecionados entregadores que compõem uma categoria chamada *shopper*, que compõe uma diferenciada categoria de entregadores de alimentos, caracterizados por selecionar produtos nas gondolas de supermercados, realizam o pagamento dos itens para depois concretizar a entrega. As entrevistas possibilitaram compreender como o processo de globalização é fundamental para que as plataformas de *delivery* se utilizem do território para a geração de valor. Para tanto, a leitura que Ludmila Costhek Abilio faz do trabalho plataformizado que relaciona a informalidade, trabalho sobre demanda e os mecanismos de controle em consonância com a teoria do valor desenvolvida por Ricardo Antunes foi fundamental para esclarecer a precarização do trabalho dos entregadores de plataforma em Sorocaba. O aporte teórico desses pensadores permitiu compreender como a expansão do setor de serviços se manifesta no território, bem como constitui uma nova etapa do conceito de meio técnico-científico-informacional idealizada pelo geógrafo Milton Santos.

Palavras chaves: Globalização, meio técnico-científico-informacional, território, teoria do valor, entregadores de plataforma.

RESUMEN

Esta disertación se centrará en tratar de comprender cómo el concepto de entorno tecno-científico-informativo y el surgimiento de la Industria 4.0 están relacionados con la precariedad del trabajo de los repartidores de plataformas de entrega en Sorocaba. Para llevar a cabo la investigación se seleccionaron repartidores que conforman una categoría denominada *shopper*, la cual conforma una categoría diferenciada de repartidores de alimentos, caracterizados por seleccionar productos de los anaqueles de los supermercados, pagar los artículos y luego entregarlos. Las entrevistas permitieron comprender cómo el proceso de globalización es fundamental para que las plataformas de delivery utilicen el territorio para generar valor. En ese sentido, la lectura de Ludmila Costhek Abilio del trabajo de plataforma que relaciona la informalidad, el trabajo a pedido y los mecanismos de control en línea con la teoría del valor desarrollada por Ricardo Antunes fue fundamental para esclarecer la precariedad del trabajo de los repartidores de plataforma en Sorocaba. El aporte teórico de estos pensadores permitió comprender cómo se manifiesta la expansión del sector servicios en el territorio, además de constituir una nueva etapa en el concepto de entorno técnico-científico-informativo idealizado por el geógrafo Milton Santos.

Palabras clave: Globalización, entorno tecno-científico-informativo, territorio, teoría del valor, repartidores de plataforma.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. MEIO TÉCNICO-CIÊNTÍFICO-INFORMACIONAL E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO: O PERCURSO PARA A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO 17	
1.1. TAYLORISMO-FORDISMO: TÉCNICA E PRODUTIVIDADE	17
1.2. O TOYOTISMO E O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE PLATAFORMA.....	27
2. CONTRIBUIÇÕES DE MILTON SANTOS PARA O ENTENDIMENTO USO DO TERRITÓRIO POR PLATAFORMAS DE DELIVERY NA CIDADE DE SOROCABA	39
2.1. GLOBALIZAÇÃO E AS PLATAFORMAS DE <i>DELIVERY</i>	39
2.2. O USO DO TERRITÓRIO PELAS PLATAFORMAS DE DELIVERY NA CIDADE DE SOROCABA	45
3. O SETOR DE SERVIÇOS E A INDÚSTRIA 4.0: CONFIGURAÇÕES DA PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO DOS ENTREGADORES	62
3.1. A EXTRAÇÃO DO MAIS-VALOR NO SETOR DE SERVIÇOS E SUA RELAÇÃO COM A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO	62
3.2. TRABALHO SOBRE DEMANDA E A INFORMALIDADE DOS ENTREGADORES DE PLATAFORMA.....	79
3.3. A PANDEMIA DE COVID-19 E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA DOS ENTREGADORES	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

No início dos anos 2000, na cidade de Sorocaba, não era permitido que alunos de cursos de licenciatura exercessem a função de professor, isto é, ministrassem aulas, ainda que em escolas públicas. Sendo assim, para custear as mensalidades da universidade, foi necessário trabalhar como entregador em uma pizzaria. Tal experiência possibilitou vivenciar desafios, perigos e prazeres de circular pela cidade em cima de uma motocicleta, realizando entregas de mercadorias. Conciliados aos estudos, foram dois longos anos de trabalho árduo, que cessaram quando recebi o certificado de conclusão de curso.

Agora, a situação enfrentada entre os anos de 2005 e 2006 motiva a realização desta pesquisa, que tem por objetivo problematizar a expansão desse tipo de trabalho que, a partir do uso intensivo de tecnologias de informação, comunicação e inteligência artificial, sofre diferentes maneiras de exploração laboral. Melhor explicando, um fenômeno recentemente alicerçado pela captura das práticas cotidianas dos consumidores por grandes agentes hegemônicos que, de maneira contundente, impuseram o uso dos *smartphones* como elemento central para um novo ciclo de acumulação e expansão do capital nesta segunda década do século XXI.

A partir disso, o termo uberização começou a se difundir devido à popularização da plataforma de transportes Uber¹, de uso/conhecimento mundial, cuja origem transformou e impactou diversos setores econômicos, expandiu outros e, ainda, com o intuito de “facilitar” a vida humana, permitiu a criação de novas atividades por meio de aplicativos criados para os sistemas operacionais de *smartphones*. Porém, no plano da vida cotidiana, os rebatimentos no mundo material, sobretudo no meio digital, abriram caminho para discutir renovadas estratégias de precarização do trabalho.

Em 2020, no transcorrer dos debates da disciplina “Comércio e Consumo na Produção da Cidade”, ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Costa da Silva, no período inicial da Pandemia da COVID-19, a experiência vivida no passado sobressaiu como possibilidade de pesquisa. Acompanhar a confusão e a falta de direcionamento de políticas públicas do Governo Federal com os protocolos sanitários como uso de máscaras, distanciamento social, cuidados básicos de higiene para a população em geral e a indicação de medicamentos sem a eficácia cientificamente comprovada, além de desacreditar a população para a utilização de uma possível vacina, forçaram

¹ Empresa de tecnologia de transporte de passageiros e delivery, criada para se tornar uma alternativa ao transporte urbano solidificado, como os Táxis

os estados por conta própria decretar o início do *lockdown*, já que neste momento não existia vacina e o Ministério da Saúde não promoveu um alinhamento claro com as Secretarias Estaduais de Saúde como proceder em relação aos efeitos da pandemia no Brasil.

Nesse sentido, as aulas desta disciplina foram realizadas remotamente através de encontros síncronos pela plataforma Google Meet e assíncronos através do Google sala de aula. Nessa plataforma, o professor Carlos Henrique pediu para alimentarmos o fórum com notícias relacionando o comércio e o consumo com a pandemia para que pudéssemos discutir sobre o assunto. Dentre vários impactos ocasionados pela pandemia, surgiram postagens relacionadas ao processo de intensificação de precarização do trabalho dos entregadores de plataforma que foram, assim como tantos outros profissionais, afetados pela falta de clareza e assertividade na condução dos desdobramentos da pandemia promovida pelo Governo Federal.

Ocasionado pela pandemia, um dos efeitos diretos do distanciamento social foi o aumento exponencial do uso do *delivery* como meio de compras através de grandes portais de entregas, ou plataformas que agregavam vários estabelecimentos comerciais e de serviços sob uma única empresa, como IFood e Rappi, por exemplo. Essa alteração na dinâmica de compras intensificou o processo degradante de precarização do trabalho dos entregadores de plataforma, cujas relações de trabalho ficaram à margem do mercado, sem efetiva intervenção do Estado, e também serviu como inspiração para o desenvolvimento desta pesquisa.

Nesta dissertação, denominamos plataformização do trabalho a transferência da responsabilidade dos estabelecimentos comerciais e de serviços conectados aos consumidores por meio de plataformas digitais como o Ifood e Rappi, diretamente para trabalhadores cadastrados, que acabam assumindo o risco da execução do *delivery* e recaem na precarização do próprio ofício. Mais especificamente, a dissertação terá como foco as relações de trabalho plataformizadas na cidade de Sorocaba.

Gerada pelos avanços tecnológicos no processo de globalização, a sensação de encurtamento da relação espaço-tempo permite analisar como as plataformas de *delivery* atuam para alcançar otimização do deslocamento no espaço urbano, buscando demonstrar para o consumidor final a rapidez e eficiência do seu serviço de entrega.

Segundo Santos (1994), o capitalismo globalizado surge a partir dos anos de 1970 com a constituição de um meio técnico-científico-informacional trazendo a

técnica, a ciência e a informação como critérios para periodizar a história humana. Assim, com o advento da internet, a produção e a circulação da informação ganham centralidade para a reprodução do modo de produção. Com isso, plataformização do trabalho vem ganhando destaque na última década, como mecanismo para ampliar as estratégias dos grandes agentes hegemônicos de acumulação.

Entendemos que as plataformas de *delivery* vendem a ideia de que o entregador é um empreendedor², seu próprio patrão, dono do meio de produção. Contudo, na prática o entregador é explorado pelas plataformas, pois trabalha em péssimas condições. É importante salientar que ao atrelar as condições de trabalho dos entregadores de plataforma ao processo de globalização a partir de uma leitura histórico-dialética, possibilitam pensar em possibilidades de mudança, já que as contradições contatadas pela materialidade apresentada, podem transformar o trabalhador a partir do momento que ele se torne consciente daquelas condições que os marginalizam.

Conforme o que, até aqui, foi citado, o objetivo desta pesquisa se concentra em analisar a precarização do trabalho dos entregadores de plataforma que trabalham na cidade de Sorocaba por meio do materialismo histórico-dialético. Para tanto, essa dissertação se debruçará em compreender as transformações dos processos de produção, bem como as formas de exploração da classe trabalhadora pelo capital ao longo da história. Nesse sentido, ao abordar a consolidação processo de globalização no espaço geográfico, foi possível explicitar como a utilização de tecnologias de informação, no caso, empresas de plataforma de *delivery*, usam o território, transformam a organização do trabalho, circulação e consumo, bem como alteram a percepção do tempo e do espaço.

Além disso, tendo em vista que plataformas como Rappi e Ifood contribuem para a hipótese de que os entregadores a elas vinculados fazem parte de um segmento específico de trabalhadores precarizados por meio das mesmas plataformas, atreladas aos avanços tecnológicos trazidos pela expansão indústria 4.0, impactam diretamente na construção de uma nova tendência de precarização do trabalho. Para tanto é necessário responder às seguintes perguntas:

² É bom salientar que o capitalismo neoliberal coloca como ideal de sucesso o trabalhador empreendedor. Essa ideologia não está restrita a empresas de plataforma de *delivery*.

1. Quem é esse entregador?
2. Como a globalização e o meio técnico-científico-informacional influenciam no gerenciamento das atividades desses entregadores?
3. Qual a relação do território, controle da informação pelas plataformas de *delivery* por meio de *smartphones*?
4. Qual é a relação do setor de serviços e a informalidade no processo de plataformização do trabalho?

Ao que tudo indica, respondendo a essas questões, este trabalho contribui para a construção de novas perspectivas sobre a temática da plataformização do trabalho pelo âmbito da Geografia, pois, com base no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), até o momento, foram elaboradas 17 dissertações e 10 teses com a temática da plataformização do trabalho, sendo Sociologia, Ciências da Comunicação e Direito as principais áreas de concentração. Até então, não foi encontrado na base do CAPES nenhum trabalho em nível de mestrado e/ou doutorado relacionado à temática na área da Geografia.

Esta dissertação será constituída em três capítulos. Intitulado: “Meio técnico-científico-informacional e o processo de acumulação: o percurso para a plataformização do trabalho”, o primeiro capítulo recuperará os conceitos que edificam o meio técnico-científico-informacional, além de esclarecer o modo como o conceito fundamenta a consolidação da globalização, permitindo fazer a leitura do *delivery* como ferramenta que conecta consumidores e comerciantes de maneira rápida e o transformando em mecanismo para a precarização do trabalho.

No segundo capítulo, “Contribuições de Milton Santos para o entendimento do uso do território por plataformas de *delivery* na cidade de Sorocaba”, aborda a globalização e a reestruturação da economia mundial alavancada pela denominada indústria 4.0 e que subsidia grande parte das ações estratégicas das plataformas de *delivery* e seus impactos no território. Esse capítulo discute o uso do território da cidade de Sorocaba pelas plataformas Ifood e Rappi. Para tanto, é necessário compreender o que é o *delivery* e a maneira pela qual suas transformações e tecnologias de informação impactam o território por meio da circulação eficiente de mercadorias, como também seus impactos no trabalho do entregador de plataforma. Neste capítulo, foi utilizada a pesquisa empírica para que, através da percepção dos

entregadores, seja possível debater a reestruturação do espaço-tempo e o controle do território pelas plataformas.

Por fim, o terceiro capítulo, “O setor de serviços e a Indústria 4.0: configurações da plataformização do trabalho dos entregadores”, apresenta a pesquisa empírica e aborda a plataformização do trabalho dos entregadores na prática. Traz também o levantamento e a análise bibliográfica sob a perspectiva de Ricardo Antunes e Ludmila Costhek Abílio esclarecendo como o setor de serviços e a informalidade, em meio à pandemia de COVID-19, contemplam a plataformização do trabalho. Para tanto, as entrevistas forneceram a discussão da prática dos entregadores por meio das plataformas Ifood e Rappi, predominantes na cidade de Sorocaba permitiram a análise crítica das relações de trabalho por meio dessas plataformas e seus os caminhos de conscientização e resistência.

1. MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO: O PERCURSO PARA A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO

1.1. TAYLORISMO-FORDISMO: TÉCNICA E PRODUTIVIDADE

Segundo Milton Santos (2006), as mudanças tecnológicas trazem novos paradigmas, ou seja, uma nova forma de ver, viver e sentir dada realidade. Seu pensamento visionário ilumina a compreensão do mundo atual a partir da Geografia e das Ciências Humanas, pois sua obra alcança envergadura que nos permite refletir sobre o espaço social e suas contradições. Sua teoria permite compreender que a precarização do trabalho é um condicionante para a consolidação do processo de globalização trazendo impactos no território. Seus desdobramentos serão explorados nesta dissertação, pois acreditamos que a plataformização do trabalho se revela como tendência na perspectiva da expansão do meio técnico-científico-informacional. Para tanto, é necessário compreender a centralidade do conceito de técnica na obra de Milton Santos.

Segundo Santos (2006, p. 16) “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. Neste sentido, como a técnica é inerente ao homem, ela produz transformações locais e, assim, é necessário pensar em uma escala maior, pois suas transformações começam a extrapolar a escala local, fazendo-se necessário rever o espaço geográfico. A técnica é elemento fundamental para interpretar as transformações do espaço geográfico, já que é a partir dela que o homem produz a materialidade com capacidade de criar e possibilitar as condições necessárias que garantam sua sobrevivência em um determinado ambiente, concretizando assim o que se chama de espaço geográfico.

Segundo Milton Santos, (2006, p.125) “o movimento de unificação³, que corresponde à própria natureza do capitalismo, se acelera, para hoje alcançar o seu ápice, com a predominância, em toda parte, de um único sistema técnico, base material da globalização”. Nesse sentido, a globalização organiza espaços geográficos para que se integrem de maneira dinâmica, fortalecendo sua produtividade, objetivando acumulação sistêmica de capital.

³ O movimento de unicidade converge ganhos em escala de maneira sistêmica na produção, distribuição, na circulação e na comercialização. Nesse sentido, a unicidade globalizada do capitalismo interfere na natureza através das tecnologias, como, por exemplo, as plataformas de delivery. Por ser hegemônica, atualmente as plataformas comandam o delivery no mundo globalizado.

Para tanto, é importante salientar que as técnicas são formas de intervenção do homem na natureza, portanto é por meio das técnicas que se constrói o espaço geográfico. Para Milton Santos, (2006, p. 112) “o papel que as técnicas alcançaram, através da máquina, na produção da história mundial, a partir da Revolução Industrial, faz desse momento um marco definitivo”. Nessa perspectiva, o sistema produtivo de trabalho caracterizado pela primeira revolução industrial traz um trabalhador a frente do processo produtivo que utiliza as habilidades humanas para a produção de mercadorias. Nesse ponto, deve-se frisar que as técnicas não são oriundas da Revolução Industrial, mas sim da criatividade do homem para criar ferramentas que as utilizam para intervir no meio natural, a fim de criar condições adequadas para a sua subsistência, criando assim, espaços geográficos.

Para abordar relações de trabalho no mundo contemporâneo, é preciso retornar ao período da primeira Revolução Industrial, época em que os objetos técnicos desenvolvidos se atrelaram à história da classe operária.

A história da classe operária na Inglaterra inicia-se na segunda metade do século passado, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar o algodão. Tais invenções, como se sabe, desencadearam uma revolução industrial que, simultaneamente, transformou a sociedade burguesa em seu conjunto - revolução cujo significado histórico só agora começa a ser reconhecido. A Inglaterra constitui o terreno clássico dessa revolução, que foi tanto mais grandiosa quanto mais silenciosamente se realizou. É por isso que a Inglaterra é também o país clássico para o desenvolvimento do principal resultado dessa revolução: o proletariado. Somente na Inglaterra o proletariado pode ser estudado em todos os seus aspectos e relações (ENGELS, 2010, p. 45).

A observação sistemática de Engels (2010) sobre o surgimento do proletariado, permite compreender os aspectos históricos do modo de produção capitalista, já que o trabalhador passa a ser deslocado pela máquina, permitindo que as técnicas desenvolvidas nesse período possibilitem um salto significativo em relação à produtividade. Neste contexto, Hobsbawm (2000) explica que o aumento da produtividade não acompanhou necessariamente o aumento do consumo dos trabalhadores das fábricas. Para tanto, os índices sociais do período, como desemprego e consumo, materializam a precarização do trabalho em várias cidades inglesas.

Em Bradford, mesmo em janeiro de 1843, “muitos dos mais respeitáveis tinham há muito tempo empenhado os seus relógios e outros valores, e foram incapazes de resgatá-los; e as roupas empenhadas agora raramente são resgatadas”. Em Stockport o desemprego montava a 50 por cento (...) O efeito dessas depressões sobre o consumo felizmente pode ser medido. Ele foi profundo. Na sala Vauxhall de Liverpool os ganhos totais tinham sido

reduzidos à metade desde 1835, o consumo de carne tinha sido reduzido à metade, o consumo de pão havia continuado estável, o consumo de farinha de aveia havia dobrado, o consumo de batata havia subido mais de um terço (HOBSBAWM, 2000, p. 96-97).

É possível perceber que ocorre uma grande variação no consumo de alimentos por parte da classe trabalhadora no período da primeira Revolução Industrial, porém Hobsbawm (2000) alerta que na Inglaterra foi possível tomar o consumo de carne como critério do padrão de vida.

Há as estimativas gerais nas quais Gregory King (citado na English Social History de Trevelyan (ed 1946, p. 276) é o primeiro a nos interessar. Elas afirmam que metade das famílias pobres no fim do século dezessete comia carne diariamente, a maior parte do restante comia-a duas vezes por semana, e só os pobres uma vez por semana. (...) Para o século dezoito a evidência mais impressionante vem das 70 e tantas dietas prescritas dos asilos de velhos no State of the Poor de Eden, já que a dieta dos pobres é obviamente elaborada para o tipo menos próspero e exigente de trabalhador. Sessenta destas dietas prescritas serviam carne três vezes por semana ou mais, quinze de cinco a sete vezes por semana. Quando são dadas as quantidades, elas são algumas vezes surpreendentemente altas — 226,8 gramas por refeição por pessoa (HOBSBAWM, 2000, p. 118).

Os dados levantados por Hobsbawm (2000) demonstram que os trabalhadores urbanos ganhavam muito pouco e foram obrigados a aumentar o consumo de outros alimentos, como a farinha de aveia e a batata, pelo fato de não ganharem o suficiente para consumir carne. Essa contribuição materializa a condição de vida dos trabalhadores ingleses é corroborada por Thomaz Junior (2009) que alerta:

A fome, definitivamente, está associada ao elevado patamar de pobreza da população, isto é, à renda, à capacidade de consumo. (...) o problema da fome não é, primordialmente, uma questão de oferta, mas, essencialmente, de demanda, tendo em vista a enorme desigualdade existente e a conseqüente marginalização e pobreza de grande parte da população (THOMAS JUNIOR, 2009, p. 167).

Ao relacionar a renda com a capacidade de consumo, Thomaz Junior (2009) evidencia que as condições econômicas do trabalhador influenciam na escolha do produto a ser consumido, explicando assim os apontamentos de Hobsbawm (2000) sobre a diminuição do consumo de carne pelo proletário inglês do século XVIII. Nesse sentido, é no mínimo plausível afirmar que apesar do aumento da produtividade das fábricas no período da primeira Revolução Industrial, não se reverte necessariamente em emprego e renda, haja visto que nesse período ocorreram diversos movimentos operários que evidenciam a precarização do trabalhador naquele sistema de trabalho vigente na época. O movimento Ludista ilustra como o trabalhador enxergou as condições precarizantes do trabalho nesse momento histórico.

As ações de protesto contra as máquinas inventadas para economizar mão de obra já vinham acontecendo na Inglaterra há muito tempo. Mas foi em 1811 que explodiu uma forma mais radical de protesto, o movimento Ludista (nome derivado de Ned Ludd, que teria sido um dos líderes). Os ludistas invadiam as fábricas e destruíam a maquinaria, que não só tirava o trabalho dos artesãos como impunha aos operários condições desumanas de trabalho. Os integrantes do movimento sofreram dura repressão e foram condenados à prisão, a deportação e até a forca. Alguns anos depois, os operários ingleses adotaram métodos mais eficazes de luta (FIGUEIRA, 2005, p. 196).

O apontamento de Figueira (2005) sobre o movimento Ludista demonstra como os trabalhadores se organizam no sentido de tentar superar a condição marginalizada em que se encontravam e ao mesmo tempo explicita uma percepção de que a máquina aumentou o desemprego e produziu as condições precarizantes de trabalho da época. Nesse ponto, para materializar as suas aspirações, o capitalismo industrial consegue aumentar a capacidade de intervenção humana na natureza para a criação do espaço geográfico. Milton Santos (2006) afirma que a Revolução Industrial trouxe consigo um potencial inventivo tecnológico que teve a capacidade de potencializar o poder humano, sendo assim esse período se diferencia dos demais períodos de desenvolvimento da técnica e da tecnologia.

A divisão do tempo histórico posterior à revolução industrial é maioritariamente tripartite. A história da industrialização deve ser lida segundo três marcas: "em primeiro lugar, o estabelecimento de métodos fabris da manufatura; em segundo lugar, a introdução da produção de massa, e em terceiro lugar o desenvolvimento de sistemas baseados nos computadores, no controle e nas comunicações, em resumo, na automação" (SANTOS, 2006, p. 112).

Nesse ponto, Santos (2006) alerta que a Revolução Industrial fomentada pelo capitalismo acelerou o desenvolvimento tecnológico em que a máquina, ou seja, esse objeto técnico capaz de intensificar o poder humano eleva a produção a um patamar que a humanidade jamais alcançou em relação aos demais períodos de desenvolvimento da técnica, reconhecendo o grande impacto nas formas de entender a tecnologia.

A nova revolução técnica-científica que reabasteceu o acervo de possibilidades tecnológicas tinha um caráter consciente e proposital amplamente ausente na antiga. Em vez de inovação espontânea, indiretamente suscitada pelos processos sociais de produção, veio o progresso planejado da tecnologia e progresso de produção. (BRAVERMAN, 1981, p. 146).

Braverman (1981) elucida que ciência através do capital se torna uma mercadoria e para tanto a Revolução Industrial transforma a ciência através das tecnologias em capital, conseqüentemente a Revolução Industrial modificou o

trabalhador e suas formas de organização, pois ao atrelar o capitalismo às técnicas, o salto qualitativo que se dá nesse meio produtivo vem através de objetos técnicos, como as máquinas. Com a gradativa industrialização dos países europeus, dos Estados Unidos e do Japão, o espaço geográfico foi se alterando com a introdução da locomotiva e do trem a vapor, que dinamizaram a relação espaço-tempo, alterando a velocidade, distância dos lugares e unicidade revelando a potencialidade do progresso técnico.

Cada nova técnica não apenas conduz a uma nova percepção do tempo. Ela também obriga a um novo uso do tempo, a uma obediência cada vez mais estrita ao relógio, a um rigor de comportamento adaptado ao novo ritmo. Veja-se o exemplo das estradas de ferro. Na França, antes de sua introdução, cada localidade tinha sua própria hora. Para permitir a operação combinada das linhas, a ferrovia obriga à instalação de um horário unificado. A história das técnicas é, realmente, a história da convergência dos momentos e a partir da estrada de ferro esse processo de unificação marcha a galope (SANTOS, 2006, p. 121).

Dessa forma, Santos (2006) contribui para o entendimento dos desdobramentos da Revolução Industrial, pois a noção de tempo advinda desse objeto técnico tem a capacidade de novas possibilidades para o capital para o qual o controle do tempo contribui para que o movimento de unicidade se globalize e permite a ampliação do controle do tempo em vários pontos, dentre eles o controle do trabalho.

Nesse sentido, a compreensão da divisão de trabalho fabril gera um ganho em escala, aumentando a produtividade por meio de controle dos processos de produção. A produção de massa desenvolve métodos próprios para acelerar a organização interna das fábricas através das linhas de produção, dessa forma o espaço da fábrica ganha fluidez e acelera o tempo de produção. Por fim o controle pela automação, quando a mão de obra humana é gradativamente retirada desses espaços de produção e substituída por sistemas computadorizados capazes de dar um salto produtivo em comparação aos períodos anteriores.

A Revolução Industrial permitiu grande movimentação no espaço geográfico, posteriormente seus efeitos puderam ser percebidos através do movimento de unicidade técnica e de tempo em diversas partes do globo. De forma integrada o capital se apropria desses objetos para ganho de produtividade.

Nos séculos XIX e XX, o sistema capitalista e os processos de industrialização no mundo se consolidaram. O movimento de implementação da tecnologia no sentido de aumentar a demanda da produção e conseqüentemente o lucro se tornou pilar importante da sociedade capitalista. Nessa perspectiva, a indústria automobilística,

através de Henry Ford, introduziu o que se conhece por fordismo⁴. A racionalização da produção implementada por Ford, dentre vários pontos, era suscitar nos trabalhadores de suas fábricas o espírito do consumo, visando o aumento de lucro possibilitado pela produção em massa. É importante destacar que o princípio fordista não fica restrito apenas a uma dinâmica produtiva, dando indícios de se inserir no keynesianismo. Nas palavras de Gramsci (2001, p. 256) é criar “um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”.

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2004, p. 121).

Com essa nova dinâmica, a divisão da produção ganha destaque e a linha de montagem com esteira rolante permite que cada trabalhador execute uma determinada função específica por conta dessa racionalização da produção, dessa forma a padronização e a produção em larga escala são implementadas. Nesse sentido, o espaço geográfico de dentro da fábrica ganha fluidez e o modelo taylorista-fordista inverte o sistema produtivo anterior, destituindo o controle de produção da mão do trabalhador e passando para as máquinas o processo produtivo.

Ao fragmentar profundamente as tarefas e as habilidades de trabalho, expurgando assim a habilidade da força de trabalho, de forma a minimizar, e até anular, o poder de controle dos trabalhadores e se lhe possam designar as tarefas fragmentadas a alguma maquinaria à qual os trabalhadores se fixem como meros apêndices. Ao mesmo tempo, a questão da intensidade pode ser em parte administrada por meio de dispositivos instrumentais, como a linha de montagem veloz, que – junto com a maioria dos métodos e técnicas organizacionais industriais exploradores, como o taylorismo – força os trabalhadores a aplicar suas energias até a exaustão (acelerada pela extrema monotonia das detalhistas tarefas executadas); e, em parte, pela compulsão econômica e/ou política imposta ao trabalho, sob o domínio do capital, pela regulamentação da extração de trabalho excedente (MÉSZAROS, 2011, p. 977).

Sendo assim, os trabalhadores se tornam secundários nesse processo de produção, responsáveis apenas por um sistema de vigilância e controle verticalizados, trazendo consigo uma grande mudança qualitativa da gestão do trabalho. No

⁴ Em Condição pós-moderna, David Harvey explica que a data inicial do fordismo é por volta de 1914, quando Henry Ford introduziu uma jornada de trabalho de 8 horas diárias e o pagamento de cinco dólares para os trabalhadores de sua nova linha de montagem que trazia inovações tecnológicas e organizacionais de produção.

taylorismo-fordismo essa lógica é intensificada através da fragmentação e simplificação do trabalho. Em potência o trabalho é humanizador, porém, nesse sentido, a taylorização elimina quase toda essa potência humanizante advinda do trabalho.

A expressão “consciência do objetivo” pode parecer pelo menos espirituosa a quem recordar a frase de Taylor sobre o “gorila amestrado”. Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal (GRAMSCI, 2001, p. 272).

Ao dizer que os trabalhadores deveriam ser um pouco mais que gorilas amestrados, Taylor parte do pressuposto da separação do trabalho manual e o trabalho intelectual, ou seja, o trabalho, o trabalho da execução e o trabalho da concepção. A partir do ponto que você simplifica o trabalho através da repetição, não se exige qualificação. Na indústria automobilista fordista, o trabalhador exerce um trabalho simplificado e repetitivo como apertar parafusos, o que era assimilado rapidamente pela mão de obra iniciante e não exigia conhecimento técnico, tão pouco científico. Segundo Antunes, (2001 p. 37), “esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades”.

Sendo assim, a linha de produção se impõe, juntamente com a sistematização de controle oferecida pelo taylorismo, para extrair do trabalhador apenas o esforço mínimo por meio de uma instrumentação exógena ao processo de trabalho até então de maneira que houvesse um regramento no tempo e no espaço fabril, com base na divisão técnica de trabalho, colocando um basta ao conhecimento operário do artesão. Nessa perspectiva, o trabalho fragmentado e fragilizado desconsidera a inteligência do trabalhador no ato de produzir, já que a máquina protagoniza o processo produtivo de tal maneira que o trabalhador se torna um apêndice da máquina, o que intensifica o processo de alienação do trabalho e seu estranhamento.

Para tanto, a dialética do trabalho vivo com o trabalho morto, tem muito do conhecimento operário ao trabalho morto em que esse conhecimento mortificado se volta contra o próprio trabalhador, seja na maquinofatura. Nesse ponto, o taylorismo é o primeiro movimento de sistematização de controle do processo de trabalho, que foi incorporado pelo sistema fordista, inaugurando o processo de produção em massa.

Ao padronizar os produtos e fabricá-los em larga escala, de modo a reduzir os custos de produção pelo aumento do consumo, o taylorismo-fordismo objetivou a fragmentação do saber dos trabalhadores, diminuindo seu poder sobre a produção, de forma que o trabalho passou a ser controlado de maneira gerencial. Quando a forma de controle de trabalho taylorista-fordista alcançou patamares globais de crescimento das relações capitalistas, através da universalização, processo típico desse tipo de sistema, originou-se uma crise oriunda da perversidade dos componentes contraditórios do sistema capitalista. Essa crise foi decisiva para escancarar a precarização do trabalho e o aumento da miséria, colocando em xeque esse modelo de produção.

Podemos, a meu ver, referir muitas das mudanças superficiais do comportamento econômico e das atitudes políticas a uma simples mudança de equilíbrio entre sistemas fordistas e não fordistas de controle do trabalho associada com a imposição de uma dada disciplina aos primeiros, seja através da competição com estes últimos (reestruturações e racionalizações forçadas), do desemprego disseminado ou de repressão política (empecilhos ao poder sindical) e deslocamentos geográficos para países ou regiões "periféricos" e de volta aos centros industriais, num movimento de "serra" de desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2004, p. 179).

Nesse ponto, ao falar da plataforma do trabalho, é importante compreender como a denominada indústria 4.0⁵ traz consigo um novo sistema de informação utilizado por plataformas de *delivery*. Esse novo sistema de informação está alterando de forma significativa o mundo do trabalho, pois levanta observações e questionamentos acerca das relações de exploração do trabalho entre as empresas de plataforma, com os chamados "colaboradores".

Esse tipo de modelo de negócio é caracterizado pelo uso da tecnologia, impulsionado pela popularização dos *smartphones*, que facilitam a relação do consumidor com o colaborador de uma dessas empresas de plataforma. Nesse sentido, a globalização ganha grande destaque, principalmente pelo avanço tecnológico das telecomunicações e pela transformação do mercado. O avanço tecnológico está em consonância com o neoliberalismo que sustenta a flexibilização de leis trabalhistas, que por sua vez incorre na precarização do trabalho, o que dificulta o acesso do trabalhador aos sindicatos que atuam no sentido de melhorar suas

⁵ O termo indústria 4.0 foi cunhado na Feira Anual de Hannover em 2011, na Alemanha. É um conceito que a automação, as tecnologias da informação, a inteligência artificial e a computação em nuvem são englobadas em um novo modelo produtivo.

condições de trabalho. Portanto, deve-se discutir essas relações de trabalho no mundo globalizado, a fim de compreender a relação da plataformização, informalidade e o trabalho dos entregadores *shopper* no contexto do neoliberalismo.

As virtuosas reivindicações de especialização flexível nos processos de trabalho e de flexibilização dos contratos de trabalho puderam tornar-se partes da retórica neoliberal capazes de ser persuasivas para trabalhadores individuais, particularmente aqueles que haviam sido excluídos dos benefícios monopolistas que a forte sindicalização às vezes trazia. Uma maior liberdade em geral e a liberdade de ação no mercado de trabalho podiam ser louvadas como uma virtude tanto para o capital como para o trabalho, e também nesse caso não foi difícil integrar valores neoliberais ao "senso comum" de boa parte da força de trabalho (HARVEY, 2008 p. 63).

O "senso comum" citado por Harvey (2008) pode ser relacionado ao discurso do empreendedorismo difundido por empresas típicas da indústria 4.0 como as plataformas Ifood e Rappi, predominantes do setor de *delivery* na cidade de Sorocaba que apresentam uma característica em comum: Não tratam o entregador como funcionário, mas como colaborador. É importante estabelecer que nas plataformas de *delivery*, o colaborador é visto como um prestador de serviços, ou seja, o "entregador empreendedor" é responsável por conectar o local de venda com o local de consumo e garantir a integridade do pedido, pontualidade, justificar eventuais atrasos, esperar o consumidor vir retirar o pedido e se responsabilizar por quaisquer eventualidades que ocorram no percurso entre mercadoria e cliente. As empresas de plataformas se eximem dessas responsabilidades do serviço de maneira evidente, ainda que haja canais de atendimento por meio das plataformas que se dispõem a ouvir os consumidores e resolver eventuais problemas.

Quando entram em cena os enxugamentos, as reestruturações, as "inovações tecnológicas da indústria 4.0", enfim, as reorganizações comandadas pelos que fazem a "gestão de pessoas" e pelos que formulam as tecnologias do capital, o que temos é mais precarização, mais informalidade, mais subemprego, mais desemprego, mais trabalhadores intermitentes, mais eliminação de postos de trabalho, menos pessoas trabalhando com os direitos preservados. Para tentar "amenizar" esse flagelo, propaga-se em todo canto um novo subterfúgio: o "empreendedorismo", no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será (ANTUNES, 2018, p.50).

Essa característica elencada por Antunes (2018) leva a reflexões relevantes para esta dissertação. O entregador de plataforma de *delivery* pode ser considerado como uma nova tendência de precarização do trabalho? Esse tipo de modelo de negócio caracterizado pelo uso de tecnologias de informação e popularização dos smartphones, facilita a assimilação da ideologia empreendedora do século XXI? Esses questionamentos podem ser respondidos a partir do entendimento de que o

capitalismo funciona como sistema, ou seja, um conjunto de partes integradas que tem como objetivo a maximização de seu movimento, do ponto de vista macro, o capitalismo enxerga o mundo como um conjunto integrado, produzindo movimento direcionado a potencialização do lucro.

1.2. O TOYOTISMO E O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE PLATAFORMA

A partir dos anos 1970, com o achatamento dos lucros de grandes empresas globais e o aumento de produção acima da capacidade social de consumo, juntamente com a crise de gestão do Estado, o sistema capitalista impõe uma nova forma de flexibilização das relações de trabalho e produção, já que o modelo de produção taylorista-fordista foi capaz de se fortalecer e frutificar no início do século XX. Nesse modelo, o Estado pós-crise de 1929 e fortemente após a Segunda Guerra Mundial, servia como apaziguador das relações de trabalho e o indutor do desenvolvimento através do Estado de bem-estar social.

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistema de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor "monopolista"). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora - o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972 (HARVEY, 2004, p.135).

Desse modo, quando o toyotismo é associado à crise do sistema taylorista-fordista, é importante salientar que as mudanças desse sistema produtivo, não está somente na gestão estratégica das empresas, mas no conjunto de ações do capital que associado de forma contundente às novas orientações da gestão dos estados nacionais, ultrapassam as plantas fabris, alcançando as dimensões de espacialização e mundialização do capital.

A partir dessas mudanças, há recombinação dos novos conglomerados e mais do que isso, um conjunto de ações que foram sendo consubstanciadas e consolidadas em nível da organização dos estados nacionais, trazendo consigo uma concepção neoliberal de sociedade, o que culminou no desmonte das conquistas historicamente protagonizadas pelos trabalhadores.

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Ensaia-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os "processos de qualidade total" são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui, em

várias partes, o padrão taylorismo- fordismo. novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ANTUNES, 2009, p.206).

Nesse ponto, é necessário localizar os instrumentos de gestão e controle no trabalho utilizados historicamente pelo capital, pois é por meio desses instrumentos que podemos compreender o sujeito social, seus papéis políticos no trabalho, o que pode ser entendido pelo conceito de centralidade do trabalho, de maneira que o posicionamento crítico ao capital em seus diversos níveis é geograficamente definido. Segundo Santos, (2006, p. 156) “a história do meio geográfico pode ser grosseiramente dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico, o meio técnico-científico-informacional”.

Nesse sentido, o meio técnico é caracterizado pelo processo taylorista-fordista e se diferencia do meio técnico-científico, pois essa etapa não investiu na divisão técnica do trabalho, mas objetivou igualar o padrão técnico dos trabalhadores. Aplicou-se aí a regra dos expedientes da polivalência, fazendo com que os trabalhadores não se sentissem predominantes para a decisão, ocupando importância através dos consentimentos construídos através de consensos, todavia, impostos através da coerção, invertendo a equação imposta pelo taylorismo-fordismo, trazendo uma mudança qualitativa do controle centralizado do toyotismo.

Dessa forma, foi necessário o desmonte de toda a estrutura organizativa e de representação política dos trabalhadores nas fábricas e, através desse expediente, o sistema toyotista destruiu a organização de fábrica dos trabalhadores. Esses procedimentos diferenciados do toyotismo em relação ao taylorismo-fordismo, enquanto estratégia e aparato técnico e combinação de expedientes técnicos e de gestão, se fazem presentes no mundo do trabalho atual.

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2004, p. 143).

Para tanto, a discussão desses processos nos traz a possibilidade de estabelecer conexões com o neoliberalismo em sua fase atual e o fato de os trabalhadores serem absolutamente tragados e envolvidos nesses processos. A partir desse ponto, o meio técnico-científico-informacional é uma resposta às novas exigências do desenvolvimento do capitalismo para repor o processo de produção, de

acumulação e reprodução do capital diferentemente daquilo que ocorria até então diante do fracasso do modelo taylorista-fordista em meados dos anos 1970.

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico científico-informacional (SANTOS, 2006, p. 159).

Para compreender esse período, a ciência se funde com a técnica, ou seja, se a técnica é a forma de intervenção do homem na natureza para produzir materialidade, sistemas de objetos, sistemas de ação, comportamentos, cultura através do trabalho, o meio técnico-científico-informacional é implementado através de investimentos em tecnologia com base no desenvolvimento da microeletrônica, computadores, robotização, sendo que esses aparatos tecnológicos são ingredientes do toyotismo.

O meio de vida do homem, seu entorno, não é mais o que ainda alguns decênios, geógrafos, sociólogos e historiadores chamaram de meio técnico. O meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação. [...] O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais (SANTOS, 2013, p. 41).

As TICs (tecnologias da informação e comunicação) demonstram que esse processo é um fenômeno ligado à globalização, ou seja, o atendimento de demandas em escala mundial com objetivos pré-definidos, portanto globalizados, de maneira a fazer com que as empresas através do capital, enquanto relação social hegemônica, dominem a sociedade e não somente determinadas fábricas.

É importante salientar que esse aparato tecnológico esteve e está à disposição das empresas, em essência de natureza informacional e imaterial marca o trabalho como recurso particular na perversidade da globalização. Nessa perspectiva, as combinações nessas diferentes formas no processo de trabalho é o que vai nos ajudar a entender o mundo contemporâneo. No sistema *just-in-time*, o trabalhador racionaliza e planeja suas ações pensando que ele é o sujeito do processo produtivo e que tem poder de decisão. O trabalhador continua sendo sujeito, no entanto, o sistema de produção toyotista objetiva a extração de trabalho não pago e, de maneira genérica, a exploração de trabalho, de forma que os trabalhadores deixam de ser sujeitos e passam a ser objetos. Essa metamorfose nos ajuda a entender os processos de intensificação de trabalho, novas formas de gestão e controle e suas combinações.

A concepção *just in time* contrapõe-se ao *just in case*. Este último associa-se aos padrões fordistas taylorizados que pressupunham: grandes lotes de produtos (produção em massa); movimentos rápidos (a eficiência é medida pela rapidez dos movimentos singulares); estoques intermediários como recurso para maximizar o rendimento da máquina e do trabalhador; a fábrica é organizada em “seções fixas” com máquinas similares (tornos, fresas, montagem). No *just in time* a produção é organizada através de pressupostos distintos: o tamanho ideal do lote (quanto menor melhor) de produtos é igual à necessidade volátil do mercado; a eficiência é medida pela sincronia dos movimentos (rapidez além do necessário ou otimizações isoladas são perdas); o *lay-out* da fábrica é remodelado em pequenas células independentes (FRANZOI, 1997, p. 137).

O meio técnico-científico-informacional é impulsionado pelo aquecimento da produção capitalista implicando em novas formas de produção e trabalho. A intensificação do ritmo de trabalho se multiplica na mesma unidade de tempo para atender um ritmo de trabalho intensificado e planejado previamente pelas fábricas. O efeito perverso desse trabalho intensificado no sistema toyotista se dá de várias formas, pois esse sistema se interpõe entre e sobre os trabalhadores de maneira a estabelecer uma competição objetiva e ideológica sobre os trabalhadores. Ao mesmo tempo o trabalhador não tem nenhum fiscal, ganhando uma conotação de autogestão ideológica e material de seu trabalho.

Sob o toyotismo, a eficácia do conjunto do sistema não é mais garantida pela rapidez da operação do operário individual em seu posto de trabalho, tal como no fordismo, mas, pela integração, ou engajamento estimulado, da equipe de trabalho com o processo de produção. O que pressupõe, portanto, incrementar a manipulação através da supervisão e do controle operário, exercido pelos próprios operários – o que dispensa a “[...] presença física de uma burocracia de enquadramento especialmente formada e paga para se consagrar a tarefas de controle, de medida e de avaliação da conformidade dos trabalhos efetuados em relação aos objetivos determinados (CORIAT, 1994, p.95).

Nessa perspectiva, Braverman (1981) ao fazer análise da degradação do trabalho pelo capitalismo monopolista, aponta que após a Segunda Guerra Mundial, percebeu-se um paradigma do toyotismo e degradação trazendo uma contribuição embora muito questionada à época, pois ele afirma que não é somente no plano fabril que o processo de taylorização traz mudanças: o setor de serviços também será duramente atingido pela maquificação.

Tornaram-se de seu interesse como capitalista quando ele começou a pagar pessoas para efetuar serviços como atividade lucrativa, como parte de seu negócio, como forma de produção do modo capitalista. E isso só começou em larga escala com a era do capitalismo monopolista que criou o mercado universal e transformou em mercadoria toda forma de atividade do ser humano, inclusive o que até então as pessoas faziam para si mesmas e não para outras pessoas. Com isso começou a atitude modificada do capitalista quanto a prestação de serviços, modificação que pode ser percebida tanto em suas maciças aventuras no setor como um aspecto ideológico, na

mudança de opinião enquanto prestação de serviço por parte dos economistas (BRAVERMAN, 1981, p. 306).

Braverman (1981) não utiliza o termo automação, porém é perceptível o quanto atualmente o setor de serviços caminha rapidamente para a automação com os algoritmos e a inteligência artificial cumprindo muito bem essa função. Embora essa mudança vem sendo gestada na planta fabril ela vai espalhando-se para o setor de serviços, que em decorrência do dinamismo, permite mudanças rápidas e abruptas. Sua finalidade opõe a qualificação do trabalhador com a qualidade de trabalho.

No taylorismo, o sistema de fragmentação aprofunda a divisão técnica do trabalho, aparentemente exigindo maior qualificação para lidar com máquinas e procedimentos mais especializados, no entanto essas especializações significam uma simplificação do processo de trabalho e conseqüentemente a degradação do trabalho. A degradação de trabalho não significa condições mais aviltantes, mas de uma forma geral, as condições de trabalho se tornam degradadas, ou seja, o trabalho sobre a égide do capital se torna desumanizado.

O objetivo último do taylorismo na condição de modelo de organização do trabalho prevalece, enfim. Tendendo a submeter parte do campo da relação de serviço – particularmente aquela marcada pelo deslocamento, para a periferia do sistema, das atividades consideradas de baixo valor agregado. A utilização das tecnologias informacionais no sentido do enraizamento do controle sobre o trabalhador coletivo transforma-se em um imperativo tão mais vigoroso quanto necessário para diminuir os custos empresariais. O trabalho subjugado pelo fluxo informacional produz uma determinada experiência classista que, de fato, atesta como nenhuma taylorização dos conhecimentos originados na atividade prática do trabalhador coletivo. (BRAGA, 2007, p. 144).

Nesse ponto, Braga (2007) revela que o imperativo para o capital é destruir conhecimentos vinculado diretamente ao trabalho, sendo uma necessidade de formação social dos trabalhadores. A manipulação ideológica do capital traz a necessidade de se reinventar para atrair esses trabalhadores a fim de ampliar o lucro das empresas que adotam esse sistema de produção. É um misto de coerção e consentimento que pode ser percebido atualmente com o discurso do empreendedorismo das empresas de plataforma, tornando comum a ideia de trabalho autônomo e justificando-o com o caráter empreendedor.

Essa manipulação ideológica se liga necessariamente ao fato de que se os trabalhadores não aceitam essas condições, mas por não têm alternativa de trabalho, ou seja, um fator de realização pessoal. Nesse ponto, o que deve ser levado em

análise dentre outros fatores, é a construção de um discurso ideológico de autonomia e empreendedorismo defendido pelas plataformas de *delivery*.

“... a retirada violenta dos trabalhadores de suas condições anteriores e seu ajustamento as formas de trabalho projetado pelo capital é um processo básico no qual são desempenhados não pela manipulação ou bajulação, mas por condições e forças socioeconômicas” (BRAVERMAN, 1981, p. 129.).

Segundo Braverman (1981) os esforços manipulatórios não são determinantes absolutos para a aceitação das condições de trabalho das empresas de plataforma, ou seja, o discurso ideológico por si só não é determinante para adesão desse novo modelo de trabalho, de forma massiva a perversidade do processo de globalização através de grandes exércitos de reserva tira a alternativa dos trabalhadores que acabam adentrando a essa forma de trabalho plataformizado. Porém, por mais que a globalização tente eliminar e transformar o trabalho em mercadoria, o trabalho continua sendo exercido por sujeitos, com toda a sua potencialidade.

Compreenderam que “gorila amestrado” é uma frase, que o operário “infelizmente” continua homem e até mesmo que, durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado: e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas (GRAMSCI, 2001, p. 290).

Gramsci (2001) afirma que o trabalhador não fica completamente adestrado, pois a partir do momento que ele faz esse tipo de trabalho simplificado, automatizando os seus movimentos, ele não precisa pensar no seu trabalho, mas não deixa de ser um ser pensante, e aí se tem como ponto de reflexão suas frustrações e condições de trabalho.

A competição entre os trabalhadores que não é invisibilizada pelos próprios trabalhadores indica os efeitos perversos e predatórios desse sistema que marginaliza o trabalhador e que estabelece uma competição aberta entre eles. O trabalhador deve cumprir metas, ser polivalente, flexível, produzir por demanda evitando a criação de grandes estoques, exigindo de si mesmo e das empresas avanços informacionais. Os trabalhadores são obrigados a cumprir metas, das quais não podem haver perdas, pois em um ambiente competitivo quem não cumpre as metas ou não se enquadra nas rotinas é demitido. Portanto o desemprego não é apenas um desemprego aberto e conjuntural, é um desemprego sistêmico.

Nos últimos cinco séculos de desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a concorrência se estabelece como regra. Agora, a competitividade toma o lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de

compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o para tomar seu lugar. Os últimos anos do século XX foram emblemáticos, porque neles se realizaram grandes concentrações, grandes fusões, tanto na órbita da produção como na das finanças e da informação. Esse movimento marca um ápice do sistema capitalista, mas é também indicador do seu paroxismo, já que a identidade dos atores, até então mais ou menos visível, agora finalmente aparece aos olhos de todos (SANTOS, 2003, p. 46).

No espaço contraditório e perverso das mudanças no processo de trabalho, o meio técnico-científico-informacional iniciado pelo toyotismo, que introduziu novas tecnologias no que diz respeito a robótica e o *just-in-time*, pode ser associado a esse sistema de produção com as atuais plataformas de *delivery* e os algoritmos. Fazendo um paralelo com as plataformas, o entregador deve cumprir metas de aceitação de entregas, tempo de entrega das mercadorias, exigindo do trabalhador não apenas o ato da entrega, mas domínio sobre o funcionamento dos aplicativos e tecnologias atreladas a eles, demonstrando a flexibilidade e a polivalência do entregador.

A empresa determina o formato das avaliações sobre o trabalhador e como essas serão utilizadas no controle, produtividade e gerenciamento do trabalho. Entretanto, não é ela que executará essa tarefa de supervisão: terceiriza-a gratuitamente para o consumidor-usuário. Estabelece-se informalmente um padrão de qualidade que é definido por meio da cooperação dessa multidão de usuários dispostos – e também por vezes obrigados (para que possam continuar utilizando o serviço) – a definir o que é afinal o trabalho de qualidade. Há uma simbiose entre o trabalho uberizado, a empresa fetichizada como marca e o consumo que se realiza como supervisão do trabalho (ABÍLIO, 2020, p. 121).

Segundo Abílio (2020), os elementos atrelados ao controle de trabalho pelo consumo, demonstram um gerenciamento do trabalhador por meio dos algoritmos, quando os trabalhadores são obrigados a cumprir metas fiscalizados pelos algoritmos, pelos consumidores ou por eles mesmos, ou seja, quem não cumpre as metas de tempo, entregas e avaliações é simplesmente desligado das plataformas e não recebe mais pedidos; uma forma precarizada de “demissão”.

Nessa perspectiva, o meio técnico científico-informacional induz, mediante ao seu acoplamento ao sistema de gestão, além das práticas desenhadas nesse âmbito toyotista juntamente com as técnicas, um aparato sistêmico de ações a serem cumpridas. No entanto é importante salientar que esse processo não se resume a inovações tecnológicas e de gestão de processo, mas também a combinação da reorganização geracional e dos coletivos de trabalho nas empresas. Nessa perspectiva, os ajustes promovidos pelas empresas pelo viés toyotista forçam o trabalhador a se adaptar aos novos imperativos tecnológicos, mercadológicos e estratégicos desse modelo produtivo.

Segundo Antunes (2018, p. 59), “uberização, walmartização, intermitência, pejetização, esse será o léxico dominante no mundo do trabalho se a resistência e a confrontação não forem capazes de obstar o vigoroso processo de precarização estrutural do trabalho”. Nesse ponto, o conflito capital versus trabalho do ponto de vista estratégico e de controle não pode ser visto como imposições consensuais, ou seja, algo que os trabalhadores aceitam como algo inevitável, sem resistência.

Na escalada destrutiva das forças produtivas, se agravam as condições de trabalho da classe trabalhadora, já que para obter a extração perversa dos lucros acaba ressoando nos mais diferentes setores de atividade laboral. Esse processo expressa elementos constitutivos de práticas elaboradas por megacorporações que verbalizam rotinas de trabalho buscando garantir o processo crescente de acumulação e reprodução do capital na tentativa que a sociedade aceite o discurso fabular da globalização. Nesse ponto, o capital enquanto relação social induz esses discursos e o meio técnico-científico-informacional revela situações perversas que os trabalhadores passam nesse meio, demonstrando a degradação do trabalho construída pelo sistema toyotista.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2005, p. 127).

Segundo Harvey (2005), a acumulação flexível está ligada a momentos de crises, no caso, o modelo de produção fordista que foi superado pelo meio técnico-científico-informacional que necessita da expansão geográfica do capitalismo para geração de valor. Nessa perspectiva globalizada, o efeito da introdução das tecnologias de informação e o controle automatizado provenientes do toyotismo implicam no aumento de desemprego, pois as empresas passam a impor uma reestruturação no trabalho, que se torna mais flexível e nesse ponto, nos auxilia a compreender como as tecnologias construídas no meio técnico-científico-informacional são atualmente amplificadas nas empresas plataformizadas. Para tanto, não se deve dissociar dos objetivos perversos da globalização e do capital para o controle dos trabalhadores.

A implantação dessa forma perversa de exploração do trabalho traz impactos para a classe trabalhadora, já que sua atuação encontra uma realidade bem diferente,

pois o ambiente de trabalho está se alterando, ou seja, se reestruturado com diferentes formas de flexibilização nos salários através da participação de lucros, premiações por produtividade, criação de banco de horas, flexibilização da jornada de trabalho chegando ao ponto que o trabalhador flexibilizado se ajuste as especificidades das empresas, impactando diretamente no trabalho mas também na atuação dos sindicatos. Segundo Carvalho, (2002, p.5) “a crise do capital enseja a crise do trabalho, a prática política dos sindicatos é colocada em questão pela sua incapacidade de frear a degradação dos trabalhadores, o que necessariamente levanta a hipótese da falência de paradigmas teóricos do sindicalismo”. Fazendo um paralelo com a plataformização do trabalho pode ser vista através por meio de metas, desafios, premiações definidas pelas plataformas de *delivery* como estímulo e forma de uma remuneração variável, além é claro da falta de amparo aos entregadores plataformizados de um sindicato dos motociclistas.

Nessa perspectiva, é importante atrelar o avanço tecnológico nesse processo de perversidade. O meio técnico-científico-informacional se manifesta de forma intensificada a partir dos anos 1970 com o toyotismo e por consequência esse processo traz consigo além dos avanços tecnológicos a expansão e consolidação da globalização, transformando assim o espaço geográfico. A partir desse ponto, deve-se salientar que a tecnologia está comprometida com os anseios do capital e seu processo de acumulação e controle social por fazer parte das relações sociais e de poder. A partir do momento em que ocorre a consolidação do meio técnico-científico-informacional, que do ponto de vista técnico, tecnológico, de gestão e de ambientes de trabalho correspondem a um conjunto diverso de sistemas de organização e controle do trabalho que tem elementos taylorista-fordista de produção e controle do tempo e ao se sintonizarem temos impactos de grande magnitude nos trabalhadores no que diz respeito a perda da participação dos trabalhadores no processo produtivo, relacionado a forma de como o capital manipula e articula a técnica, tecnologia e sistema de controle. A partir do entendimento do conceito do meio técnico-científico-informacional é possível compreender a conciliação que se expressa no formato de gestão, de técnica, tecnologia.

Vale lembrar que o trabalho nas TICs é pautado por uma processualidade contraditória, uma vez que articula tecnologias do século XXI com condições de trabalho herdeiras do século XX. Do mesmo modo, combina estratégias de intensa emulação e envolvimento, ao modo da flexibilidade toyotizada, com técnicas gerenciais tayloristas-fordistas de controle sobre o trabalho prescrito (ANTUNES, 2018, p. 157).

A busca desse entendimento é importante para a compreensão dos fundamentos das decisões que o capital adota em consonância com as decisões adotadas pelos estados nacionais e seus desdobramentos que garantam a supremacia dos agentes hegemônicos de determinados países, blocos ou interesses econômicos e financeiros de grandes corporações. Recorrendo a Milton Santos e sua elucidação aos sistemas manipulatórios que impõem o regramento a crise sistêmica e estrutural do capital, conseguimos compreender os significados perversos da globalização no meio técnico-científico informacional.

A ação do sistema capitalista faz-se principalmente através das companhias transnacionais. Elas foram, durante muito tempo, consideradas como multinacionais, mas uma análise mais apurada de seu funcionamento permite verificar que estas não podem exercer suas ações e pressões sem o apoio decisivo dos respectivos Estados (SANTOS, 2004, p. 224).

Para tanto, a internacionalização do capital, enquanto projeto de globalização do modo de produção, impõe sobre os estados nacionais um achatamento de salários, contenção e controle de investimentos públicos, exigência de reformas e flexibilização de leis trabalhistas, impondo mudanças significativas no âmbito do trabalho em nome de solucionar a crise do capital.

Nesse sentido, a geografia nos auxilia a compreender as organizações e decisões que impactam diretamente nos conflitos e disputas territoriais, enfocando os desdobramentos desses diferentes componentes que habitam o cenário concreto do mundo do trabalho, sua relação com as tecnologias e a espacialidade desse processo nos auxiliam na compreensão das mudanças sociais, culturais e sua relação com o processo de mercadificação e seus impactos.

Dessa forma, o momento atual da plataformação do trabalho dos entregadores de *delivery* deve ser compreendido como consequência da globalização perversa e das mudanças tecnológicas promovidas pelo meio técnico-científico-informacional. Para tanto não há discussão da plataformação do trabalho sem a discussão do sujeito e nesse ponto é necessário identificar quem é esse entregador de plataforma do século XXI.

As novas figuras do mercado de trabalho, os novos fenômenos do empreendedorismo, cada vez mais se configuram em formas ocultas de trabalho assalariado, subordinado, precarizado, instável, trabalho "autônomo" de última geração, que mascara a dura realidade da redução do ciclo produtivo. na verdade, trata-se de uma nova marginalização social e não de um novo empresariado (VASAPOLLO, 2005, p.10).

Para tanto, deve-se salientar que o trabalhador não foi eliminado pelo meio técnico-científico-informacional, o que se tem é a expansão da plataformização do trabalho, entendido por Vasapollo (2005) como o novo proletariado do século XXI. A partir da perspectiva da centralidade do trabalho, a reformulação teórica da centralidade deve ser apontada, já que há um conjunto de ações que estão redefinindo profissões e aquilo que se entende ser trabalho. Nesse ponto, a teoria não pode prescindir da realidade e as críticas em relação a plataformização do trabalho, dentre outros fatores está o alinhamento das práticas neoliberais a inclusão marginal dos trabalhadores no mercado de trabalho digital.

Do ponto de vista da geografia, é importante ressaltar que ao pensar o contemporâneo e discutir a plataformização do trabalho e sua relação com as tecnologias da informação, surgem elementos que demonstram formas específicas de gestão e controle do trabalho. Essas formas de gestão e controle do trabalho não estão dissociadas das ações que o capital impõe à sociedade como um todo, e é claro aos trabalhadores na ascensão da globalização, portanto, fundamentada no neoliberalismo.

O capitalismo concorrencial buscou a unificação do planeta, mas apenas obteve uma unificação relativa, aprofundada sob o capitalismo monopolista graças aos progressos técnicos alcançados nos últimos dois séculos e possibilitando uma transição para a situação atual de neoliberalismo. Agora se pode, de alguma forma, falar numa vontade de unificação absoluta alicerçada na tirania do dinheiro e da informação produzindo em toda parte situações nas quais tudo, isto é, coisas, homens, ideias, comportamentos, relações, lugares, é atingido (SANTOS, 2003, p. 51).

Nessa perspectiva, deve-se entender a velocidade dessas informações geradas por pelas plataformas de *delivery* impactam no trabalho dos entregadores. A conjuntura neoliberal traz consigo mudanças do ponto de vista organizacional e produtivas do capital e seu ambiente normativo de trabalho. A hegemonia do capital manipula diferentes crises econômicas a seu favor, transformando-as em oportunidades para acumulação. Dessa forma, os trabalhadores também se tornam vítimas dessas armadilhas do mercado, já que dependem do trabalho para sobreviver.

Essas mudanças no mundo do trabalho que tem a ver com essa dimensão do capital e suas contradições, seu desenvolvimento do ponto de vista técnico organizacional, político, tanto na perspectiva do controle do trabalho como o controle dos Estados/Nações e suas relações internacionais, além da dimensão da compreensão do trabalhador enquanto classe e os diferentes mecanismos manipulatórios que interferem nesse processo de construção da consciência de

classe, culminam em uma perspectiva bastante desafiadora na qual a pesquisa deve tentar fazer a leitura desse movimento da plataformização do trabalho. A partir das contradições do capitalismo e do mercado de trabalho, foi analisado o presente cenário em que estão inseridos os entregadores de aplicativo na cidade de Sorocaba para possibilitar a compreensão das formas com as quais esses trabalhadores fazem resistência a todos esses limites impostos por empresas de plataforma.

2. CONTRIBUIÇÕES DE MILTON SANTOS PARA O ENTENDIMENTO USO DO TERRITÓRIO POR PLATAFORMAS DE DELIVERY NA CIDADE DE SOROCABA

2.1. GLOBALIZAÇÃO E AS PLATAFORMAS DE *DELIVERY*

A denominada plataformização do trabalho é um tema amplo, pois contém várias facetas dentro do mesmo modelo de negócio. Ao focar no âmbito do *delivery*, as plataformas como Rappi e Ifood, predominantes no serviço de entrega de mercadorias na cidade de Sorocaba, ao serem observadas de maneira simplista, se apresentam como instrumento de intermediação, conectando digitalmente estabelecimentos comerciais (restaurantes, supermercados, farmácias, pet shops, etc.) com o consumidor final. Para essa intermediação se faz necessário que o entregador cadastrado nessas plataformas, retire o pedido realizado pelo consumidor no estabelecimento comercial.

Nesse sentido, as plataformas de *delivery* não reconhecem o entregador como seu funcionário, ou seja, não existe uma relação formal de trabalho. Sem regulamentação, as plataformas de *delivery* propõem e difundem a noção de que o entregador desempenha uma função como trabalhador autônomo que pode organizar da maneira como lhe convier, o seu horário de trabalho. O trabalhador tem até mesmo a liberdade de ficar conectado à plataforma por uma quantidade de horas indeterminada para atingir uma meta de ganhos diários.

As empresas-aplicativo vêm se apresentando como mediadoras entre oferta e procura, negando a subordinação e vínculos empregatícios nessa intermediação. Parte de seu discurso se assenta em um retorno aos pilares do liberalismo: teríamos então agentes econômicos independentes que se encontram no mercado e exercem livremente suas potencialidades, o que levaria a um equilíbrio geral entre oferta e procura e à promoção do bem-estar geral. Ao mesmo tempo que se legitimam por discursos do desenvolvimento sustentável, da economia de acesso, da promoção de um mundo melhor, vêm monopolizando e reestruturando profundamente diferentes setores econômicos (ABÍLIO, 2019, p. 03).

Como frisada por Abílio (2019), nessa reestruturação, ao analisar as plataformas de *delivery*, os entregadores empreendedores ou colaboradores, na transferência da execução das entregas para esses trabalhadores cadastrados nessas empresas e ao analisar o território pela perspectiva de Milton Santos, nos possibilita compreender as transformações nos mecanismos e processos da produção e geração de riquezas e lucros. A atual etapa do sistema capitalista caracterizada pelo meio técnico-científico-informacional e o neoliberalismo, consolida o processo de globalização no território, o que nos permite fazer uma leitura dos impactos dessas

reestruturações econômicas e se as mesmas se relacionam com precarização do trabalho dos entregadores de *delivery* atuantes na cidade de Sorocaba.

O movimento para a racionalização da sociedade que marcou o século das luzes e o início da revolução industrial foi, pouco a pouco, ocupando todos os recantos da vida social e alcança, agora, um novo patamar, com o que podemos chamar de racionalização do espaço geográfico. (...) Essa nova etapa do processo secular de racionalização é essencialmente devida à emergência de um meio técnico-científico-informacional, que busca substituir o meio natural e o próprio meio técnico, produz os espaços da racionalidade e constitui o suporte das principais ações globalizadas (SANTOS, 2006, p. 225).

Nesse ponto, o meio técnico-científico-informacional é capaz de intensificar o poder humano que eleva a produção a um patamar que a humanidade jamais alcançou em relação aos períodos anteriores de desenvolvimento da técnica, reconhecendo o grande impacto nas formas de entender a tecnologia. Nesse ponto, ao falar da plataformização, é importante compreender como a denominada indústria 4.0 é um conceito no qual a automação, as tecnologias da informação, a inteligência artificial e a computação em nuvem são englobadas em um novo modelo produtivo, o que traz consigo um novo sistema de informação utilizado por plataformas de *delivery* que estão alterando de forma significativa o território e conseqüentemente o mundo do trabalho.

Da observação e o questionamento das relações de exploração do trabalho através da “uberização” com os chamados “colaboradores”, as plataformas de *delivery* são um tipo de modelo de negócio caracterizado pelo uso da tecnologia que foi impulsionado pela popularização dos *smartphones* que facilitam a relação do consumidor com o colaborador de uma dessas empresas de plataforma.

É por isso que o novo dicionário “corporativo” ressignifica o autêntico conteúdo das palavras, adulterando-as e tornando-as corriqueiras no dialeto empresarial: “colaboradores”, “parceiros”, “sinergia”, “resiliência”, “responsabilidade social”, “sustentabilidade”, “metas”. Quando entram em cena os enxugamentos, as reestruturações, as “inovações tecnológicas da indústria 4.0”, enfim, as reorganizações comandadas pelos que fazem a “gestão de pessoas” e pelos que formulam as tecnologias do capital, o que temos é mais precarização, mais informalidade, mais subemprego, mais desemprego, mais trabalhadores intermitentes, mais eliminação de postos de trabalho, menos pessoas trabalhando com os direitos preservados. Para tentar “amenizar” esse flagelo, propaga-se em todo canto um novo subterfúgio: o “empreendedorismo”, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será (ANTUNES, 2018, p. 50).

Nesse sentido, a globalização ganha grande destaque, principalmente pelo avanço tecnológico das telecomunicações e pela transformação do mercado e empresas de plataforma como a colombiana Rappi e a brasileira IFood,

predominantes do ramo de *delivery* de mercadorias, não só em Sorocaba, mas em outras cidades brasileiras. Essas empresas têm revelado seu poder ao subordinar o uso do território a partir de seus interesses, com discurso serviços de entrega de forma rápida e eficaz. Segundo dados de junho de 2021, fornecidos pela associação da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, a participação no mercado de *delivery* no Brasil do IFood é de 83% e da Rappi é de 13%⁶.

O uso imperialista da tecnologia está a serviço do mercado e através do poder de um pensamento único globalizado, a competitividade em estado puro e a exacerbação do consumo são algumas condições que tornam presença obrigatória de sistemas técnicos hegemônicos no território graças ao papel unificador das técnicas de informação.

Nas condições atuais, um grande complicador vem do fato de que a globalização é frequentemente considerada uma fatalidade, baseada num exagerado encantamento pelas técnicas de ponta e com negligência quanto ao fator nacional, deixando-se de lado o papel do território utilizado pela sociedade como um seu retrato dinâmico. Tal visão do mundo, uma espécie de volta à velha noção de *technological fix* (uma única tecnologia eficaz), acaba por consagrar a adoção de um ponto de partida fechado e por aceitar como indiscutível e inelutável o reino da necessidade, com a morte da esperança e da generosidade. Exclusão e dívida social aparecem como se fossem algo fixo, imutável, indeclinável, quando, como qualquer outra ordem, pode ser substituída por uma ordem mais humana (SANTOS, 2003, p. 75).

Nesse ponto, a exclusão apontada por Santos (2003) através do desemprego e do empobrecimento das camadas mais pobres e desassistidas por políticas públicas, são impulsionadas pela ideologia neoliberal, que cria um clima de insegurança que contribui para o aprofundamento da alienação, que avança na construção de um discurso único fundamentado nos princípios do neoliberalismo. Como a economia depende, dentre outros fatores do uso do território, a informação é centralizada por empresas hegemônicas como IFood e Rappi e para a instalação de seus capitais essas empresas forçam o território a se adaptar às suas necessidades, através de massivos investimentos que acabam alterando o território escolhido para iniciar o seu funcionamento.

Esses sistemas técnicos do mundo presente tendem a competir vantajosamente com os sistemas técnicos precedentemente instalados, para impor ao uso do território ainda mais racionalidade instrumental. Nesse sentido, poderíamos dizer que, num território como o do Brasil, há espaços trabalhados segundo racionalidades duras, precisas, densas e espaços trabalhados segundo racionalidades moles, tolerantes, ténues. Nestes a racionalidade instrumental é fraca ou espasmódica, enquanto em outras

⁶ Dados disponíveis em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/saida-da-uber-eats-acirra-briga-entre-IFood-e-rappi-e-preocupa-restaurantes.shtml>> - Acesso em 03/09/2022.

áreas, como, no Brasil, a maior parte do Estado de São Paulo, tal racionalidade é uma presença e uma necessidade permanentes (SANTOS, 2006, p. 147).

A racionalidade apontada por Milton Santos vai de encontro ao crescimento do uso de plataformas de delivery no estado de São Paulo. Segundo relatório desenvolvido pela *DataHub*, plataforma de *Big Data & Analytics*, houve aumento de 76,6% na abertura de empresas responsáveis pela entrega de alimentos em domicílio, como bares, restaurantes e lanchonetes no ano de 2021⁷. Este dado confirma o que Santos (2003) defende sobre o discurso criado por estas empresas para implementar no território suas estratégias econômicas que se especializam e que podem diminuir o desemprego através de seus investimentos.

Um dos elementos, ao mesmo tempo ideológico e empiricamente existencial, da presente forma de globalização é a centralidade do consumo, com a qual muito têm a ver a vida de todos os dias e suas repercussões sobre a produção, as formas presentes de existência e as perspectivas das pessoas. Mas as atuais relações instáveis de trabalho, a expansão de desemprego e a baixa do salário médio constituem um contraste em relação à multiplicação dos objetos e serviços, cuja acessibilidade se torna, desse modo, improvável, ao mesmo tempo que até os consumos tradicionais acabam sendo difíceis ou impossíveis para uma parcela importante da população (SANTOS, 2003, p.161).

O comprometimento ideológico apontado por Santos (2003) se dá na premissa da desterritorialidade, ou seja, sem a intervenção do Estado, que através do discurso neoliberal, acaba ditando normas de produção, de trabalho e do uso do território de acordo com os seus interesses, criando assim a racionalidade do discurso "empreendedor" elucidado por Abílio (2019) e Antunes (2018) amplamente difundidas por empresas de plataformas de *delivery*.

De tais áreas pode-se dizer que atualmente funcionam sob um regime obediente a preocupações subordinadas a lógicas distantes, externas em relação à área da ação; mas essas lógicas são internas aos setores e às empresas globais que as mobilizam. Daí se criarem situações de alienação que escapam a regulações locais ou nacionais, embora arrastando comportamentos locais, regionais, nacionais em todos os domínios da vida, influenciando o comportamento da moeda, do crédito, do gasto público e do emprego, incidindo sobre o funcionamento da economia regional e urbana, por intermédio de suas relações determinantes sobre o comércio, a indústria, os transportes e os serviços. Paralelamente, alteram-se os comportamentos políticos e administrativos e o conteúdo da informação (SANTOS, 2003, p. 92).

Nessa perspectiva, Santos (2003) alerta que a difusão desses discursos tem o poder de alterar o comportamento local, regional e nacional, o que acaba incidindo no

⁷<https://exame.com/bussola/numero-de-empresas-de-entrega-de-alimentos-cresce-quase-80-na-pandemia/> <Acesso em 27/08/2022>

funcionamento econômico do território por intermédio de sua relação com o comércio, a indústria de transportes, logística e serviços. Segundo Santos (1994) o meio técnico-científico-informacional é uma resposta às novas exigências do desenvolvimento do capitalismo para assim repor o processo de produção, de acumulação e reprodução do capital. Ao explicar que o meio técnico-científico-informacional usa o território por meio da tecnologia, ciência e informação, alterando a articulação entre o espaço e o tempo, as empresas hegemônicas têm o poder de controlar o trabalho como recurso particular para compreendê-lo como parte da perversidade da globalização.

O meio geográfico em via de constituição (ou de reconstituição) tem uma substância científico-tecnológico-informacional. Não é nem meio natural, nem meio técnico. A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção. É a cientificização e a tecnificação da paisagem. É, também, a informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço. A informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. Os espaços assim requalificados atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização (SANTOS, 1994, p. 24).

Nessa perspectiva globalizada apontada por Santos (1994), esse efeito pode ser entendido pela introdução das plataformas de *delivery* na cidade de Sorocaba. Ou seja, a reestruturação do trabalho dos entregadores de plataformas nos auxilia a compreender como as tecnologias construídas no contexto do alargamento do meio técnico-científico-informacional e atualmente amplificadas pelas empresas plataformizadas focadas no setor de *delivery*, se evidenciam como problema a ser debatido.

Como o território é a base do trabalho, é importante compreender como o território é usado pelas empresas de plataforma de *delivery*. Para tanto, essa dissertação traz relatos coletados através de um roteiro semiestruturado com dois entregadores que oferecem sua mão de obra para as plataformas IFood e Rappi na cidade de Sorocaba. Vale lembrar que as entrevistas foram realizadas no final de 2021 e o mundo passava pelo contexto pandêmico da COVID-19. Nesse período o Brasil não tinha completado apenas a metade da cobertura vacinal em sua população⁸, houve grande dificuldade de encontrar entregadores que atendessem às exigências propostas para esta pesquisa.

⁸ Dados disponíveis em: < <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/10/brasil-completa-vacinacao-contra-covid-de-metade-da-populacao.shtml>> Acesso em 03/09/2022

O entregador *shopper*⁹ é um nicho bem específico de entregador de plataforma e em sua maioria trabalham até 12 horas diárias, fatores esses que dificultaram encontrar entregadores dispostos a participar das entrevistas. Nesse sentido, a leitura do território por Milton Santos revela-se visionária, pois sua compreensão se remete à ideia do território usado de forma comum, ou seja, visto como um espaço público.

Apenas, o espaço é um misto, um híbrido, formado como já o dissemos, da união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço. Este espaço - o espaço geográfico - é mais que o espaço social dos sociólogos porque também inclui a materialidade (SANTOS, 2006, p. 199).

Santos (2006) alerta que o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos, as ações e objetos são espaço e essa reflexão traz sua análise para uma perspectiva dialética de espaço multidimensional e se torna extremamente importante para a compreensão de como o território pode ser usado pelas plataformas de delivery. Quando o espaço é apropriado por empresas hegemônicas e usado de forma privada pode revelar interesses de uma ou de várias corporações para um determinado objetivo.

⁹ O entregador *shopper* é responsável por receber o pedido do cliente, selecionar os produtos solicitados nos estabelecimentos parceiros das plataformas (como supermercados e lojas de conveniência), pagar pelos itens com o cartão fornecido pelo cliente ou pela empresa, e entregar a compra no local indicado pelo solicitante.

2.2. O USO DO TERRITÓRIO PELAS PLATAFORMAS DE *DELIVERY* NA CIDADE DE SOROCABA

Entre os anos de 2004 a 2006, trabalhei como *motoboy* em alguns estabelecimentos em Sorocaba. Na época, o *motoboy* não dispunha de *smartphones* com aplicativos de navegação como o Google Maps e o Waze. Nos estabelecimentos que trabalhei tinham mapas com guias de ruas colados na parede, nos quais o *motoboy* poderia consultar a localização do endereço da entrega, sendo necessário memorizar o trajeto de entrega. Como o *motoboy* é um profissional que trabalha entregando alimentos encomendados, documentos e outros itens utilizando uma motocicleta como meio de transporte, são muitas vezes contratados formalmente pelos estabelecimentos comerciais ou por empresas terceirizadas, contando com representação sindical¹⁰. Como serviço amplamente utilizado em áreas urbanas, em que a sua eficiência está atrelada à responsabilidade de garantir que os itens sejam entregues com segurança e dentro do prazo estipulado para entrega, o que se percebia frequentemente eram *motoboys* trabalharem de maneira informal (como era o meu caso), prestando serviços de entrega.

Diferente do *motoboy* contratado formalmente, os entregadores de plataforma trabalham como prestadores de serviços independentes, de maneira informal, ou seja, sem vínculo empregatício com a empresa de plataforma de entrega. Os entregadores *shopper* representam um nicho de trabalhadores de plataformas focadas em serviços de entregas para supermercados e pet shops, intermediando a compra de produtos desejados pelos clientes e entregando-os em suas residências. É importante salientar que devido à natureza do seu trabalho, tanto o *motoboy* quanto o entregador de plataforma estão expostos a um maior risco de acidentes de trânsito, pois precisam se movimentar rapidamente no tráfego intenso nas ruas e avenidas de uma grande cidade como Sorocaba.

No momento em que foi realizada a pesquisa, as plataformas de *delivery* IFood e Rappi desempenhavam papel de predominância em Sorocaba no fornecimento de serviço de entrega *shopper* de mercadorias compradas nesses estabelecimentos.

¹⁰ A convenção coletiva do SINDIMOTOSP ampara *motoboys* com vínculo empregatício do setor de *delivery* nas categorias de hospedaria e gastronomia, assim como negociação coletiva com seus respectivos sindicatos patronais. Existem outras categorias amparadas por convenção coletiva, como o setor dia, setor jornal/revista e setor diferenciado, porém não existe convenção coletiva para os entregadores de plataforma. Disponível em: <<http://sindimotosp.com.br/menu/convencao.html>> Acesso em 05/09/2022.

Apesar de entregar as compras realizadas pelo consumidor via plataforma, a dinâmica de trabalho dos entregadores nas duas plataformas se diferencia.

Na plataforma IFood, quem separa os itens comprados via plataforma é o próprio mercado ou estabelecimento onde o pedido é feito. Já a entrega do pedido é feita por entregadores ou entregadoras parceiras do IFood ou do próprio estabelecimento. Além disso, seu pedido pode ser levado de moto ou de carro, dependendo da loja escolhida e da quantidade de itens do pedido¹¹. Na plataforma Rappi, os denominados “*Rappishoppers*” têm a função de selecionar todos os produtos que o consumidor pediu via plataforma direto da gôndola, ficando disponível para constante comunicação com o cliente, caso seja necessário efetuar eventuais trocas caso o item não esteja disponível, finalizar a compra do cliente pagando a mercadoria no caixa e entregar o pedido na residência do cliente¹².

As entrevistas com entregadores *shoppers* que trabalham simultaneamente para as plataformas Ifood e Rappi foram realizadas entre os meses de outubro e dezembro de 2021 confirmam as informações oficiais das empresas.

Esta pesquisa foi realizada com dois entregadores no período de outubro a dezembro de 2020. A análise empírica foi fundamental para nortear a problemática desta dissertação e as entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro semiestruturado que permitiu levantar e conhecer a percepção dos entregadores sobre a tecnologia e a relação de trabalho plataformizado, captando as tensões, resistências e o cotidiano.

É importante frisar que a pesquisa foi realizada em contexto pandêmico, o que dificultou o trabalho de campo e como os entregadores demonstravam certa resistência em participar das entrevistas, já que trabalham em tempo integral, ultrapassando facilmente dez horas de trabalho diário, o que atrelado ao contexto pandêmico dificultou o encontro presencial com os entregadores. Assim, foi criado um grupo no aplicativo de mensagens *WhatsApp* para dar início às conversas e facilitar o compartilhamento de capturas das telas dos aplicativos.

O grupo via *WhatsApp* permitiu acompanhar o trabalho de ambos à distância, o que possibilitou preciosas percepções sobre o trabalho de ambos e evidenciou a

¹¹ Informação retirada da sessão perguntas frequentes no site da empresa <www.IFood.com.br/mercado> Acesso em 05/09/2022.

¹² Informação retirada da sessão perguntas frequentes no site da empresa <<https://www.rappi.com.br/lojas/tipo/supermercados>> Acesso em 05/09/2022

dificuldade de comunicação, já que eles ficavam muito tempo logados na plataforma, sendo assim, as conversas pelo grupo eram espaçadas, e muitas vezes pediam desculpa pela demora em responder devido à alta demanda de trabalho.

É importante salientar que a criação do grupo foi ideia da entregadora entrevistada o que, nesse sentido, facilitou a interação com ambos os entrevistados. As entrevistas foram conduzidas pela plataforma de reuniões *on-line Google Meet* e com consentimento de ambos a entrevista foi gravada. Também foi elucidado aos entrevistados que para a divulgação das conversas, nesta dissertação, eles receberiam pseudônimos. Os entrevistados pediram que a entrevista, que foi realizada em sábados distintos, se iniciasse às 8h, já que por volta das 11h precisariam sair para trabalhar e ambos retornavam para casa por volta das 23h.

Como a entrevista foi conduzida pela plataforma *Google Meet*, ocorreram alguns problemas de conexão e som, mas nada que atrapalhasse o conteúdo. Os entrevistados pediam desculpas pelas falhas, demonstrando interesse e preocupação com a entrevista. Os entregadores selecionados deveriam trabalhar em aplicativos de *delivery shopper*. Porém ambos relataram que é comum trabalhar em vários aplicativos, e poucos entregadores tem preferência em trabalhar como *shopper*, o que dificultou a seleção dos entrevistados. Os entrevistados têm a faixa etária de vinte e dois anos e revelaram como funciona a dinâmica das entregas nessas plataformas:

Chega o pedido no aplicativo e você pega os itens no mercado, quando o item não tem no mercado, abro um chat no aplicativo para conversar com a pessoa que fez a compra. Nós temos por obrigação perguntar para a pessoa se poderia substituir um produto por outro semelhante caso não tenha o produto que o cliente pediu. O que dá problema é que muitas vezes o mercado não tem o produto que estava disponível no aplicativo. Mas quando a pessoa faz compra, ela seleciona uma opção no aplicativo se ela aceita substituição ou se não tiver o produto é necessário cancelar o produto (Informação verbal - Fernanda¹³).

O relato realizado pela Fernanda também é corroborado por Paulo¹⁴:

No aplicativo da Rappi aparece um *Qr code* ou um código de barras, a atendente do caixa escaneia e já paga automaticamente no cartão do cliente. Também existe o cartão da Rappi onde o cliente faz a compra. Digamos que a compra deu 100 reais, eu vou lá, faço a compra, pego os itens, faço o *scan* dos itens com o aplicativo do celular, entro na fila, passo o cartão da Rappi no caixa e o valor é debitado direto da conta do cliente e assim que é aprovado é só entregar para o cliente (Informação verbal - Paulo).

¹³ Entrevista concedida por Fernanda (nome fictício). Entrevista I [nov. 2021].

¹⁴ Entrevista concedida por Paulo (nome fictício). Entrevista II [nov. 2021].

Os relatos de Fernanda e Paulo revelam que apesar das plataformas de *delivery* proporcionarem ao consumidor a realização de compras sem sair de casa, a dinâmica do serviço prestado pelos entregadores é totalmente diferente. Nesse sentido, no entendimento que o território é multidimensional, as relações capitalistas realizadas pelas plataformas de *delivery* produzem o território e desenvolvem um conjunto de ações que configuram o território capitalista e por ser indissociável, não se pode separar espaço (ou escalas) do território, porém as relações sociais caracterizam a produção diferentes territorialidades

Numa primeira hipótese de trabalho, dissemos que a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos (Santos, 1978). Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireta das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 2006, p. 38).

Nessa perspectiva, a interpretação de Santos (2006) ajuda a compreender que nesse recorte, as plataformas de *delivery* são fixos, ou seja, gerem o território e os entregadores são fluxos, objetos em movimento que nesse caso realizam o serviço de entrega. Na perspectiva, os fixos podem ser públicos ou privados e que na esfera privada são localizados por influência da lei da oferta e da procura, ou seja, o fixo enquanto esfera econômica tem o poder de usar o território, o que Tozi (2020) conceitua de “plataformas territoriais”, que tem o poder de atrair outros fixos e fluxos.

As corporações são os agentes econômicos que mais se beneficiam do período técnico-científico-informacional. Dentre elas, cabe destacar aquelas que impulsionam os processos de digitalização da sociedade e do território. Os acrônimos GAFAM e NATU simbolizam esse grupo particular de empresas, normalmente denominadas plataformas digitais, representantes de uma era de capitalismo de plataforma ou, mesmo, de um capitalismo de vigilância. A informação foi incorporada como uma variável determinante no processo de acumulação de capital e, conseqüentemente, das novas formas de exploração do trabalho. Dessa maneira, a fase atual do capitalismo envolve a dominação dos serviços, da informação e da informatização, simultaneamente. Em contribuição a esse debate, defende-se que o território se torna, também, uma plataforma para as empresas de informação, além de um fator produtivo diferencial. Pode-se falar, portanto, nas plataformas digitais como “plataformas territoriais”, pois de fato elas são altamente dependentes do espaço historicamente construído (TOZI, 2020, p.2).

Nesse sentido, ao falar da atuação do entregador *shopper* na cidade de Sorocaba, foi questionado aos entrevistados em que áreas da cidade os entregadores ficam concentrados, esperando um pedido. Ambos os entrevistados citaram a zona Sul da cidade, mais precisamente na região do bairro do Campolim, área nobre da

cidade. Com a finalidade de averiguar a percepção dos entregadores, percorri as avenidas Gisele Constantino, Antônio Carlos Comitre e Barão de Tatuí que interligam os extremos do bairro do Campolim. Em um raio de 3 quilômetros, foi possível notar ao menos três locais de concentração de entregadores, quatro grandes redes varejistas, por volta de vinte restaurantes e dez farmácias.

Figura 1 – Supermercados Zona Sul de Sorocaba



Fonte: Google Maps

A figura 1 destaca os principais supermercados localizados ao longo das avenidas percorridas no trabalho de campo. Os círculos representam os três pontos de concentração dos entregadores de plataforma na região destacados na figura 2, 3 e 4.

Figura 2 – Ponto em frente ao Hipermercado Carrefour Esplanada



Fonte: Autoria Própria

Figura 3 – Ponto atrás do Burger King Campolim



Fonte: Aatoria Própria

Figura 4 – Ponto em frente à Drogasil Campolim



Fonte: Aatoria Própria

A leitura geográfica do território permite diferenciar a plataformização do trabalho da perspectiva sociológica, pois a geografia permite estudar as ações a partir das relações que produzem espaços e territórios. Quando o objeto é analisado pela perspectiva do território, o conceito de fixos e fluxos se torna necessário para a compreensão das relações que produzem espaços em seu entorno. Nesse sentido, as plataformas de delivery transformam o território ao seu redor, seu uso se torna uma construção política e histórica e sua análise fundamentada pela dialética e materialidade. O uso do território pelas plataformas de *delivery* pode ser

compreendido como recurso utilizado para fazer o capitalismo girar, promovendo o uso intenso da informação e tecnologia.

Afirma-se, ainda mais, a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território já que usado o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética afirma-se mediante um controle “local” da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Este comando baseia-se na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma na sua densidade funcional a que podemos igualmente chamar densidade informacional. Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e o seus “relais” nos territórios diversos. O resultado é a aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens do qual um componente é a enorme mobilidade atual das pessoas: aquela máxima do direito romano, *ubis pedis ibi patria* (onde estão os pés aí está a pátria), hoje perde ou muda seu significado. Por isso também o direito local e o direito internacional estão se transformando, para reconhecer naqueles que não nasceram num lugar o direito de também intervir na vida política desse lugar (SANTOS, 2005, p. 257-258).

Ao elucidar a técnica como um fator determinante na organização do espaço geográfico e no processo de ocupação e uso do território, Santos (2005) levanta a discussão sobre a importância da tecnologia no processo de globalização e na difusão de ideias e informações. Nesse sentido, na atualidade, tecnologias de informação como as plataformas de *delivery*, podem apresentar um papel fundamental na organização do território. Sua influência pode se apresentar tanto no uso que as plataformas de *delivery* podem fazer do território quanto a forma como as pessoas se relacionam com o espaço em que vivem.

Essa ideia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto – e a expressão de novo é de François Perroux – como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos. Esta última questão, hoje fundamental, refere-se à dissonância entre os usos econômicos e os usos sociais dos mesmos recursos, ou à possibilidade de produzir recursos (SANTOS, 1999, p. 19-20).

A partir da dinâmica do uso do território, Santos (1999) alerta que o espaço é historicizado através de acontecimentos e, nesse ponto, o território pode ser pensado em sua dimensão global, ou seja, o território não precisa ser pensado exclusivamente em sua escala nacional, mas sim pensar o território em suas dimensões para que não

se limite apenas a algo demarcado, mas levando em consideração a temporalidade dos sujeitos que convivem nesse território.

Nesse sentido, ao analisar o uso do território pelas plataformas de *delivery* em Sorocaba, dados do Censo 2010¹⁵ revelam que a porcentagem de domicílios em Sorocaba com renda inferior ou igual à 1 salário mínimo que estão localizados na zona Sul é de 1%, enquanto 66% dos domicílios em Sorocaba com renda inferior ou igual à 1 salário mínimo estão localizados na Zona Norte da cidade¹⁶.

A partir desses dados, ao relacionar a localização dos supermercados alvo das plataformas Rappi e os locais de concentração dos entregadores revelados pela pesquisa de campo, os entregadores entrevistados foram questionados sobre os critérios que eles utilizam para escolher o local de espera de pedidos. Segundo os entrevistados, a localização dos estabelecimentos e a renda da população local são os critérios utilizados para os pontos de espera.

Quando estou trabalhando na Rappi, fico na região do Campolim que é o lugar que mais toca, agora se eu ligar o aplicativo do IFood desde do momento que sair de casa, eu fico presa fazendo os mercados daqui (zona norte), mas a Rappi só toca bem no Campolim. Mas assim, eu não sou muito de mudar de lugar, então eu costumo ficar na frente do Carrefour, então se tocar durante o trajeto, eu pego e finalizo o pedido, desligo e vou em direção ao Carrefour. Tipo assim, no Campolim é difícil mudar o tipo de cliente que usa a Rappi que é o pessoal de classe média alta que mora nos condomínios daquela região – (Informação verbal – Fernanda).

A perspectiva de Fernanda também é compartilhada por Paulo.

Em Sorocaba a Rappi ‘toca’ mais na região do Campolim, é o único local que é forte. Como não tem muita demanda nas outras regiões, geralmente o aplicativo toca perto dos fast-foods, lojas de pet, conveniências da região. No Campolim tem o Carrefour, muita farmácia, fast food e o shopping Iguatemi é claro, que é o local onde fico. Além disso, quanto estou no Campolim, não costumo percorrer grandes distâncias já que as entregas são aqui na região. Eu me sinto mais seguro em percorrer pouca distância – (Informação verbal – Paulo).

Ambos os entregadores entrevistados deixam claro que a sua preferência para esperar o aplicativo “tocar” (receber pedidos) está na região do Campolim. Essa percepção corrobora que as plataformas de *delivery* usam a perspectiva da globalização, pois aponta que o território em sua verticalidade tem como pontos longínquos do local e sua dissociação geográfica no que se refere à produção, controle e consumo, porém ligados por processos sociais, econômicos e políticos.

¹⁵ A pesquisa Censo programada para 2020 não foi realizada por conta da pandemia de COVID-19, sendo adiada para o ano de 2022. Até a conclusão dessa dissertação, os dados oficiais disponíveis de renda por domicílios em Sorocaba são as divulgadas pelo Censo IBGE de 2010.

¹⁶ <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html> <Acesso em: 04/09/2022>

A verticalidade cria interdependências, tanto mais numerosas e atuantes quanto maiores as necessidades de cooperação entre lugares. Assim como nos diz Gilles Paché (1990, p. 91), nessa "nova geografia dos fluxos dos produtos" cria-se "um sistema de produção reticular" (*résillaire*), a partir de suportes territoriais largamente redistribuídos, que asseguram a coesão do processo produtivo. Essas interdependências tendem a ser hierárquicas e seu papel de ordenamento transporta um comando. A hierarquia se realiza através de ordens técnicas, financeiras, políticas, condição de funcionamento do sistema. A informação, sobretudo ao serviço das forças econômicas hegemônicas e ao serviço do Estado, é o grande regedor das ações que definem as novas realidades espaciais (SANTOS, 2006, p. 192-193).

A interdependência criada pela verticalidade imposta pode ser compreendida através do gerenciamento do território por meio de agentes hegemônicos do capital como as plataformas de *delivery* que comandam e escolhem os lugares criando uma hierarquia espacial. Nesse sentido, o poder das plataformas de *delivery* como empresas globalizadas define pontos de ação de investimentos de forma seletiva, escolhendo certos pontos geográficos para atuar e no caso de Sorocaba, a Rappi escolheu a zona Sul da cidade. Ao pensar como em uma escala operante, as horizontalidades são as origens dos fenômenos e suas decisões determinam as ações nos lugares a partir do território.

As atividades que, complementares ou não, têm uma lógica diversa da atividade dominante, provocam, a partir do seu conflito de preocupações, um debate que acaba por interessar ao conjunto da sociedade local. E o resultado é a busca de um sistema de reivindicações mais abrangente, adaptado às contingências da existência comum, no espaço da horizontalidade (SANTOS, 2006, p.195).

Santos (2006) elucida que por ser vetores que operam imposições ao território, necessitam implementar aos entregadores um cotidiano obediente às normas impostas pelas plataformas de *delivery*, que nesse caso se configura pelo fato de os entregadores ficarem nos locais de maior demanda de estabelecimentos. No caso, como a região do Campolim está localizada em uma região comercial alvo de investimentos de outros fixos, como o Hipermercado Carrefour, o Shopping Iguatemi, redes de fast-food e outros mercados que atendem a classe média alta da cidade, os entregadores ao se relacionar horizontalmente com o território, tendem a aceitar as imposições em conformidade com as regras que lhes são impostas pelas plataformas de *delivery*.

Em 2022, foram anunciados investimentos na casa dos 100 milhões de reais na região do Campolim com a implementação rede varejista Pão de Açúcar e o

restaurante Applebee's, ambos na avenida Antônio Carlos Comitre¹⁷. Por serem vetores que operam imposições ao território, as plataformas de *delivery* necessitam implementar aos entregadores um cotidiano obediente às normas impostas, no caso de Sorocaba, os entregadores acabam por se fixar em locais próximos às demandas de pedidos de entrega dos estabelecimentos comerciais que utilizam as plataformas para intermediar o *delivery* de seus produtos. Como contraponto, as horizontalidades formam extensões contínuas compreendendo e abarcando a existência e o cotidiano dos sujeitos independentes de sua posição econômica, política e social.

Nesse sentido, os entregadores ao se relacionam horizontalmente com o território, tendem a aceitar as imposições em conformidade com as regras que lhes são impostas pelas plataformas de *delivery*.

Porém, como o cotidiano em sua horizontalidade não é homogêneo, o território pode revelar contestações e resistências. Para tanto, é importante analisar o dinamismo do território através de suas horizontalidades e verticalidades, ou seja, pensar o território em movimento significa pensar no território a partir de todos os agentes que participam, usam e transformam esse território, o que nos permite pensá-lo como processo histórico com suas contradições. Essas implicações podem nos levar a compreensão formulada por Santos sobre o conceito de espaço banal.

Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos primeiros, apenas alguns vetores da modernidade atual se instalam. Nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. São vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir (SANTOS, 2006, p. 218).

A partir da leitura Miltoniana sobre o espaço banal, a natureza do espaço é econômica, cultural e social, ou seja, recorre a todas as dimensões da existência se remetendo a diversos interesses que necessariamente precisam conviver em solidariedade no sentido da interação dos sujeitos.

¹⁷ Para mais informações: <https://www.cruzeirofm.com.br/2022/06/13/destaque/sorocaba-recebera-quatro-novas-empresas-com-geracao-de-1-500-empregos/>
<https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/sorocaba-recebera-mais-tres-novos-empreendimentos-com-pelo-menos-1-500-vagas-de-emprego-e-acima-de-r-100-milhoes-em-ainvestimentos/>
Acesso em: 05/09/2022

Se atrelarmos o espaço banal à perspectiva do mundo do trabalho, os entregadores de plataformas de *delivery* estão na periferia do sistema. Através do uso do território pelas plataformas de *delivery* é possível observar grandes mudanças promovidas pela tecnologia e da informação e nesse sentido, no espaço banal é possível compreender as contradições do discurso de rapidez e fluidez das entregas vendidas pelas plataformas e como os trabalhadores entregadores de *delivery* são impactados por esses conceitos. Ao serem questionados sobre a realização das entregas, os entregadores cadastrados nas plataformas de *delivery* revelam a precarização do trabalho.

Todo dia é um livramento! Além dos problemas de trânsito, motorista que não dá seta, você leva uma “fechada”, tem os problemas com os clientes. Para cumprir o tempo de entrega do aplicativo a gente anda rápido e teve um dia que passei rápido por cima da lombada e tinha uma curva lá, como estava rápido bati na guia. Eu estava trabalhando normalmente, um pouco cansado, porque já tinha trabalhado o dia inteiro, porque com o IFood eu rodava bastante. Aí a primeira coisa que fiz foi ligar lá no suporte da para explicar o acidente, cancelar para mim o pedido porque não tem como entregar, aí eles cancelaram (Informação verbal – Paulo).

A mesma pergunta foi realizada para a entregadora Fernanda, que revela outros níveis de precariedade do trabalho nas plataformas, além dos riscos inerentes que os motociclistas sofrem em seu cotidiano em cima de uma moto.

No IFood tem uma opção: sofri um acidente. Aí eles bloqueiam o aplicativo por 8 horas. Por exemplo, se furar um pneu que é uma coisa que dá para resolver rápido, você aciona essa opção para justificar o atraso, eles te bloqueiam por 8 horas e você perde 1 dia de trabalho. Já na Rappi, quando você está com um produto e não consegue entregar, eles deixam você com uma dívida, você tem que ir atrás para tirar a dívida, se não ela fica como saldo devedor. Teve uma época que uma pessoa em Sorocaba que estava aplicando um golpe nos clientes que usam cartão. Essa pessoa tinha vários cartões clonados e fazia cadastros com nomes diferentes e sempre pedia whisky e os entregadores começaram a achar suspeito, por que eles não entregavam em uma casa, essa pessoa ficava na esquina. Aí os entregadores começaram a denunciar e como não tinha endereço, os entregadores pararam de entregar. A Rappi não tem um suporte em Sorocaba e o mercado não aceita devolver a mercadoria. O local mais perto para devolver a mercadoria era em Osasco, aí a gente ficava com o whisky e eles mantinham a dívida. Dívidas altas de 500, 600 reais em cima da gente, e a gente ficava bloqueado no aplicativo até pagar a dívida. Aí eles queriam que a gente gerasse um boleto para pagar a dívida. Como isso aconteceu com o meu marido, ele começou a “bater o pé” para tirar a dívida, justificava que ele não tinha culpa e não iria para Osasco entregar o produto. De tanto ele correr atrás, eles tiraram a dívida e a gente ficou com o whisky. Acabou que no fim foi uma coisa boa para gente... (risos). Mas fiquei sabendo de vários entregadores que caíram no mesmo golpe e que não sabia mexer no suporte, acabaram que eles ficaram bloqueados e com a dívida. Tem muita gente mais velha que não entende muito de tecnologia e fica com a dívida. O que o aplicativo fala, a pessoa acredita, entende? Inclusive uma das maiores reclamações é o cliente cancelar a compra e o entregador ficar com a dívida (Informação verbal – Fernanda).

Os relatos de Paulo e Fernanda revelam que ao discutir o trabalho dos entregadores plataformizados pela ótica do território em sua centralidade, tecemos reflexões de críticas à globalização, pois as relações econômicas e de trabalho quando analisadas pela perspectiva do território, nos oferece mecanismos concretos para analisar as contradições presentes no território que demonstra as perversidades da globalização de forma a pensá-la criticamente através das conceitualizações que ele propõe.

As problemáticas propostas por Milton Santos pela perspectiva do território, permitem analisar a plataformização do trabalho dos entregadores de *delivery*, já que sua leitura do território traz a compreensão dos conflitos associados à exploração estratégica do capital em diferentes escalas. Ao analisar o relato dos entregadores plataformizados, é possível compreender as dimensões de poder que as plataformas de *delivery* exercem sobre o entregador e de que forma os diversos agentes tomam e participam de ações.

Esses relatos contribuem para pensar como os conceitos de território usado e espaço banal podem se relacionar com o trabalho dos entregadores nas plataformas de *delivery*. As informações passadas pelos entrevistados revelam várias escalas, já que sua horizontalidade revela como ocorre os comandos da produção das empresas de plataforma em uma escala mundo e como ela está diretamente relacionada à globalização como perversidade. Percebeu-se, também, a escala da proximidade em que Milton Santos se dedica, principalmente em seus estudos para compreender o território brasileiro. Nessa estrutura em que as plataformas de *delivery* vão ganhando força, o território usado seria o território dominado pelas grandes corporações.

Se tomo ainda o território como território usado, estudando-o a partir das normas, eu tenho dois partidos a levar em conta. Se tomo o partido do “país de cima”, o que vejo é que as próprias técnicas são normas. Uma das características da técnica é ser ela mesma norma. A técnica normativa é normatizada no seu uso e é normativa na sua repercussão sobre os agentes. Repito: ela é normatizada na sua constituição íntima, porque é uma forma particular de uso; e ela é normativa quanto ao seu uso. E essas normas procuram arrastar a existência de outros agentes – as normas das técnicas. Alguns adaptam, segundo diversos graus, as suas próprias normas. Ou seja, os agentes adaptam suas normas para que haja compatibilidade com as normas dos agentes hegemônicos. E essa adaptação rompe com equilíbrios externos e internos, condenando os equilíbrios preexistentes (SANTOS, 1999, p. 20).

A leitura de Santos (1999) permite compreender que o conceito de território usado se relaciona com a normatização da técnica e acaba por influenciar o espaço banal, onde a vida se desenrola. Ao considerar suas contradições, já que essa ordem

estabelece que o lucro não repercute em benefício dos entregadores, ou seja, dessa população que vive nesse espaço banal, já que ela se apresenta como uma faceta imperialista no sentido de explorar ao máximo o trabalho e ser difícil de decifrar.

O uso imperialista das técnicas permitia, pela via da política, uma certa convivência de níveis diferentes de formas técnicas e de formas organizacionais nos diversos impérios. Tal situação permanece praticamente por um século, sem que as diferenças de poder entre os impérios fosse causa de conflitos duráveis entre eles e dentro deles. O próprio imperialismo era "diferencial", tal característica sendo consequência da subordinação do mercado à política, seja a política internacional, seja a política interior a cada país ou a cada conjunto imperial. Com a globalização, as técnicas se tornam mais eficazes, sua presença se confunde com o ecúmeno, seu encadeamento praticamente espontâneo se reforça e, ao mesmo tempo, o seu uso escapa, sob muitos aspectos, ao domínio da política e se torna subordinado ao mercado (SANTOS, 2003, p. 52).

Esse caráter imperialista das técnicas pode ser demonstrado pela presença de plataformas digitais em todo o globo. Nesse sentido, apesar do caráter hegemônico das técnicas, as mesmas apresentam usos desiguais para as quais não foram pensadas originalmente. Ao considerar as verticalidades do território, as ações podem trazer possibilidade de mudança e para tanto, o território não pode ser analisado como algo vazio, mas como uma força social que traz a compreensão da dinâmica da plataformização do trabalho dos entregadores de aplicativo.

O cotidiano de cada um se enriquece, pela experiência própria e pela do vizinho, tanto pelas realizações atuais como pelas perspectivas de futuro. As dialéticas da vida nos lugares, agora mais enriquecidas, são paralelamente o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício de uma nova política. Funda-se, de fato, um novo mundo. Para sermos ainda mais precisos, o que, afinal, se cria é o mundo como realidade histórica unitária, ainda que ele seja extremamente diversificado. Ele é datado com uma data substantivamente única, graças aos traços comuns de sua constituição técnica e à existência de um único motor para as ações hegemônicas, representado pelo lucro à escala global. É isso, aliás, que, junto à informação generalizada, assegurará a cada lugar a comunhão universal com todos os outros (SANTOS, 2003, p. 173).

Milton Santos (2003) considera que a mudança virá por outros usos da técnica, portanto é necessário compreender o fenômeno técnico para entender o território e sua dinâmica, formas e ações para encontrar outros caminhos para a transformação. Ao ser questionada sobre a remuneração nas plataformas de *delivery*, a entregadora Fernanda revelou possibilidades e resistências dos entregadores plataformizados:

No IFood a entrega de moto, recebemos em média 8 reais para entregar em uma distância muito longa. Em conversas com outros entregadores, descobri que entregas de carro, o ganho é de 25, 30 reais. Já tive entrega que ganhei 40 reais. Então no IFood e na Rappi utilizo uma conta de carro, tipo é um "trambique" que vários entregadores fazem nos aplicativos, usar conta de carro e entregam de moto, mas o certo era entregar de carro e não sou só eu que faço isso, vários entregadores fazem porque a taxa é melhor. Eu sei que

é complicado, mas as pessoas não entendem que você não recebe uma punição ou multa (Informação verbal – Fernanda).

Com a revelação, perguntei se as plataformas de *delivery* ou os clientes não questionam a entrega ser realizada de moto já que está cadastrado um automóvel.

A gente não fala para o cliente que a gente faz isso né e nem para o aplicativo (risos). Às vezes o cliente pergunta, mas a gente solta um “migué”, tipo: - “Eu já pedi para o aplicativo atualizar e ele não atualiza”. Ai o cliente ainda dá razão para gente e falam, nossa esses aplicativos demoram para atualizar mesmo né? Às vezes a compra é muito grande e o cliente fala: Mas caiu essa compra para moto? Então nesses valores, o dia rende bastante e preciso trabalhar menos tempo e geralmente são entregas rápidas, por mais que seja pesado. Você entende que a maioria das entregas não passam de 8 reais? O aplicativo deveria pagar mais, então não tiro a razão de quem faz a entrega de moto com o cadastro de carro. (Informação verbal – Fernanda).

A revelação de Fernanda demonstra um movimento de resistência, já que o uso das tecnologias pelos entregadores de *delivery* revelados no cotidiano das entregas através das relações com outros entregadores, demonstra que existem outras formas de uso que se faz do avanço tecnológico e da informação, e que é importante salientar, não foram pensadas pelo funcionamento da reprodução do capital. Nesse sentido, é importante destacar como a classe precarizada dos entregadores plataformizados se apropria de possibilidades de mobilidade, não somente em uma mobilidade territorial, mas uma possibilidade de mobilidade de sair de uma situação de exploração de trabalho, já que a possibilidade oferecida pelas plataformas implica adentrar nas dinâmicas territoriais, o que não é permitido pelos caminhos lógicos em que o capital pensa no uso das plataformas de *delivery* pelos entregadores. Para atestar os ganhos como essa forma de entrega, os entregadores enviaram capturas das telas (figura 5) revelando os ganhos por entrega.

Figura 5 – Ganho por entrega com cadastro de carro

← Ganhos

R\$30,77
Ganho por pedido

*Seu lucro pode levar alguns minutos para ser refletido

Extrato

Tarifa base	R\$11,46
Gorjeta	R\$4,00
Taxas	R\$15,31
Resultado líquido	R\$30,77

Detalhes do pedido 16 Produtos

ID: [REDACTED]	Carrefour, Hiper Sorocaba (SON)
Distância total	0.487 km
Tempo dos pedidos	6min
Data	11-01-2022

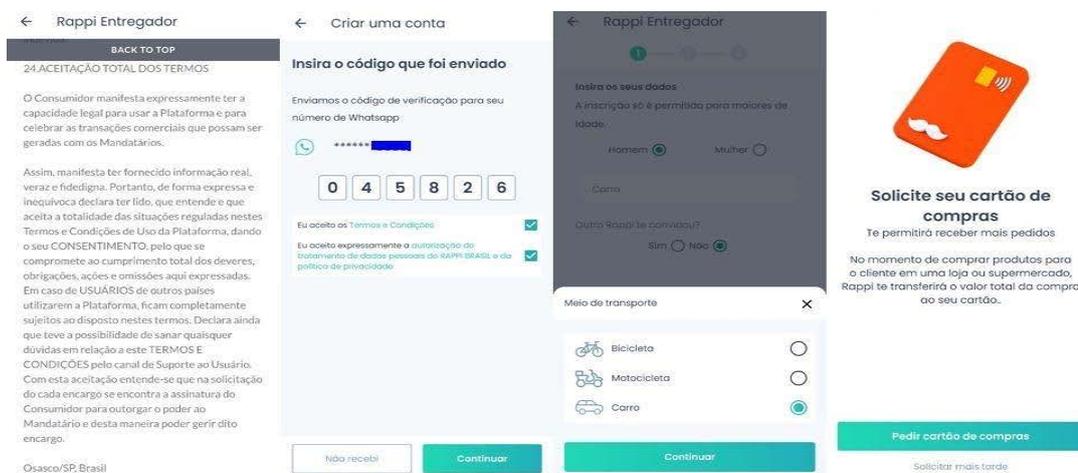
Pagamos o lucro notificado somente quando o pedido é entregue nas mesmas condições em que foi notificado. Se alguma circunstância mudar, o lucro pode mudar da mesma forma. As alterações mais comuns que ocorrem são: 1) Rota dupla e um dos dois pedidos foi cancelado 2) Você se livrou do pedido.

[Precisando de ajuda?](#)

Fonte: Entrevistada

Como forma de compreender os requisitos que a Rappi utiliza para cadastrar os entregadores, realizei o cadastro no aplicativo, conforme a captura de tela da figura 5. A plataforma solicitou primeiramente aceitação das políticas de uso, a validação do número do celular, o tipo de cadastro que seria realizado (bicicleta, motocicleta ou carro), dados pessoais, carteira nacional de habilitação (CNH), foto e a solicitação do cartão da Rappi. Em nenhum momento no processo de realização do cadastro foi solicitada a documentação do veículo. Após a validação, a plataforma disponibilizou o tutorial de uso e informou que meu cadastro foi aprovado e era necessário apenas ficar logado para começar a receber as entregas.

Figura 6 – Etapas de cadastro na plataforma Rappi



Fonte: Autoria própria

Esses dados permitem compreender que as horizontalidades podem oferecer o caminho proposto por Santos para mudança, pois as horizontalidades implicam pensar em todos os agentes que coabitam o território independentemente de seu poder. As complexidades do território muitas vezes não deixam transparecer, ou seja, aquele que é invisibilizado pelo capital hegemônico. É claro que a apropriação da plataforma Rappi por entregadores da cidade de Sorocaba oferecem outras discussões sobre a temática. Os entregadores encontraram uma forma de melhorar remuneração de seu trabalho, porém a precariedade continua, pois, a entrega precisa ser realizada e os entregadores demonstram consciência da problemática do mecanismo encontrado para a apropriação da plataforma, conforme revelou a entrevistada Fernanda:

Eu tenho uma scooter, embaixo do banco tem um lugar para pôr o capacete, eu coloco itens lá, na bag e no baú. No print que te enviei, tem 16 itens para entregar, o peso da compra faz a gente ficar pendendo para o lado. Se você não distribuir bem o peso, ela vai caindo e te desequilibra, já teve vezes que devido ao peso, precisei frear de forma brusca, aí ela derrapa. Imagina você estar com aquele peso no meio do trânsito (Informação verbal – Fernanda).

O mesmo sentimento é compartilhado por Paulo:

Esses dias atrás o cliente comprou 10 refrigerantes de 2l. Imagine 10 refrigerantes na bag, é pesado. O duro de fazer esse tipo de compra é cair umas “buchas” de entregar coisas pesadas (Informação verbal – Paulo).

Esses relatos demonstram que essa apropriação parcial das plataformas não melhora as condições de trabalho dos entregadores platformizados, apenas evidencia como é complexa a perversidade da globalização, as mazelas do

neoliberalismo e as formas de utilização do território. Esses apontamentos servem para compreender como o espaço geográfico está em permanente transformação e que o modo de produção capitalista também se transforma, realizando ajustes, que no caso da plataformização do trabalho dos entregadores permite um novo entendimento sobre essas mudanças.

A partir da geografia, o fenômeno da plataformização pode ser pensado de outra maneira, pois ao atrelar esse fenômeno ao território, permite atrelar esse conceito aos agentes que o compõe, realizando o diálogo com aqueles que são invisibilizados, no caso os entregadores plataformizados. Nesse sentido, as discussões no âmbito da Geografia, História e das Ciências Sociais são fundamentais para o entendimento dos mais variados aspectos da plataformização do trabalho.

A perspectiva geográfica do território se faz necessária para discutir a globalização, as metamorfoses promovidas pelo capital hegemônico e as transformações técnicas, como no objeto desta dissertação, as plataformas de delivery. A globalização através de seus agentes hegemônicos altera cada vez mais sua fluidez, velocidade, informação, trabalho, ou seja, as dinâmicas do território se forçam cada vez mais a se ajustarem às necessidades que o capital impõe e nesse ponto, é necessário contestar e revelar suas contradições e a leitura que Milton Santos faz sobre o território, traz importantes contribuições para discutir a plataformização do trabalho dos entregadores de *delivery shopper*.

3. O SETOR DE SERVIÇOS E A INDÚSTRIA 4.0: CONFIGURAÇÕES DA PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO DOS ENTREGADORES

3.1. A EXTRAÇÃO DO MAIS-VALOR NO SETOR DE SERVIÇOS E SUA RELAÇÃO COM A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO

A construção de uma categoria de análise pela perspectiva geográfica que dê conta da realidade dos entregadores que trabalham para as plataformas de delivery é o grande desafio para essa dissertação, pois para expressar o mundo do trabalho das plataformas é necessário falar sobre precarização e flexibilização. Esses termos acabam por fazer sentido, mas ao mesmo tempo obscurecem a realidade constitutiva do mundo do trabalho. As ciências sociais trazem grandes contribuições para a temática e apresentam perspectivas de análise que fornecem caminhos de compreensão para a temática da plataformação do trabalho.

Baseamos nossa análise na síntese dialética proposta por Marx (1985) que afirma que o trabalho nasce como uma atividade fundamental do ser social, ou seja, naturalmente, o ato cotidiano do trabalho humano está ligado à sua sobrevivência, pois para a vida humana se efetivar é necessário buscar os meios materiais e simbólicos capazes de garantir a sobrevivência. O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independentemente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1985. p.153).

O apontamento de Marx sobre a transformação da natureza para a sobrevivência do homem, pode postular o trabalho como algo produtivo para a humanidade, ou seja, como gerador de condições materiais necessárias para a reprodução da vida humana, pois o trabalho se torna socialmente produtivo para a humanidade. Na atualidade, como o trabalho está relacionado ao modo de produção capitalista, é importante ressaltar que boa parte da população brasileira transita entre a formalidade e a informalidade¹⁸.

A plataformação do trabalho pode expressar um fenômeno novo, que carrega elementos de transformação da natureza que podem ser compreendidos por uma leitura material e dialética. Nesse sentido, o modo de produção capitalista cria um sistema de vida voltado para a produção de mercadorias visando a riqueza das

¹⁸ Segundo Pnad Contínua, os trabalhadores informais no Brasil atingiram recorde de 39,3 milhões de pessoas que respondem por 36,8% da população ocupada no segundo trimestre de 2022. <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/07/29/pais-atinge-recorde-de-numero-de-trabalhadores-informais-no-2o-trimestre-diz-ibge.ghtml> <Acesso em 17/11/2022>

classes dominantes, apontando para um processo de concentração de renda e agudas desigualdades.

Contudo, quando falamos da forma plenamente desenvolvida do sistema do capital, como Marx o faz em sua crítica da economia política, a ênfase deve ser colocada nas condições sob as quais a força de trabalho se torna uma mercadoria para o próprio trabalhador, e como resultado a produção se torna a produção de mercadorias em sua extensão completa, em toda a sua largura e comprimento. Só então todos os produtos serão convertidos em mercadorias ... a mercadoria como forma necessária do produto, e portanto a alienação do produto como a forma necessária de sua apropriação implica uma divisão do trabalho social plenamente desenvolvida, enquanto, por outro lado, é somente na base da produção capitalista, portanto também na divisão capitalista do trabalho no interior da oficina, que todos os produtos necessariamente assumem a forma de mercadoria e todos os produtores são necessariamente produtores de mercadoria (MÉSZÁROS, 2011, p. 707).

Mészáros (2011) destaca que no capitalismo a vida humana adquire uma outra natureza para o trabalho que não é apenas da sobrevivência, mas a da produção de mercadorias necessárias para que o capital se opere. Como produtores de mercadorias, concepção de trabalho vital para a humanidade, tem como sentido criar valor de uso, ou seja, no capitalismo, o trabalho exige a criação de objetos úteis às necessidades do homem.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria [Warenkörper], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens. (...) Os valores de uso das mercadorias fornecem o material para uma disciplina específica, a merceologia. O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria; portanto, uma contradição nos próprios termos (MARX, 2013, p. 158).

No capitalismo, o valor de uso das mercadorias produzidas é transformado em valor de troca, ou seja, em uma mercadoria que gere lucro. Essa produção de valor de troca é o segredo do mais-valor, já que a classe trabalhadora passa a ser remunerada para suprir as necessidades e o burguês explora da mercadoria produzida pelo trabalhador para a geração de valor em cima do trabalho não pago.

O capitalista paga o valor da força de trabalho – ou seu preço, divergente de seu valor – e recebe em troca o direito de dispor da força viva de trabalho. Seu usufruto dessa força de trabalho é decomposto em dois períodos. Durante um deles, o trabalhador não produz mais que um valor, que é igual ao valor de sua força de trabalho, portanto, apenas um equivalente. Em troca do preço adiantado da força de trabalho, o capitalista recebe, pois, um produto de mesmo preço. É como se ele tivesse adquirido o produto já pronto

no mercado. No período do mais-trabalho, ao contrário, o usufruto da força de trabalho gera valor para o capitalista, sem que esse valor lhe custe um substituto de valor. Ele obtém gratuitamente essa realização da força de trabalho. Nesse sentido, o mais-trabalho pode ser chamado de trabalho não pago (MARX, 2013, p. 737).

Nesse sentido, ao intensificar a produtividade do trabalho para a geração de mais-valor, é possível compreender que as técnicas otimizam o tempo e o trabalho. O trabalho produtivo para humanidade, no capitalismo, muda seu sentido a partir do século XIX no contexto de expansão da Revolução Industrial, que se fundamentou na geração de mais-valor para se consolidar, pois sem mais-valor não há lucro ou riqueza privada. Como visto no capítulo anterior, Mészáros (2011) elucida que a partir da segunda Revolução Industrial o controle e gestão do trabalho são fundamentados no taylorismo-fordismo o que nos ajuda a compreender como o trabalho é dialético, revelando sua capacidade de gerar valor de uso e valor de troca. Em sua concretude, o trabalho gera valor de uso. Para a geração de riqueza, o trabalho abstrato demonstra outra dimensão do trabalho.

Em termos muito gerais, podemos dizer que, tendo o capitalista comprado essa força por seu valor, vale dizer, pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessária para sua produção e reprodução, cria as condições do excedente, ao deixar que o trabalho morto (o valor da força da mercadoria força de trabalho) se transforme em trabalho vivo. A atividade do trabalhador se faz sob o comando do capital segundo suas leis, e o produto lhe pertence de jure. O mais-valor, ou mais-valia, resulta, pois, da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma (MARX, 2013, p. 102).

Se considerarmos que o trabalho abstrato sob o capital é aquele que cria mais-valor e o relacionarmos com as plataformas de *delivery*, cuja plataforma do serviço recebe o valor da entrega realizada pelo entregador e não o trabalhador, a teoria do valor muda de figura, pois quem paga o trabalhador é a plataforma e não aquele que contratou o serviço, no caso o consumidor.

Se acrescentarmos a imbricação crescente entre mundo produtivo e setor de serviços, bem como a crescente subordinação desse último ao primeiro, o assalariamento dos trabalhadores do setor de serviços aproxima-se cada vez mais da lógica e da racionalidade do mundo produtivo, gerando uma interpenetração recíproca entre eles, entre trabalho produtivo e improdutivo (ANTUNES, 2009, p. 111).

Nesse sentido, o capital produtivo é aquele pago através do assalariamento que possibilita ao capital a extração de lucro. Para ser produtivo no capitalismo, não importa se a produção é material ou imaterial, o que importa é se ela gera mais-valor e lucro. Assim, havia um entendimento de que a prestação de serviço é

predominantemente imaterial, portanto, não gerava riqueza pois não contempla uma dimensão corpórea.

Evidencia-se, então, no universo das empresas produtivas e de serviços, um alargamento e ampliação das atividades denominadas imateriais: “O trabalho imaterial se encontra na fusão (ele é a interface) dessa nova relação produção-consumo. É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação produção-consumo. A ativação da cooperação produtiva, assim como da relação social com o consumidor, é materializada no e para o processo de comunicação. É o trabalho imaterial que inova continuamente a forma e as condições da comunicação (e, portanto, do trabalho e do consumo). (...) Desse modo, o trabalho imaterial “não produz somente mercadorias, mas antes de tudo a própria relação do capital. Que o trabalho imaterial produza ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico, isso demonstra como a produção capitalista tem invadido toda a vida, rompendo todas as oposições entre economia, poder e conhecimento” (ANTUNES, 2009, p. 127).

A partir desse ponto, a teoria formulada por Antunes (2009) afirma que por meio da prestação de serviços, a produção se torna imaterial, ou seja, ao relacionar com as plataformas de *delivery*, pode-se sustentar a ideia de que o trabalho prestado pelo entregador de plataforma é uma mercadoria imaterial e gera mais-valor, pois o serviço prestado pelo entregador apropriado pela plataforma vem se consolidando como um modelo lucrativo de negócio. O capitalismo contemporâneo vem apresentando novas formas de criação de valor, fundamentadas em um processo articulado pela ampliação do setor de serviços.

Em uma economia de mercado, o desejo de consumo é um dos motores do crescimento econômico e o capital busca produzir bens e serviços para atender a essa demanda. Nesse ponto, para que a acumulação de capital seja concretizada, as empresas investem em novas tecnologias que têm o poder de criar necessidades, aumentar a produtividade e a eficiência com objetivo de obter mais-valor.

A criação perpétua de novas necessidades é uma condição essencial para a continuidade da expansão infinita da acumulação do capital. É aqui que as tecnologias e a política de criação de novas necessidades vêm à tona como a ponta da acumulação sustentável. É agora bem entendido que “o sentimento do consumidor” e “a confiança do consumidor” nas sociedades mais afluentes não são apenas as chaves para a acumulação do capital sem fim, mas são também cada vez mais a base da qual depende a sobrevivência do capitalismo (HARVEY, 2011, p.92-93).

Diante do exposto, Harvey (2011) revela que o desejo de consumo pode impulsionar a demanda por bens e serviços, enquanto a acumulação de capital pode aumentar a oferta desses bens e serviços por meio do desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, o setor de serviços sofreu um processo de transformação capitalista a partir do avanço do meio técnico-científico-informacional fazendo com que o tempo e o espaço se inserissem na lógica da acumulação capitalista, de tal modo que através

da digitalização e financeirização, vem se mostrando fundamental para a renovação e ampliação da extração de mais-valor.

Por isso, a idade das variáveis presentes em cada lugar termina sendo medida com referência a fatores externos, sobretudo nos países subdesenvolvidos, onde a história da produção é intimamente ligada à criação, nos países do centro, de novas formas de produzir. Tomadas desse modo, essas variáveis de idades diferentes são na realidade passíveis de quantificação e contabilidade, já que cada qual provoca combinações específicas de produto: por unidade de tempo, unidade de capital e unidade de trabalho. A combinação, num lugar, de técnicas de idades diferentes, significa, em cada momento histórico, possibilidade local de acumulação ou desacumulação do capital em virtude da rentabilidade diferencial devida aos modos de produção concretos (SANTOS, 2013, p. 30).

A fim de compreender esse pensamento, de maneira clássica, a geração do mais-valor se inicia na esfera da produção através do ato do trabalho. Esse pilar é calcado na relação consumo e produção, pois na produção por meio do que se inicia a geração do mais-valor e no consumo, onde o mais-valor é efetivado no meio desse processo, existe a circulação e a troca.

O processo de produção é concluído assim que os meios de produção estão convertidos em mercadorias cujo valor supera o valor de suas partes constitutivas e, portanto, contém o capital originalmente adiantado acrescido de um mais-valor. Em seguida, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas novamente na esfera da circulação. O objetivo é vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, converter esse dinheiro novamente em capital, e assim consecutivamente. Esse ciclo, percorrendo sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital (MARX, 2013, p. 777).

A partir do apontamento de Marx (2013), o processo de produção contempla a circulação, a troca e o consumo. Nesse ponto, se considerarmos que a otimização tempo de circulação aumenta a produtividade, por ser imprescindível para a produção, os sistemas de transporte de mercadorias, mesmo sem criar materialidade, se desenvolvem dentro de um processo de circulação. Nesse ponto, a criação da indústria dos serviços de transporte, embora estejam no processo de circulação, se constituem em um ramo produtivo particular.

A perecibilidade presente nessas atividades obrigou a uma transformação dos serviços de transporte, convertendo-os em um ramo produtivo da indústria. Assim como está se tornou capitalista a partir do advento da Revolução Industrial e, posteriormente, também a agricultura superou a sua condição de feudalidade, tornando-se capitalista, um processo similar vem ocorrendo com os serviços, especialmente a partir da década de 1970 (ANTUNES, 2009, p.45).

Sem ter negado a tese fundamental de Marx (2013) em que a produção é geradora do mais-valor e ao revelar como se constitui a indústria dos transportes, Ricardo Antunes, entende que mesmo que o processo de produção não resulte em

materialidade, não significa que ele não possa ser produtivo para o capital. Este setor se converte em uma esfera particular de utilização de capital produtivo, dando sequência ao processo de produção que se desenvolve dentro do processo de circulação.

De nossa parte, parece importante, entretanto, enfatizar um elemento de diferenciação conceitual: realização de lucro não é o mesmo que criação de mais-valor, como, aliás, vimos na distinção apresentada por Marx entre a indústria de transporte e o comércio, a primeira permitindo a geração de valor e o segundo possibilitando exclusivamente a realização de lucro. Mas é preciso também indicar que o capitalismo de nosso século é muito diferenciado em relação àquele que vigorou no século XIX (ANTUNES, 2009, p. 55).

O entendimento de Antunes (2009) é um ponto central para a compreensão das plataformas de *delivery* como participantes e pertencentes à esfera da produção imaterial, uma vez que as plataformas digitais, estão dentro do processo de circulação capaz de gerar mais-valor. Segundo Santos, (2008, p. 120) “as necessidades de serviços ligadas aos progressos tecnológicos constituem assim um aspecto importante da dependência dos países subdesenvolvidos”. Nesse sentido, o conceito de meio técnico-científico-informacional pode oferecer respostas a essa indagação, pois as tecnologias de informação indicam capacidade de agilizar o circuito da (re)produção do capital. Se no processo de produção, circulação e consumo, a circulação depende do tempo (velocidade) para aumentar a produtividade, é possível pensar que o trabalho dos entregadores de plataforma se tornou uma mercadoria, passando a ter papel central para a compreensão na extração de mais-valor pelas plataformas de *delivery*. Embora não ocorra o aumento da produção material, a geração do mais-valor ocorre de maneira imaterial, ou seja, no ato de realizar a entrega que se concretiza a circulação.

Nossa hipótese, então, é que estamos presenciando em escala global o crescimento de novas formas de realização da lei do valor, configurando mecanismos complexos de extração do mais-valor, tanto nas esferas da produção material quanto nas das atividades imateriais, estas também crescentemente constitutivas das cadeias globais de produção de valor (ANTUNES, 2009, p. 53).

Diante da hipótese levantada por Antunes (2009), se considerarmos a expansão do setor de serviços integrado ao processo de plataformização, ao abranger o conjunto de entregadores que trabalham para as plataformas de *delivery* Rappi e Ifood, na cidade de Sorocaba, faz-se necessário desvendar qual o papel desse trabalhador no processo de circulação de mercadorias.

Ao analisar a força de trabalho dos entregadores como mercadoria, cuja atividade depende de plataformas digitais que intermediam a produção e o consumo, é plausível relacionar a informação com o processo de circulação e, portanto, com o entregador que trabalha (presta serviço) por meio de uma ou várias plataformas. Se o trabalho atrelado à informação é uma mercadoria que impulsiona a teoria do valor, o meio técnico-científico-informacional potencializa a criação do valor trabalho, sendo assim a imaterialidade tornou-se imprescindível para a compreensão da teoria do valor no processo de plataformação do trabalho dos entregadores. Nesse ponto, Ursula Huws sugere que a expansão do setor de serviços gerou a criação do “cibertariado”, um tipo de trabalhador conectado com o mundo digital e com as cadeias produtivas de valor.

Eu uso o termo “cibertariado” para descrever trabalhadores que estão empregados em tarefas que envolvem o processamento de informação em negócios que têm o potencial de serem realocados, ou já o foram. Em alguns casos, foram negócios que foram encarados formalmente como tarefas “boas” para trabalhadores altamente educados (por exemplo, trabalhadores de tecnologia da informação no setor público), mas que deterioraram rapidamente quando se tornaram sujeitos desses processos de globalização. Estes trabalhadores estão se tornando tipicamente mais e mais intercambiáveis, quando perícias e processos se tornam mais standardizados. Isso corrói sua posição de barganha e torna seu trabalho mais precário (HUWS, 2007).

Ao usar o conceito cibertariado, Huws (2007) explica que existe uma gama de trabalhadores que trabalham com tecnologias da informação. Nesse sentido, a categoria de entregadores se revela inovadora e complexa no que diz respeito ao uso das tecnologias de informação e, também, retrógrada ao herdar as condições de trabalho taylorista-fordista, como abordado no capítulo anterior. Ao vender sua força de trabalho para as plataformas de *delivery* que se promovem como intermediadoras entre produção, circulação, troca e consumo, sem gerar assim, vínculo empregatício com o entregador que se torna um prestador de serviços do comerciante e do consumidor. Nesse sentido, ao atrelar a teoria do valor aplicada para a compreensão das plataformas de *delivery*, é possível perceber que a articulação da ciência produtiva, trabalho e informação tem a potencialidade de ampliar o entendimento da categoria trabalho como mercadoria.

Assim, é preciso enfatizar que o trabalho imaterial se tornou também parte integrante e vital da forma-mercadoria, em vez de ser excluído do complexo processo de criação do valor que encontra vigência no capitalismo financeiro, informacional e digital de nosso tempo. Sua mensuração deixou de ser, há muito tempo, individualizada, sendo uma média social, uma vez que o valor é resultante do trabalho social, coletivo, complexo e combinado (ANTUNES, 2018, p.57).

Ao constatar que o trabalho atrelado às plataformas digitais se torna mercadoria, com o foco na esfera da circulação, a materialidade está presente mesmo que não haja a produção de um novo produto. A utilização da força de trabalho dos entregadores para o fluxo de mercadorias é imprescindível para as plataformas de *delivery*, pois sem o entregador não é possível que restaurantes, supermercados, farmácias entre outros tipos de estabelecimentos comerciais, circulem os produtos adquiridos por intermédio da plataforma ao consumidor final.

A partir dessa reflexão, é necessário enfatizar que a plataformização permite novos arranjos produtivos para a para o setor de serviços, já que as entregas intermediadas pelas plataformas de *delivery* são realizadas a partir de dados produzidos pelos atores envolvidos. Nesse ponto, é importante compreender como os algoritmos geram informações para tomada de decisões, e de que forma o meio técnico-científico-informacional caracterizado pela indústria 4.0 coleta e gerencia as informações.

A coleta de dados pelas plataformas digitais se baseia no uso desenfreado dos smartphones, que se tornaram verdadeiros objetos que organizam nossas tarefas e influenciam em nossas escolhas cotidianas, sobretudo através das redes sociais, que se tornaram meios pelos quais o consumidor se inspira e expressa seu estilo de vida, suas preferências, sonhos, queixas, desavenças, mas que também registra seus dados pessoais e financeiros, produtos valiosos para a economia digitalizada do século XXI.

A publicidade direcionada por grandes empresas, que aparecem e surgem na timeline do usuário de rede social, é um exemplo de como os algoritmos de inteligência artificial direcionam as preferências e escolhas dos usuários – consumidores. Portanto, o que as plataformas de *delivery* fazem é utilizar-se deste quadro desenhado. Este quadro possibilitou o modelo de negócio plataformizado, gerando novos serviços, experiências e possibilidades de automação e digitalização do trabalho, comércio e consumo.

As plataformas digitais apresentam-se como detentoras de mecanismos tecnológicos aptos a conectar oferta e demanda de um bem ou serviço por meio de uma rede, alcançando enorme contingente de pessoas. Esse modelo de negócio está assentado em dois eixos fundamentais: os algoritmos e os dados. As plataformas são alimentadas por dados e organizadas por meio de algoritmos. Assim as empresas gerenciam e controlam todo o trabalho executado a partir de dados dos consumidores e dos trabalhadores (SCHINESTOCK, 2020, p. 80).

Para tanto, a indústria 4.0 permite que os dados sejam compilados pela *Big Data*, um conjunto complexo e volumoso de dados que permite visualizar a variedade de dados coletados, gerenciando essas informações. No caso das plataformas de delivery, que envolve os consumidores e os entregadores, a utilização dessa massa de dados armazenada, ou seja, do *Big Data*, se dá por meio de algoritmos de inteligência artificial para a tomada de decisão. Nesse ponto, entra o processo de automação toyotista discutido no capítulo anterior, pois nas plataformas de *delivery*, os algoritmos gerados pela *big data* não precisam ser constantemente programados já que aprendem de forma automatizada, gerando sugestões de restaurantes para consumidores, elencados pelas suas preferências e selecionando o entregador que irá circular o produto comprado via plataforma.

O conceito de Big Data Analytics, diz respeito ao conjunto de técnicas e ferramentas computacionais que são utilizadas para extrair valor de grandes volumes de dados a partir da coleta, análise e gerenciamento de informações de maneira estratégica. As grandes fábricas veem usando a tecnologia como ferramenta para reduzir custos melhorando sua produtividade, dessa forma o seu percentual de ganho a cada ano está sendo maior nas várias instâncias da indústria (MOURA, 2018, p.36).

Se o consumidor tem preferência por uma pizza de determinado restaurante, a plataforma de delivery elenca em suas primeiras sugestões, as pizzarias mais procuradas pelo cliente ou sugere os principais sabores de pizza pesquisados pelo consumidor. Para o entregador, os algoritmos exercem o controle do seu trabalho, definindo locais com maior demanda, rotas de entrega, controle de tempo, entre outros. Portanto, esse é o fluxo essencial para compreender a indústria 4.0 através das plataformas de *delivery*.

Nesse panorama, as plataformas de *delivery* fazem parte do atual estágio de desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional e nesse ponto, a indústria 4.0 permite a convergência de tecnologias possibilitando compreender um novo momento histórico. Se fala de inteligência artificial desde os tempos do toyotismo, com a automação industrial, mas no atual período, a automação evoluiu através dos algoritmos. Compreender o quanto os algoritmos estão aprendendo com o saber humano pode ser relacionado a automação toyotista e a necessidade da programação constante das máquinas.

Porém, a indústria 4.0 passa para um novo status produtivo, pois os algoritmos têm a capacidade de aprender e assimilar as informações coletadas pelos dados originados pelo ser humano, assimilando e gerando valor. Nesse ponto, a

possibilidade de automação algorítmica é a atual tendência de comércio e consumo que envolve o entregador e engendra questões a respeito do mundo do trabalho.

(...) as empresas-plataforma, que pelas vias do algoritmo de reputação podem visualizar online e, dessa forma, controlar todos os pormenores do trabalho que está sendo executado, muito além do que fazia a gerência científica taylorista-fordista; a pessoa que vai consumir o serviço prestado, que pode avaliar mal um serviço por qualquer razão ou até mesmo sem razão objetiva (CAMILLO, 2001, p.28).

Nessa perspectiva, as mudanças nas dinâmicas do trabalho, organizações territoriais e técnicas estão sendo fortemente influenciadas pelos algoritmos e pela introdução dos smartphones na vida social. Esse modelo organizacional plataformizado traz consigo processos anteriores, como os fordista-tayloristas de controle sobre a produtividade do trabalho e o toyotista de automação e flexibilização do trabalho. As empresas de plataforma encontram formas de se globalizar através de um meio técnico-científico-informacional apropriado para a sua disseminação, utilizando tecnologias de comunicação e algoritmos para se apoderar da informação e do desemprego para explorar os trabalhadores na busca de obtenção de lucros.

Para melhor compreensão desses questionamentos, é importante elucidar o processo de transformação do trabalho pelo meio técnico-científico-informacional iniciado nos anos 1970, tecendo um panorama até os dias atuais. Vale ressaltar que o termo “uberização do trabalho” emana a noção de uma forma muito específica das empresas de plataforma. Parte da essência dessa metamorfose que entende que o trabalho é uma prestação de serviço. É a transformação completa do trabalho enquanto mercadoria, pois é a tentativa de dissociar a força de trabalho do trabalho propriamente dito com o sujeito.

Nestes termos, aponta-se para a noção de trabalho flexível, em que o entregador tem que estar sempre disponível para as plataformas que fazem a venda da prestação de serviços, sendo que para existir, as plataformas precisam necessariamente dos trabalhadores, no caso os entregadores. Na tentativa de eliminar as possibilidades de negociações entre os entregadores e as plataformas através dos termos de uso, tiram a presença do trabalhador enquanto sujeito com objetivo de transformar a relação empresa-trabalhador apenas em uma prestação de serviços, como se fosse uma mercadoria qualquer. Os termos de uso das plataformas de *delivery* revelam que o trabalhador deve se adequar às imposições propostas, não havendo negociação por parte dos entregadores, o que revela seu caráter arbitrário. A adesão aos termos de uso não pode ser confundida com um contrato, pois não é

um acordo, já que as políticas de uso são constantemente atualizadas sem aviso prévio e para continuar trabalhando, o entregador é obrigado a aceitá-las para continuar trabalhando. Apresentamos abaixo a captura de tela com os termos e condições de uso da plataforma IFood para os entregadores cadastrados:

Figura 7 - Termos e condições de uso IFood



Sobre sua relação com a Plataforma

**Não há vínculo empregatício!
A relação aqui é civil e comercial.**

Como profissional independente, cadastrando-se na Plataforma por livre e espontânea vontade, você confirma que não há qualquer relação de hierarquia, de dependência, subordinação ou trabalhista com o iFood.

Com isso, o Entregador, a Entregadora e o iFood reconhecem que a relação aqui presente não possui nenhuma característica prevista em lei que comprove o vínculo empregatício.

Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/termos-e-condicoes-de-uso/> Acesso em 02/12/2022

Figura 8 – Responsabilidade Ifood



Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/termos-e-condicoes-de-uso/> Acesso em 02/12/2022.

Figura 9 – Retenção de valores

Caso a gente suspeite ou possua qualquer prova de dano ou prejuízo sofrido, pelo iFood, pelos Clientes Finais, pelos Estabelecimentos Parceiros e/ou terceiros – durante a atividade de entrega – o Entregador ou Entregadora nos autoriza a realizar a retenção de quaisquer valores referentes a este dano.



Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/termos-e-condicoes-de-uso/> Acesso em 02/12/2022.

Figura 10 – Atualização dos termos de uso Ifood



**NOVA ATUALIZAÇÃO
DOS TERMOS E CONDIÇÕES DE
USO iFOOD PARA ENTREGADORES**

Vamos atualizar os nossos Termos e Condições de Uso do App iFood para Entregadores daqui **30 dias**.

As principais mudanças foram:

- Inativação e Desativação da Plataforma.
- Novas atualizações sobre melhorias realizadas, de acordo com a Lei 14.297/2022.
- Planejamento de Entrega - Criação e possibilidade de agendamento no Aplicativo para realizar entregas.

Atenção: Essas alterações passarão a valer somente a partir de 20/02/2022. **Apenas a mudança de Inativação e Desativação da Plataforma já está valendo**, conforme exige a lei 14.297/22.

Esse documento é fundamental para guiar a nossa parceria. **Leia com atenção!**



Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=iVH3VfPm1po&ab_channel=CEAR%C3%81DOIFOOD>
Acesso em 02/12/2022.

Em grande parte, a luta dos trabalhadores contra as condições precarizantes impostas nos termos de uso solicitados pelas empresas de plataforma de *delivery* é resistir a essa subjetivação do trabalho, buscando legitimação de suas resistências até o limite da recusa desse tipo de trabalho, que nem sempre é uma alternativa. Nesse ponto, o algoritmo obriga o entregador a assumir o risco da atividade econômica, controlando a demanda, o tempo de trabalho e as punições. Essa metamorfose no mundo do trabalho plataformizado demonstra os efeitos perversos da globalização através de novas tecnologias de gestão e controle de trabalho.

As empresas de plataforma estão inovando a organização das cadeias globais de produção de valor por meio da ideia de “um mundo no qual os sistemas de fabricação virtuais e físicos cooperam entre si de uma maneira flexível a nível global”¹⁹. A proposição de um novo período baseado na automação, digitalização, *Big Data* e inteligência artificial, que está sendo chamado de Indústria 4.0, foi gestada em países desenvolvidos de industrialização avançada, como Alemanha e Estados Unidos. A região do Vale do Silício, localizada ao longo da baía de São Francisco no estado norte-americano da Califórnia, lidera o desenvolvimento de novas tecnologias no mundo e que, por consequência, chegam em mercados subdesenvolvidos e emergentes como o Brasil, caracterizados por mercados de trabalho historicamente desestruturados, encontrando um caminho livre para se disseminar.

Aqui está a ambição do Vale do Silício: Remodelar o mundo à imagem da internet. Instituições abertas, governo aberto, acesso aberto. Essa é a ambição que a economia do compartilhamento busca satisfazer: pegar a filosofia de abertura e, com ela, remodelar indústrias inteiras, bem como a relação delas com os governos – mas para manter algo para elas mesmas (SLEE, 2017, p. 220).

O ponto abordado por Slee (2017), demonstra o papel de intermediação proposto pelas empresas de plataforma, citadas por ele como empresas de economia do compartilhamento. Nesse sentido, a globalização garante abertura de vantagens para empresas oriundas do Vale do Silício, que do ponto de vista da sua estratégia e em grande parte, permite que essas empresas de tecnologia façam o real controle das formas de produção e trabalho para assim se espalhar pelo globo.

Buhr (2017) afirma que não se deve pensar apenas do ponto de vista tecnológico, mas também a reflexão sobre as plataformas deve ser pensada a partir do processo de financeirização. Tomando como base os investimentos nas

¹⁹ Citação de Klaus Schwab – Fundador e presidente executivo do Fórum Económico Mundial.

plataformas de delivery, em 2021, a plataforma IFood, líder do segmento no Brasil, recebeu aporte de 1 bilhão de reais do grupo holandês Prosus²⁰, um dos maiores grupos de investidores de tecnologia do mundo.

Há uma expectativa positiva que se expressa nas previsões de investimentos: Para a União Europeia manter seu status como um importante centro industrial, as empresas precisam investir cerca de € 1,35 trilhão na Indústria 4.0 em toda a UE nos próximos 15 anos. Isso equivaleria a pelo menos 90 bilhões de euros por ano. Em cima disso, teria que haver um grande investimento em obras públicas, assim como internet de banda larga acelerada na Alemanha. É claro que o setor de TI e TC serão os primeiros a ver os benefícios. Criadores e fornecedores de soluções de software para análise de dados, rede e digitalização podem parecer antecipar aumentos nas encomendas. Muitas outras indústrias, no entanto, provavelmente serão profundamente impactadas pelo desenvolvimento da Indústria 4.0 muito em breve: engenharia de máquinas e instalações, fabricantes de equipamentos, indústria química, fabricantes de automóveis e seus fornecedores, o também o setor de logística, bem como agricultura (BURH, 2017, p.6).

As previsões de Burh (2017) demonstram a preocupação da União Europeia com o desenvolvimento da indústria 4.0 e permitem analisar o momento atual do setor, assim como compreender sua importância, como o investimento financeiro no IFood demonstrado anteriormente. No mundo atual existem vários centros que desenvolvem novas tecnologias, porém das dez maiores empresas capitalizadas do mundo²¹, todas são instituições que compõem a indústria 4.0, são de tecnologia de berço, desenvolvidas e com investimentos provenientes do Vale do Silício.

O co-fundador da HP, William Hewlett, defende que o “empreendedorismo tecnológico”²² desenvolvido no Vale do Silício é capaz de melhorar o mundo através da tecnologia, o que explicaria os maciços investimentos da região. Essa ideia está atrelada à potencialidade de que a internet é capaz de melhorar a vida das pessoas através do acesso a informações e dispositivos avançados que transformam a sociedade como um todo, já que a tecnologia tem o potencial de resolver os problemas humanos ao tornar obsoletas antigas condutas analógicas por meio do mundo digital. Sobre esse pensamento, Slee (2017) alerta para uma outra perspectiva sobre o Vale do Silício.

²⁰ Disponível em: <https://exame.com/negocios/mobile-dona-do-ifeed-recebe-seu-maior-aporte-r-1-bi-da-prosus/> <Acesso em: 28/11/2022>

²¹ Os dados de março de 2022 apresentam empresas que operam majoritariamente nos setores de tecnologia, serviços e comunicação. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/biggest-companies-in-the-world-by-market-cap-5212784>> Acesso em 28/11/2022

²² Segundo Hewlett, o empreendedorismo tecnológico está associado a presença da Universidade de Stanford na região proporcionando o pensamento para que as grandes empresas pudessem prosperar. Disponível em: <https://www.showmetech.com.br/o-que-vale-do-silicio-pode-ensinar-ao-mundo/><Acesso em: 28/11/2022>

De acordo com a pesquisadora do mundo digital Alice Marwick, o investimento em autopromoção transformou-se em uma grande onda no Vale do Silício, em parte da crença que as empresas instaladas na região depositam no valor do empreendedorismo, de modo que agora as iniciativas da Economia do Compartilhamento cunharam uma palavra para “pessoas como empresas”: anfitriões do Airbnb, motoristas do Lyft e tarefeiros do TaskRabbit são todos “microempreendedores”. É a era do eu como corporação, e da reputação como marca pessoal. Se a ideia de “reputação como ativo” ganhar terreno, a reputação se tornará uma medida de quão bem nos conformamos aos preconceitos e às expectativas da cultura do Vale do Silício (SLEE, 2017, p. 187).

Para compreender a dimensão empreendedora do Vale do Silício apontada por Slee (2017), assim como seus volumosos investimentos a empresas desenvolvidas pela premissa da indústria 4.0, como as plataformas de *delivery*, estão vários fatores atrelados ao consumo, mas também em sua capacidade produtiva de transformação do mundo do trabalho. O controle e eficiência nas entregas atrelado aos baixos custos de operação permitem iniciar a discussão sobre a lógica empreendedora por meio de avaliações que definem a reputação do trabalhador plataformizado.

Há uma zona geográfica de atuação bem específica e bem definida. São exemplos típicos desse formato de trabalho em plataformas os serviços de transportes, *delivery*, (...). Nessa modalidade, há uma empresa que define os valores a serem cobrados e a maneira como o serviço deve ser prestado, havendo controle sobre a forma de seleção e disciplina dos trabalhadores para que seja possível garantir um padrão de qualidade do serviço realizado. Geralmente, nesse tipo de sistema, a forma de pagamento é centralizada pela empresa (SCHINESTESCK, 2020, p. 81).

O exposto por Schinestesck (2020) é que a indústria 4.0 permite que plataformas de *delivery* repensem as relações de trabalho. As métricas definidas pelas plataformas permitem aumentar o controle e a disciplina sobre o trabalhador, que ao incorporar a lógica empreendedora permitem que as plataformas digitais mobilizem a mão-de-obra e tecnologias, de forma que o debate sobre a precarização do trabalho se insira nesse contexto.

A partir dos anos 1970, o desenvolvimento do setor de serviços se evidencia como a exploração da força de trabalho e revela contradições relevantes para o universo do empreendedorismo e a sua relação com a plataformização do trabalho dos entregadores. Como o setor de serviços é responsável pela comercialização de produtos e prestação de serviços à sociedade, essas atividades que estão localizadas principalmente nas zonas urbanas, ou seja, em escala local, sofrem influência do mundo globalizado, no qual as condições proporcionadas pelo meio técnico-científico-informacional que em conjunto com as tecnologias e a informação permitem conectar lugares e acelerar os fluxos necessários para a reprodução do capital.

A revolução no domínio do consumo foi acompanhada da deformação da estrutura do consumo (...), acarretando novas formas de produção e de comércio. A escala e as condições das produções dependem dos progressos tecnológicos que vêm dos polos. A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 2008, p.37).

A divisão socioespacial do trabalho citada por Santos (2008) cria hierarquias nas quais a desigualdade social se torna um fator fundamental para a reprodução da riqueza. Nesse sentido, a globalização e o neoliberalismo criam condições para a precarização do trabalho, já que no circuito inferior a lógica empreendedora anda de mãos dadas com o desemprego, a informalidade e a flexibilização. As grandes corporações, como as plataformas de *delivery* pertencentes ao circuito superior, se inserem no circuito inferior da economia, enriquecendo-se nessas condições desiguais das quais extraem grandes lucros.

O emprego, no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital. O contrato frequentemente assume a forma de um acordo pessoal entre patrão e empregado, mas a importância do trabalho familiar (...), e do trabalho autônomo ou self employment é grande. A média de ocupados por unidade de produção é baixa; mas, em compensação, o número global de pessoas ocupadas é considerável. Esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. Tudo isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras das atividades desse setor e a suas relações com o conjunto da economia urbana (SANTOS, 2008, p.45).

Como os circuitos não são apenas compostos pelas atividades urbanas em si, mas também pelas populações a elas associadas pelo trabalho e consumo, distinguindo-se pela quantidade de capital e tecnologia que eles mobilizam, o circuito inferior abarca a população que nele trabalha e consome, mas não é fechado nele mesmo, sendo um subsistema urbano. A teoria dos circuitos de Milton Santos explica como ocorre a divisão do trabalho através da perspectiva do território e as dinâmicas que regem a globalização.

Portanto, o neoliberalismo ajuda a reconhecer a divisão territorial do trabalho hegemônica comandada pela égide de grandes grupos altamente capitalizados, na qual a indústria 4.0 se insere, difundindo novas tecnologias como a plataformação do trabalho, a tecnificação das atividades típicas do circuito inferior que deram

margem ao surgimento de novas atividades no setor de serviços relacionadas ao uso dos smartphones e aos aplicativos como as plataformas de *delivery*.

3.2 TRABALHO SOBRE DEMANDA E A INFORMALIDADE DOS ENTREGADORES DE PLATAFORMA

As plataformas de *delivery* tornaram-se um dos inúmeros exemplos de consolidação da relação capital e trabalho nas quais o entregador é reduzido a uma forma de trabalho disponível que é utilizada de acordo com a demanda. Nesse sentido, o conflito capital e trabalho pode ser pensado da seguinte maneira: De um lado, o trabalhador amparado por leis de proteção do trabalho que constroem elementos necessários do que pode ser considerado um trabalho digno no sistema capitalista e, do outro lado, a informalidade, classificada como parte integrante do baixo capital, na qual os vendedores ambulantes, camelôs, motoboys ou qualquer outro trabalhador informal que não é protegido por leis de trabalho se insere.

Entendemos que o conceito de trabalho informal, para a maioria dos trabalhadores, é sinônimo de precariedade, de desproteção social, de instabilidade, de restrição no ramo de atividade e, além disso, se constitui, para muitos trabalhadores, a única forma de sobrevivência. São atividades heterogêneas que envolvem várias funções (...). Denota também a redução salarial e acentua a desigualdade entre as classes (FAGUNDES, 2017, p.329).

A constituição do conceito de informalidade constatada por Fagundes (2017), permite tecer conexões com o trabalho de entregadores nas plataformas de *delivery*. Além de não ter vínculo empregatício, a informalidade no trabalho do entregador plataformizado pode se revelar constitutiva na consolidação de um trabalhador cuja força de trabalho é utilizada quando necessária, já que ao ficar logado em busca de entregas, esses trabalhadores ficam disponíveis para as plataformas os utilizarem quando elas quiserem.

A compreensão do trabalho dos entregadores de plataforma se relaciona com um processo amplo de transformação do trabalho e suas formas de gerenciamento. Segundo Abílio (2019), a plataformização do trabalho pode ser compreendida através de dois elementos centrais: O trabalho sob demanda (*just in time*) e os processos de informalização do trabalho. Para exemplificar o trabalho sob demanda nas plataformas de *delivery*, obrigatoriamente o entregador precisa permanecer *on-line* no aplicativo, sem ter ideia em que momento o aplicativo irá “tocar” e o entregador será notificado que tem uma entrega disponível.

A empresa-aplicativo detém o controle e a possibilidade de mapear e gerenciar a oferta de trabalho e sua demanda, a qual também está mediada pelo aplicativo e subordinada a ele. Como dito, o trabalhador está disponível, mas não tem qualquer possibilidade de negociação ou influência na determinação da distribuição de seu próprio trabalho nem sobre o valor do

mesmo. As próprias regras sobre a distribuição do trabalho, bonificações, determinação do valor do trabalho e suas variações não são claras ou pré-definidas (ABÍLIO, 2019, p.3).

Nesse ponto, Abílio (2019) demonstra como o entregador fica disponível para o trabalho, a aplicabilidade das demandas exigidas pelas plataformas aos entregadores que instrumentalizam a intermediação, o discurso das plataformas de *delivery* é que sua função é apenas de intermediar a relação entre consumidores, comerciantes e entregadores, porém na prática, as plataformas controlam os serviços prestados, oferecendo acesso a uma legião de trabalhadores geograficamente dispersos. Os usuários dessas plataformas podem postar tarefas, no caso restaurantes, supermercados, pet shops, farmácias entre outros, e demandar tarefas para serem realizadas pelos trabalhadores, no caso as entregas e ao mesmo tempo, as plataformas de *delivery* intermediam o acesso ao serviço entre o cliente e o entregador.

Para tanto, as plataformas definem rotas, controlam o tempo de entrega, avaliam a qualidade das entregas através de um sistema de vigilância e punição. Segundo Pires (2020, p. 5), “o trabalhador é, supostamente, autônomo, mas é a empresa que define o preço da viagem, metas e o pune utilizando-se da “nota” (avaliação feita pelos consumidores) assumindo nítido cariz de controle quando se verifica que ela tem como destinatária a Uber, e não os clientes”.

De forma a exemplificar as estratégias de gerenciamento implementadas pelas plataformas de *delivery*, além dos critérios citados acima, propõem “desafios” que, se aceitos e completados, geram bonificações pelo número de entregas ou aumento do valor dinâmico²³.

Nesse sentido, os entrevistados foram questionados sobre a existência de algum sistema de estímulo nas plataformas em que realizam os serviços de entrega. O entrevistado Paulo revelou as estratégias de recompensas da plataforma *Rappi*:

Eles fazem algumas promoções, esses dias era a promoção mais 10 reais por entrega. Provavelmente quando eles lançam essas promoções, eles aumentam um pouco a tarifa do cliente e geralmente essas promoções são no fim de semana e feriados. Outro dia teve feriado na terça-feira, aí eles emendaram a promoção do fim de semana com o feriado. O que eu percebo é que quando tem promoção, os entregadores ficam mais tempo logado, às

²³ O IFood realiza algumas promoções quando acontece um grande aumento de pedidos e precisam de mais entregadores disponíveis. Isso costuma acontecer em datas comemorativas e fins de semana. Lembrando que as promoções são sempre um valor adicional por rota. Para mais informações: <https://entregador.ifood.com.br/abrindo-a-cozinha/como-e-calculado-o-valor-de-cada-entrega/> <Acesso em: 02/12/2022>.

vezes começa a chover e sai uma promoção ou aumenta o valor da tarifa... quando tem promoção “os cara” vai né (Informação verbal – Paulo).

Em sua fala, Paulo enfatiza que as promoções são um chamariz para os entregadores ficarem conectados às plataformas nos finais de semana, feriados ou em dias de chuva. Para tanto, o entregador Paulo, forneceu uma captura de tela das promoções, nomeada pela plataforma como “*Rappi Recompensas*”.

Figura 11 – Recompensas da plataforma *Rappi*



Fonte: Entrevistado

Ao associar a explicação de Paulo sobre o uso do sistema de recompensas da Rappi com as informações coletadas no site da plataforma IFood, percebe-se que as bonificações e o aumento do valor da tarifa estão relacionados com a disponibilidade de entregadores para a realização das entregas. A captura de tela fornecida por Paulo (figura 11) é de grande valia para exemplificar as estratégias de gerenciamento das plataformas sobre os entregadores, que no caso, estabelece o dia e o horário que o entregador precisa estar conectado para participar da promoção. Vale destacar que o

período de bonificação, indicado por Paulo, ocorreu no final de semana e se estendeu até o feriado de Proclamação da República, que ocorreu em 2021, em uma segunda-feira.

Ao questionar sobre os sistemas de bonificações, a entregadora Fernanda corroborou com a explicação de Paulo e trouxe outro dado sobre a estratégia que a plataforma IFood criou para manter o entregador logado.

As bonificações variam bastante. Por exemplo, no Ifood, se começar a chover eles colocam mais R\$2,00 de bonificação. Eu percebi isso, quando começa a chover, eles delimitam o horário, por exemplo, das 19h às 22h e colocam esse incentivo, porque geralmente quando chove o entregador desliga o aplicativo e vai embora ou espera a chuva passar porque é perigoso. Mas agora mesmo com chuva é complicado não permanecer logado porque o Ifood atualizou o aplicativo e agora precisamos agendar o período que vou permanecer logada no aplicativo. Se eu sair antes do horário não recebo pedidos. Já a Rappi coloca bonificação geralmente no final de semana, por exemplo, no horário de almoço ou janta, mais R\$9,00. Quando fiz outra conta de carro no nome da minha mãe, tinha um desafio de completar várias corridas para ter uma bonificação de 300 reais. Aí eu bati a meta de entregas e não me pagaram. Abri um chamado para cobrar o valor e eles me bloquearam (Informação verbal – Fernanda).

Figura 12 – Print da tela de agendamentos da plataforma Ifood



Fonte: Entrevistada

A revelação de Fernanda aponta para a estratégia de gerenciamento dessas plataformas que se contradiz com o discurso de autonomia do entregador, além de demonstrar o caráter precarizantes do trabalho dos entregadores de plataforma. Ao explicar sobre os agendamentos, a entregadora Fernanda trouxe uma importante contribuição para esta dissertação:

Com esses agendamentos, a ideia de ser entregador pela flexibilidade de horário ou ficar livre para trabalhar a hora que eu quero acabou, tipo o Ifood está querendo controlar o seu horário, entendeu? Você tem que agendar o horário para trabalhar, porque se você não sair a sua pontuação cai. Se você agendar e não for trabalhar ou se você for em outro horário que não seja o agendado, simplesmente o aplicativo não toca. Outra coisa, a pontuação é muito importante, porque se você tem pontuação alta você é priorizado, então se for agendar tem que cumprir. Além disso, a gente não pode recusar as corridas se não cai a pontuação também, se você recusar eles dão um castigo, então na verdade você não tem a autonomia que eles falam. Não aparece lá na tela que você está bloqueado, por mais que você esteja online o aplicativo não toca (Informação verbal – Fernanda).

O relato de Fernanda demonstra sua clareza sobre o gerenciamento da plataforma. O que se percebe é que a necessidade de trabalhar vai além das suas percepções sobre a precarização da plataforma. O caráter precarizante pode ser notado pela captura de tela do aplicativo (figura 12) que demonstra como a plataforma solicita o planejamento de trabalho para o entregador permanecer à disposição da plataforma. Conforme a figura 12, percebe-se que a entregadora Fernanda agendou o horário das 11h às 23h59 para trabalhar. Ou seja, a entregadora realizou uma jornada de dez horas de trabalho, bem acima da jornada de oito horas permitidas em lei²⁴.

Segundo Antunes, (2020, p. 32) “há centenas de milhões de trabalhadores/as com empregos precários e jornadas diárias que atingem 10, 12, 14, 16 horas, de que é exemplo o trabalho uberizado nas plataformas digitais e aplicativos globais”. Nesse sentido, o trabalho dos entregadores de plataforma não é regulamentado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), percebe-se claramente o caráter precarizante do trabalho dos entregadores via plataforma.

Ao relacionar as informações de agendamentos contidas na figura 12 com a fala da entregadora, percebe-se o controle que o IFood realiza sobre o entregador e o medo da punição, caso o trabalhador não cumpra os horários estipulados pela

²⁴ A Constituição da República, em seu artigo 7º, inciso XIII, inclui, entre os direitos dos trabalhadores, a “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”.

plataforma. Diante dessas informações, a entrevistada foi questionada a respeito de se sentir estimulada a trabalhar com as bonificações e sobre essa nova política de agendamentos, ao que ela respondeu:

Sim, por exemplo, na Rappi a bonificação aparece no aplicativo no meio da semana para se cadastrar, aí eu consigo me organizar para trabalhar nesse período que tem a bonificação. Às vezes bate aquela preguiça e você fala, hoje é domingo, não vou trabalhar, aí eu lembro que está com bonificação então as taxas estão mais altas, então isso me motiva e vou trabalhar. Agora sobre essa atualização do Ifood (agendamentos) não sei como vou fazer, por que em casa tentamos nos programar para tirar uma folga, mas a nossa vida é imprevisível, então tem semanas que trabalhamos direto. Com esses agendamentos, se acontecer algum imprevisto pessoal, vou perder esse dia de trabalho. Então se tinha programado tirar folga na terça-feira e na quarta acontece um imprevisto, fico sem ganhar por dois dias (Informação verbal – Fernanda).

O que se observa na fala dos entrevistados é que o entregador de plataforma é usado e explorado pelo controle do seu tempo logado e à disposição das empresas, concordando com conceito de trabalho sobre demanda de Abílio (2019). Ao serem utilizados na exata medida das determinações das plataformas, passam a arcar com estratégias cotidianas que garantem o seu ganho para garantir a sua própria sobrevivência.

Nesse sentido, ao falar sobre as tecnologias de controle desenvolvidas pelas plataformas de *delivery*, deve-se levar em consideração o poder de rastreabilidade pelo georreferenciamento como mecanismos de controle do trabalho. Nessa perspectiva, as plataformas como o Ifood e Rappi, utilizam dados coletados dos smartphones dos estabelecimentos comerciais, consumidores e entregadores por meio da internet. Com o cruzamento dos dados obtidos e utilizando aplicativos de GPS como *Google Maps* e *Waze*, é possível monitorar o deslocamento do entregador e por consequência os produtos comprados pelo consumidor até a sua residência. Essa rastreabilidade automatizada dá grande poder de controle para as plataformas de *delivery*, pois de posse desses dados é possível exercer o controle do trabalho do entregador, definindo trajetos e tempo de entrega deixando a plataforma mais produtiva, porém reduzindo a autonomia do entregador.

As empresas apresentam-se não como contratantes, mas como mediadoras da oferta e da procura; entretanto, são elas que detêm o controle total sobre a distribuição do trabalho, gerenciamento e estímulo de produtividade, de acesso e desligamento das plataformas além de, obviamente, definirem o valor do trabalho de seus “parceiros” (ABÍLIO, 2020, p.113).

Com posse desses dados, o consumidor pode avaliar o entregador através de critérios como prazo, educação, paciência e cuidado com o pedido. O consumidor

avalia a entrega através de palavras-chaves e as empresas de plataforma terceirizam seu gerenciamento até o consumidor, e através das avaliações, conseguem o controle do tempo do trabalho e induzem comportamentos que a empresa julgue necessários aos seus colaboradores.

Figura 13 – Avaliação do entregador Ifood

Você gostou da entrega?
Conte-nos se gostou ou não.

Sim, gostei

Não, poderia melhorar

Do que você mais gostou?

Educação Paciência

Dentro do prazo

Cuidado com o pedido

Avalie o iFood também.
Em um momento de 0 a 10, avalie a entrega do

Avaliar

Disponível em: <<https://br.financas.yahoo.com/noticias/como-avaliar-pedidos-no-ifood-193000619.html>>
Acesso em 02/12//2022.

É importante salientar que todo esse processo de controle e automação das plataformas de trabalho revela um nível de precariedade jamais antes visto. Historicamente, na manufatura, o trabalhador exercia o controle total de sua produção, portanto o produto é personalizado no sentido de ter características únicas. No fordismo há um ganho na escala produtiva e na padronização do produto, utilizando-se de mecanismos rígidos no controle do trabalho. No toyotismo criou-se o processo de automação da produção por meio do controle dos estoques. Para tanto, o trabalhador se tornou mais flexível e dele foram exigidos múltiplos conhecimentos.

Na indústria 4.0 temos a volta da personalização da mercadoria, mas também do trabalho, já que os mecanismos de controle de plataformas de *delivery* como o Ifood exigem diferentes níveis de exigência para a prestação de serviço de forma singular. Conforme a captura de tela do aplicativo (figura 13) o entregador tem que se

adequar às demandas do aplicativo e do cliente, apresentando condições de trabalho com um nível de perversidade jamais visto antes.

A tecnologia da comunicação permite inovações que aparecem, não apenas juntas e associadas, mas também para serem propagadas em conjunto. Isto é peculiar à natureza do sistema, em oposição ao que sucedia anteriormente, quando a propagação de diferentes variáveis não era necessariamente acelerada (SANTOS, 1997, p. 27).

Nesse sentido, os avanços tecnológicos alteraram – e continuam alterando – as relações entre os territórios no nível econômico, político ou cultural e, conseqüentemente, as relações de trabalho. Através de redes informacionais cada vez mais capazes e velozes, as empresas de plataforma aproximam pessoas e lugares praticamente em tempo real, permitindo uma expansão do ciclo de reprodução do capitalismo para espaços de produção até então inéditos. A redução do trabalhador apenas à força de trabalho está atrelada à lógica neoliberal do empreendedorismo, que transfere a gestão de sua sobrevivência ao próprio trabalhador.

O trabalhador *just-in-time* aparece como um empreendedor de si – que define seu tempo e local de trabalho, seus instrumentos e suas estratégias –, mas podemos deslocar a noção de empreendedorismo para a de autogerenciamento subordinado, pois é transferido para o trabalhador um gerenciamento de si, que se faz na relação com regras que se informalizaram, e que regem ferrenhamente o trabalho. Esse deslocamento também possibilita pôr menos fichas em uma subjetivação neoliberal centralmente definida pela internalização da concorrência em diversas esferas da vida. O enfoque se desloca, então, para as formas contemporâneas de gestão do trabalho que, tecidas pela ameaça permanente de exclusão e seleção, transferem parte do gerenciamento para o próprio trabalhador. Um gerenciamento que está, no entanto, inteiramente subordinado. Ou seja, o deciframento dos modos de subjetivação contemporâneos se desloca, assim, da figura do indivíduo empresa para ressaltar os meios de subordinação e controle do trabalho (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021, p. 40).

Ao transferir a gestão de sua sobrevivência ao próprio trabalhador, o empreendedorismo vai de encontro à ideologia neoliberal que defende a retirada das redes de proteção social, que historicamente garantiam a sobrevivência do trabalhador através da responsabilidade do Estado. Todas as conquistas, como a duração da jornada de trabalho, salário-mínimo e demais direitos adquiridos, no período atual, são transferidos para o próprio trabalhador-entregador com o autogerenciamento subordinado.

Essa interpretação do trabalho sobre demanda de ordem neoliberal levantada por Abílio (2019) ganha força política, pois ela sintetiza a retirada de toda essa rede de proteção do trabalho. Essa multidão de trabalhadores disponíveis ao trabalho é recrutada e utilizada através do autogerenciamento subordinado, que permite o uso

dessa multidão de forma racionalizada. Esse processo de gerenciamento anda lado a lado com o processo de informalização do trabalho, que no caso dos entregadores de plataforma, já estavam ambientadas as condições de terceirização como o serviço de moto frete, ainda precarizados, em Sorocaba a atividade é regulamentada pela lei municipal nº 9413, de 8 de dezembro de 2010²⁵.

A atuação das plataformas de *delivery* no Brasil é recente e monopolizada por poucas empresas que atuam em todo o mercado nacional. Como tendência, vários trabalhadores passam para a informalidade, já que as plataformas não se responsabilizam pelos direitos trabalhistas do entregador e não existe regulamentação trabalhista na prestação de serviço. Nesse ponto, atrelar entregador de plataforma ao trabalho informal desafia todo o pensamento social brasileiro que reflete sobre a informalidade. Nesse sentido, em sua centralidade a plataformização do trabalho revela indícios de processos em que a informalidade está fugindo da exceção, mas que está se desenhando com grande força no mundo do trabalho como regra.

Inspirado na experiência japonesa no pós-guerra e associado ao avanço tecnológico, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, através da desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, do salário flexível, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”, além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores. O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. Mais recentemente, a prática das “metas” e das “competências”, realizada pelos “colaboradores”, tornou-se a regra no ideário empresarial (ANTUNES; DRUCK, 2015, p. 22).

O ponto fundamental trazido por Antunes & Druck (2015) revela esse tipo de informalidade como elemento estrutural da renovação e atualização das formas de controle e regulamentação do trabalho, que são resultantes de processos históricos. Nesse sentido, a plataformização do trabalho dos entregadores envolve um processo de informalidade anterior às plataformas de *delivery*.

Desde os anos 90, o processo intenso de terceirização das entregas promovia a expansão e reconfiguração dessa profissão. No início dos anos 80, antes da terceirização, os motoboys eram mais conhecidos como “mensageiros de entrega”. A moto, em geral, não era do trabalhador, sendo fornecida pela empresa que contratava diretamente estes trabalhadores (...).

²⁵ Em seu art. 7, os serviços de motofrete poderão ser executados por condutores profissionais autônomos, por empresas ou prestadoras de serviços a terceiros, por condutores empregados de fornecedoras de produtos e serviços a consumidores finais desde que cumpridas às exigências e condições estabelecidas nesta Lei.

Naquela época, o trabalho envolvia uma logística outra, a qual hoje nos parece tão distante e que definia a intensidade e as formas de distribuição deste trabalho (ABÍLIO, 2022, p. 946-947).

A perspectiva de Abílio (2022) diz respeito ao processo que permeia o trabalho formal do “*motoboy*”²⁶ nos anos 1980 até a terceirização iniciada nos anos 1990 indicando que, ao olhar para o trabalho do *motoboy*, é possível ver o processo de informalidade correndo junto com o processo de expansão da terceirização. A introdução das plataformas de *delivery* no mercado de trabalho está atualizando e expandindo a informalidade no século XXI, pois existem milhares de trabalhadores gerenciados e remunerados por poucas empresas de plataforma de *delivery* que monopolizam o setor²⁷.

As tensões entre competição e monopólio, concentração e dispersão, centralização e descentralização, fixidez e movimento, dinamismo e inércia, entre diferentes escalas de atividade — todas essas tensões advêm dos processos moleculares de acumulação interminável do capital no espaço e no tempo. E essas tensões se veem apreendidas pela lógica expansionista geral de um sistema capitalista em que a acumulação interminável do capital e sua busca eterna de lucros constituem a dominante. O efeito agregado é, como com frequência tive motivos para formular no passado, que o capital busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo simplesmente para ter de destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num ponto ulterior do tempo a fim de adaptar sua sede perpétua de acumulação interminável do capital. Esta é a história da destruição criativa inscrita na paisagem da geografia histórica completa da acumulação do capital (HARVEY, 2005, p. 87-88).

Nesse sentido, Harvey (2005) explica que ao monopolizar um segmento, o trabalhador não tem escolha, já que pela lógica expansionista, o capital prospera com a precarização do trabalho em sua incessante busca por acumulação. Nesse ponto, as plataformas de *delivery* têm o poder de atrair e gerenciar um exército de trabalhadores informais que passam a ser controlados pelas mãos de poucas empresas.

Diante de um cenário de incertezas e recorrentes crises econômicas, o trabalhador fica sem muitas alternativas em empregos formais e passa a se subordinar ao que as plataformas de *delivery* oferecem.

A uberização evidencia o presente e as tendências da gestão e subordinação do trabalho, que operam na indistinção entre vigilância, controle e

²⁶ Segundo Abílio (2022) o motoboy é um profissional que trabalha com entregas e transporte de encomendas em motocicletas que difere dos entregadores de plataforma, pois podem apresentar uma relação formal de trabalho e são protegidos por convenção coletiva.

²⁷ Segundo dados da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), no segundo trimestre de 2021, o Ifood respondia por 83% das entregas de plataforma do Brasil. Nesse período, a Uber Eats tinha 13% do mercado, porém encerrou suas atividades em janeiro de 2022. Disponível em: <https://abraselel.com.br/noticias/noticias/rivais-desenvolvem-metodos-para-reagir-ao-monopolio-do-ifood-no-brasil-1/> <Acesso em: 03/12/2022.>

gerenciamento do trabalho. Envolve a possibilidade de extração, processamento e gerenciamento de dados em dimensões gigantescas e ao mesmo tempo centralizadas, contando com as possibilidades contemporâneas de mapeamento integral do processo produtivo (ABÍLIO, 2020, p. 113).

Ao revelar indistincões, Abílio (2020) demonstra a informalidade em um sentido amplo, já que esse processo passa pelos mecanismos de gerenciamento e controle do trabalho. A perda do controle formal da jornada de trabalho, das regras de distribuição do trabalho, o gerenciamento físico, ou seja, a partir da informalização do trabalho, o que se percebe é que as formas de subordinação dos entregadores de plataforma apresentam um caráter despótico, pela dificuldade de reconhecimento das regras que regem e organizam o trabalho. A informalização é um processo em que as regulamentações e normas estáveis socialmente reconhecidas estão dando espaço a novos modelos de gerenciamento em que a informalização se apresenta no centro desses mecanismos de controle, justamente na indistincão que se opera com o controle e a exploração e que individualmente não apresenta nenhum poder de negociação por parte do trabalhador.

O fato de que a era da flexibilidade liofilizada é responsável pela desconstrução monumental dos direitos sociais do trabalho e pela generalização das novas modalidades da precarização. As “responsabilizações” e as “individualizações”, os “parceiros” ou “consultores”, os “envolvimentos” dos novos “colaboradores”, as “metas” e “competências” que povoam o universo discursivo do capital são, portanto, traços fenomênicos, encobridores de uma acentuada informalização e precarização do trabalho (ANTUNES, 2011, p. 415).

Esse processo não se refere apenas aos trabalhadores que vivem no universo de atividades da informalidade, mas também sobre a informalização dos meios de controle e gerenciamento do trabalho, evidenciado pelo fato de o trabalhador ser tratado como um colaborador, a definição de metas de entregas, definição de tempo de lazer e tempo de trabalho, são elementos utilizados como parte integrante das demandas da plataforma de *delivery*. Essa forma de gerenciamento invisível é possível a partir do desenvolvimento tecnológico e da introdução do *smartphone*, já que esse objeto técnico – dispositivo informacional – vem permitindo reconfigurar a logística, gestão de tempo, forma de distribuição dos trabalhadores e, ao se atrelar com o espaço das verticalidades na sua função reguladora de escalas geográficas, se revela com grande envergadura quando articulado às plataformas digitais.

As verticalidades aparecem como vetores da modernidade mais moderna, transportadores de uma racionalidade superior, veículos do discurso pragmático dos setores hegemônicos. As ações racionais, dando-se sobre um espaço tornado racionalizado pela presença de objetos tão estritamente

fabricados para dar resposta às suas exigências, criam um cotidiano obediente e disciplinado (SANTOS, 2013, p. 52).

Nesse sentido, conectados em seus *smartphones*, as verticalidades são ditadas por algoritmos, fazendo com que os entregadores fiquem à disposição de uma ou várias plataformas de *delivery*, e por meio da informalidade, vivem os perigos diários de pilotar uma moto de maneira rápida e muitas vezes imprudente pelas ruas de uma cidade grande com trânsito caótico, como Sorocaba, a fim de cumprir metas de forma eficiente e produtiva. Nesse sentido, os entregadores foram questionados sobre a forma como as plataformas demandam o trabalho a partir do sistema de avaliação dos entregadores. De acordo com o entrevistado Paulo:

Na Rappi, as avaliações são feitas pela taxa de aceitação, avaliação dos clientes e finalização dos pedidos. Os clientes avaliam e você pode receber de 1 a 5 estrelas e comentários. Na minha tela aparece o número de estrelas que ganhei e os comentários automáticos, por exemplo “bom entregador”, “eficiente”, “bom escolhedor de produtos”. Atualmente a minha avaliação é de 5 estrelas. Só que essas avaliações são resetadas depois de um tempo (Informação verbal – Paulo).

Após essa informação, foi solicitada ao entrevistado a captura de tela da avaliação da plataforma Rappi, para podermos visualizar como o entregador recebe a devolutiva das avaliações dos clientes e o controle das taxas de aceitação e finalização das entregas.

Figura 14 – Sistema de avaliação da Rappi



Fonte: Entrevistado

Pela figura 14, nota-se figura que a plataforma Rappi evidencia como é que a empresa entende como a qualidade de serviços do entregador. Conforme a captura de tela, os critérios de aceitação, finalização e avaliação dos clientes são as demandas que a plataforma exige do entregador. No caso do entregador Paulo, seu status está como diamante. A plataforma Rappi define as avaliações como um “sistema de valorização do entregador” que consiste em quatro estágios: Alerta, Bronze, Prata e Diamante, sendo o último o mais alto nível para o Entregador da Rappi²⁸.

De posse desses critérios, o entregador Paulo forneceu capturas de tela da plataforma Rappi contendo o detalhamento dos serviços para demonstrar como a plataforma avalia a mudança de estágios.

Figura 15 – Detalhamento de critérios de avaliação da plataforma Rappi



Fonte: Entrevistado

Conforme a figura 15, a taxa de aceitação é definida pelos níveis bronze, prata e diamante, sendo que para alcançar o último nível o entregador deve aceitar no mínimo 90% dos pedidos. A taxa de finalização é definida pelos níveis alerta, bronze,

²⁸ Em seu portal a Rappi define os critérios de avaliação: Alerta: significa que as pontuações estão muito abaixo da média e, portanto, o entregador não possui uma qualificação específica, sendo assim a plataforma sugere que o entregador foque em melhorar suas médias para que obtenha uma classificação em breve. Bronze: Sugere que o entregador melhorou sua performance, mas significa que suas pontuações estão baixas em comparação com os demais entregadores. Prata: As pontuações já estão acima da média, mas o entregador deve continuar melhorando para conseguir chegar no Diamante. Diamante: O entregador oferece o mais alto nível de entrega na plataforma, com pontuações excepcionais, podendo ter mais benefícios e participar de eventos especiais. Informações disponíveis em: <https://blogbra.soyrappi.com/rappi-estados/> Acesso em 28/11/2022.

prata e diamante e o entregador deve finalizar 90% das entregas. Por fim, o grau de satisfação do usuário é definido pelos níveis alerta, bronze, prata e diamante e para chegar ao último nível, o entregador deve receber avaliação a partir de 4.7 estrelas, em uma escala de 0 a 5.

A partir das informações compartilhadas por Paulo, é possível compreender o grau de exigência e controle da empresa sobre os entregadores. Ao observar o detalhamento da pontuação, é possível identificar que a Rappi sugere que a plataforma entende como integrante do sistema de valorização do entregador a meta de realizar entregas “super rápido”. Ao questionar sobre esse critério, Paulo revela:

Para alcançar essa pontuação, fazer mais entregas e chegar mais rápido eu acabo ultrapassando o limite de velocidade da via e passar no sinal vermelho é normal (Informação verbal – Paulo).

A entregadora Fernanda corrobora com a atitude de Paulo:

Direto eu passo no sinal vermelho para entregar mais rápido. Não coloquei placa na minha moto, faz 6 meses que estou com ela e não fiz a documentação. Como na pandemia não estava com urgência para fazer a documentação então eu deixei, mas agora cessou o prazo, tenho que procurar saber. Eu tenho um amigo que ficou mais de um ano sem placa e está trabalhando normalmente (Informação verbal – Fernanda).

Diante do exposto, percebe-se que os entregadores acabam burlando leis de trânsito para serem melhor avaliados pelos consumidores.

Uma das principais invenções “modernas” (ou “pós-modernas”?) desta fotografia nefasta do labor, podemos encontrar nos trabalhos uberizados, onde o capital pode se utilizar quase ilimitadamente da força de trabalho. Foi por isso que sugeri recentemente a hipótese de que o capitalismo de plataforma, aquele impulsionado e comandado pelas grandes corporações globais, tem um algo que se assemelha à protoforma do capitalismo. Em pleno século XXI, com algoritmos, inteligência artificial, internet das coisas, big data, Indústria 4.0, 5G e tudo o mais que temos deste arsenal informacional, enquanto as burguesias proprietárias e seus altos gestores acumulam enormidades incalculáveis de dinheiro e riqueza, há centenas de milhões que exercem modalidades de trabalho típicos de uma era de servidão (ANTUNES, 2020.p. 15).

Nesse sentido, o capitalismo de plataforma surge a partir da explosão das tecnologias de informação, desenvolvidas principalmente em aplicativos como IFood e Rappi, gerando um novo contingente de trabalhadores com acentuada individualidade, presos na informalidade, na ideologia do empreendedorismo, na qual a característica do pagamento por serviço prestado potencializa a precarização, já que o trabalhador arca com os instrumentos de trabalho e a plataforma se livra dos custos de produção, extraíndo o mais-valor à medida que contrata e paga por serviço prestado, que no caso dos aplicativos é o cumprimento de uma tarefa.

Na condição de trabalhador sobre demanda, o entregador passa a ser usado na lógica da produção e de acordo com as plataformas, que regula as condições de trabalho em consonância com a ideia de que o entregador é empreendedor de si, criando a subjetividade que ele deve se autogerenciar dentro das condições que lhe são impostas. Essa internalização pode ser percebida no discurso de que as plataformas IFood e Rappi são empresas de tecnologia que se descaracterizaram como empresas de transporte ou de logística.

A plataforma do trabalho dos entregadores se apresenta como possibilidade de informalizar o trabalho, facilitando sua expansão para outras áreas do mercado de trabalho, sejam elas precarizadas ou não. A indústria 4.0 está direcionando a atualização das formas de trabalho e, empresas como IFood e Rappi, vendem uma receita de produtividade, eficiência, custos menores de acesso aos serviços de entrega e maiores possibilidades de oferta aos consumidores.

3.3 A PANDEMIA DE COVID-19 E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA DOS ENTREGADORES

Ao observar a categoria dos entregadores, é importante compreender que sua atividade é essencial para a circulação de alimentos, bebidas e medicamentos, por exemplo. No contexto da pandemia de COVID-19 estes trabalhadores ganharam visibilidade, pois ficaram evidentes as diferenças e desigualdades entre os trabalhadores que possuíam o direito de ficar em casa e trabalhar de sua residência, daqueles que não poderiam ficar em casa, pois seu trabalho os obrigava a circular.

Durante a pandemia de COVID-19, a cidade de Sorocaba adotou medidas para conter o avanço do vírus com base no Plano São Paulo, a fim de evitar a superlotação nas UTIs dos hospitais. No período em que foi realizada a pesquisa de campo, o município se encontrava na chamada “fase vermelha”, que permitia apenas o funcionamento de serviços essenciais nas áreas de saúde, segurança pública, transportes e logística, abastecimento, alimentação (*delivery* e *drive-thru*), serviços domésticos, comunicação social e conteúdo, construção civil, hotéis, manutenção e oficinas, petróleo e gás, produção agropecuária, indústria e setor de energia²⁹.

Nesse sentido, os entregadores de plataforma passaram a ter papel fundamental na sobrevivência dos comércios e ao mesmo tempo possibilitaram a prática do isolamento social de consumidores que tinham condições para se abastecer e consumir lanches, pizzas, doces e outros produtos dos restaurantes de sua preferência dentro da segurança de seus lares. Nesse sentido, o Shopping Iguatemi Esplanada recebeu um contêiner denominado *IFood Hub*³⁰ que foi posicionado na “doca” (área destinada para carga e descarga de mercadorias) de forma estratégica para suprir a alta concentração de pedidos das lojas do shopping center. Ali, os entregadores podiam esperar enquanto os funcionários do *hub* colhiam as encomendas da praça de alimentação e depois distribuía para os entregadores do *IFood*, evitando a circulação de entregadores pelo *shopping*.

²⁹ Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/governo-de-sp-reforca-setores-essenciais-permitidos-a-funcionar/> <Acesso em: 30/11/2022>.

³⁰ Disponível em: <https://news.ifood.com.br/ifood-hub-ganha-pegada-sustentavel-e-oferece-servicos-para-entregadores/> <Acesso em: 30/11/2022>.

Figura 16 – Ifood Hub localizado na Doca do Shopping Iguatemi Sorocaba



Fonte: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/shopping-iguatemi-esplanada-faz-parceria-com-ifood-para-otimizar-pedidos/> <Acesso em 30/11/2022>.

A fim de entender a implementação do *IFood Hub* durante a pandemia de COVID-19, questionei os entregadores entrevistados sobre a implementação do serviço, ao que o entrevistado Paulo respondeu:

O IFood por ser muito forte pegou parte de trás do Shopping Iguatemi que eles chamam de doca. Essa doca foi feita durante a pandemia que é o local de parada de caminhões que vão entregar mercadorias. Para entrar nessa doca temos que fazer uma espécie de cadastro, informando a placa da moto e o RG. As pessoas que trabalham nesse contêiner do IFood recebem os pedidos e separam para os entregadores. Na verdade, é tudo automático, como se fosse um robô. E são essas pessoas que ficam no hub que entram no shopping vestidos com roupa do IFood, pegam o pedido e voltam para o hub, entendeu? Então os entregadores do IFood não precisam entrar no shopping, causando transtorno. Aí eles ficam esperando na doca, pegam o pedido e vão embora. Os outros aplicativos também ficam esperando lá na doca e os funcionários dos restaurantes levam o pedido lá. A diferença é que o IFood consegue agilizar esse serviço, diferente dos outros aplicativos que os entregadores ficam esperando os funcionários dos restaurantes que às vezes estão ocupados e demoram para chegar com os pedidos, atrasando a entrega (Informação verbal – Paulo).

A partir da fala de Paulo, percebe-se que o IFood criou uma estratégia para otimizar o serviço de entregas em pedidos realizados nas praças de alimentação do Shopping Iguatemi. Além do IFood ter o serviço exclusivo nos empreendimentos gerenciados pelo grupo Iguatemi em todo o Brasil, o entregador entrevistado revela que os pedidos realizados por outras plataformas sofreram atrasos, já que os entregadores tiveram restrição de acesso à praça de alimentação do *shopping*. O depoimento de Paulo indica um certo incômodo ao explicar que, em sua visão, os

entregadores causavam transtornos ao circular dentro das dependências do *shopping*.

A entregadora Fernanda enfatiza essa percepção em seu relato:

O hub é tipo um contêiner do IFood que tem funcionários que entram no *shopping*, pegam o pedido e trazem para gente, então é mais rápido, pois não é um funcionário do restaurante que desce até a doca para entregar o pedido. No Shopping Cidade também tem a doca, você deixa a sua bag e capacete, mas tem liberdade de entrar no shopping, avisar o aplicativo que chegou ao local e pegar os pedidos. No Shopping Cianê eles permitem entrar com a bag, então não tem problema. A questão do Campolim é que eles não querem que o pessoal pobre se misture com o pessoal rico, então não dá para dizer que você é entregador e entrar no shopping. Eles (administração do shopping) falam que não deixam a gente entrar de bag no shopping por questões de segurança, porque na cabeça deles é muito mais fácil roubar um produto e esconder na bag. Pode ter uma madame com uma bolsa pequena e roubar do mesmo jeito, então tem esse preconceito sim, por ser entregador, entendeu? Lá no Iguatemi você simplesmente não pode entrar. Uma vez o meu marido foi pegar um pedido lá e ele entrou no Iguatemi com a bag, aí ele discutiu com o segurança para entrar no shopping com a bag. Aí ele falou: E se eu estivesse aqui como cliente, eu não poderia entrar? Eu não poderia passear com a bag? Então o segurança acabou deixando-o entrar, mas assim, você passa por um constrangimento (Informação verbal – Fernanda).

A percepção de Fernanda revela uma faceta do trabalho dos entregadores no mínimo contraditória. Ao mesmo tempo que se tornaram parte integrante da circulação de mercadorias durante a pandemia, os mesmos não têm o reconhecimento social pela importância de seu trabalho, ainda que suas funções fossem essenciais para a circulação do capital não parar.

Essa nova morfologia do trabalho abrange os mais distintos modos de ser da informalidade, ampliando o universo do trabalho invisibilizado, ao mesmo tempo que potencializa novos mecanismos geradores de valor, ainda que sob a aparência do não valor, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de auto exploração) do trabalho (ANTUNES, 2018, p. 78).

O ponto abordado por Antunes (2018) revela que a ascensão da plataformização do trabalho pode definir uma nova fase do capitalismo, cuja precarização do trabalho se torna um elemento importante no funcionamento desse modelo de negócio, atrelada ao um movimento de expansão dos princípios neoliberais que já estavam em curso.

A dinâmica da organização econômica se dá de forma desigual, o que possibilita a criação de novas formas de ocupação informal, parcial, intermitente e em condições precarizadas para os trabalhadores desenvolverem suas atividades, visto que o processo de acumulação se dá, simultaneamente, ao urbano e à urbanização tornando as cidades um espaço do crescimento do capitalismo (...). O trabalho sem vínculo registrado inibe benefícios como salários fixos e férias remuneradas. Em contrapartida, é uma forma daqueles que não possuem vínculo empregatício se inserirem no mercado, se submetendo a nova forma de produção capitalista, a acumulação flexível, que acirra as desigualdades propiciadas pela globalização, uma vez que, na sociedade, os espaços passam a ser uma

extensão do capitalismo, tornando-se mercadorias, modificando as relações tempo-espaço na vida social (GODOY, 2021, p.83).

Esse grave quadro apontado por Godoy (2021) é perceptível entre os trabalhadores do circuito inferior³¹, que são os mais afetados pelo aumento do desemprego, impulsionando a adesão ao trabalho plataformizado que traz consigo formas renovadas de precarização.

Uma vez que o entregador faça seu próprio horário, não tem patrão e não existe vínculo empregatício. Essa premissa se evidencia como a lógica do empreendedorismo e é fundamental para a compreensão do processo de precarização do trabalho. Segundo Antunes 2018, p. 103) “o ‘empreendedorismo’, se configura como forma oculta de trabalho assalariado, fazendo proliferar as distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa”, ou seja, a lógica empreendedora é a porta de entrada para a ideologia neoliberal, pois seus elementos flexibilizados permitem a manutenção e reprodução da sociedade capitalista.

O empreendedorismo torna-se genericamente sinônimo de assumir riscos da própria atividade. Opera aí um importante deslocamento do desemprego enquanto questão social para uma atribuição ao indivíduo da responsabilização por sua sobrevivência em um contexto de incerteza e precariedade. No que concerne à uberização, vê-se que tal discurso empreendedor é veículo para o obscurecimento das relações entre capital e trabalho, na medida em que trabalhadores aparecem como “chefes de si mesmos”, ou seja, desaparece a relação de subordinação, aparece uma multidão de empreendedores de si próprios (ABÍLIO, 2019, p.4).

Para Abílio (2019) sua manifestação vem por meio do trabalho precarizado, desmobilizando a classe trabalhadora que por ser apresentada como um empreendedor e não como trabalhador, não se vê como classe. Nesse sentido, o discurso de uma suposta liberdade ‘chefe de si mesmo’ ou autogerenciamento é acompanhada de uma generalização da supressão dos vínculos empregatícios, da incorporação pelo trabalhador de todos os riscos e custos da atividade, que constituem formas renovadas de precarização.

Através da materialização de elementos precarizantes da plataformização do trabalho dos entregadores, se evidenciam as contradições em seu discurso que iluminam o caráter manipulatório neoliberal, que permite às empresas de plataforma

³¹ Segundo Santos (2008), o circuito inferior é composto por atividades que normalmente são excluídas da economia formal, como a venda ambulante, a produção em pequena escala e a prestação de serviços. Essas atividades muitas vezes operam fora do quadro regulatório do Estado e estão sujeitas a várias formas de exploração e marginalização.

usar termos como colaborador ou empreendedor para mascarar as mazelas do trabalho flexível e precarizado com intuito de submeter o valor de uso, transformando-o em valor de troca que transparece no mais-valor.

Em termos muito gerais, podemos dizer que, tendo o capitalista comprado essa força por seu valor, vale dizer, pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessária para sua produção e reprodução, cria as condições do excedente, ao deixar que o trabalho morto (o valor da força da mercadoria força de trabalho) se transforme em trabalho vivo. A atividade do trabalhador se faz sob o comando do capital segundo suas leis, e o produto lhe pertence de jure. O mais-valor, ou mais-valia, resulta, pois, da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma (MARX, 2013, p. 86).

No prefácio de *O Capital*, obra prima de Marx (2013), José Arthur Giannotti sintetiza o método que o capital utiliza para transformar a força de trabalho (valor de uso) em mercadoria (valor de troca) para obter o mais-valor. No neoliberalismo, essa transformação é possibilitada pelo aumento do desemprego causado pelo processo de flexibilização do trabalho, que travestida como autonomia e empreendedorismo, manipula o trabalhador para que a reprodução do capital permita a exploração da força de trabalho. Nesse sentido, David Harvey explica que a partir dos anos houve o avanço do neoliberalismo:

A continuidade da política neoliberal no nível econômico envolve, como já indiquei, uma continuidade, se não um incremento, da acumulação por outros meios, isto é, a acumulação por espoliação. O corolário tem por certo de ser, no plano externo, uma maré sempre crescente de resistência global para a qual a única resposta é a repressão dos movimentos populares pelos poderes do Estado (HARVEY, 2005, p.167).

O conceito de acumulação por espoliação, defendido por Harvey (2005), revela como o neoliberalismo em sua perversidade age pela esfera estatal em nome da elite econômica global, que passa a realizar grandes críticas à intervenção estatal na economia. Para tanto são defendidas medidas liberalizantes, privatizações, terceirização, e repressão aos movimentos sindicais a fim de modernizar as relações de trabalho por meio da flexibilização.

Como a acumulação por espoliação não faz concessões aos interesses das classes populares, o discurso auspicioso de que a flexibilização do trabalho é capaz de gerar empregos e melhorar a qualidade de vida do trabalhador também gera condições que garantam os interesses do capital. No Brasil, a reforma trabalhista de 2017, ocorrida no governo do Presidente Michel Temer, estabelece este cenário. Sua aprovação teve como justificativa um discurso modernizador das relações trabalhistas, promessa de geração de empregos e estímulos à economia brasileira.

O neoliberalismo significou a inversão da perspectiva do Brasil moderno: em vez de ampliar-se a proteção social com direitos num País caracterizado por uma maioria subalterna à mercê do mercado de trabalho, restringia-se o acesso ao direito laboral. Na verdade, o movimento estrutural pelo aumento da taxa de exploração da força de trabalho não diz respeito apenas à formação capitalista no Brasil, mas à própria lógica do capitalismo global. No caso do Brasil, ao inserir-se subalternamente à lógica do capitalismo global dominante, a reestruturação capitalista de viés neoliberal, ao mesmo tempo em que “modernizou” o Brasil, preservou e aprofundou a concentração de renda e a desigualdade social (ALVES, 2018, p.66).

Segundo Alves (2018) a reforma trabalhista modernizou o Brasil no sentido de integrar o país aos novos interesses dos ciclos de expansão do capitalismo no século XXI e, neste sentido, abriu caminho para o aumento do trabalho no setor de serviços por aplicativos como Uber e IFood, porém o trabalho formal não obteve alterações significativas³².

As Reformas Liberais e as políticas de austeridade como o Teto de Gastos (em 2016), a Reforma Trabalhista (em 2017) e a Reforma da Previdência (em 2019). Medidas que não contribuíram para a diminuição do desemprego, mas que intensificaram a precarização do trabalho, no país. Neste cenário, pudemos observar o grande aumento do número de pessoas que buscaram nos aplicativos uma saída para sua situação. (...) ao analisarem os dados da PNAD Contínua, eles mostram que as atividades de transporte por aplicativos por meio de carros, táxis e caminhonetes cresceu 41,9%, enquanto a dos condutores de motocicletas 39,2%, entre o primeiro trimestre de 2016 e o primeiro trimestre de 2020 (CASTRO, 2021, p.74).

Estes dados demonstram como o neoliberalismo e a reforma trabalhista de 2017 estão deteriorando o trabalho formal no Brasil e nesse sentido é possível a formação de um excedente gigantesco do exército de reserva de força de trabalho, sem qualificação e que se submete a fazer qualquer tipo de trabalho.

Nesse sentido, ao perguntar o que motivou Paulo a trabalhar como entregador, ele afirma:

Sou professor de educação física e atualmente trabalho como professor eventual, esperando ano que vem ver se sai contrato no município. Como as escolas estavam fechadas aqui em Sorocaba, resolvi trabalhar como entregador porque preciso ganhar alguma coisa, pois parado não posso ficar. Mas mesmo com o retorno das aulas, não consigo viver com o salário de professor eventual, então acabo conciliando os dois trabalhos (Informação verbal – Paulo).

É interessante notar que Paulo é graduado em Educação Física, mas como não tem contrato de trabalho com o município de Sorocaba, acaba lecionando como

³² Segundo Vitor Fidalgueiras “O fracasso da Reforma Trabalhista em criar vagas de emprego foi retumbante”. Dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) em 2017 o desemprego estava em 12%. Em março de 2020, o desemprego estava em 11,8%. Disponível em: < <https://www.eco.unicamp.br/midia/reforma-trabalhista-aprofundou-crie-e-dificulta-retomada-do-crescimento-no-brasil-apontam-pesquisadores>> Acesso em: 29/11/2022.

professor eventual³³ o que demonstra a precariedade no trabalho dos professores em âmbito nacional. Por não ter vínculo empregatício com a rede municipal de ensino, ficou sem vencimentos e sem trabalho em sala de aula, já que durante a pandemia de COVID-19 as escolas foram fechadas como medida de contenção da disseminação do vírus. No período indicado pelo entrevistado, o Brasil não dispunha, ainda, de ampla cobertura vacinal e os Estados não recebiam orientações do governo Federal sobre como proceder para evitar a disseminação do vírus pelo país.

O fechamento de escolas foi uma das políticas públicas adotadas globalmente para a contenção da pandemia do COVID-19. Mesmo que o fechamento do ensino presencial seja uma política pública comprovadamente capaz de reduzir a transmissão do vírus, esta medida assume que aqueles que proveem educação irão implementar programas de educação à distância para continuar o aprendizado de seus estudantes. No caso brasileiro, devido à falta de controle efetivo da pandemia, escolas permaneceram fechadas por um período prolongado durante a maioria do ano letivo de 2020 (BARBERIA; CANTARELLI; SCHMALZ, 2020, p.1).

A entregadora Fernanda demonstra outra faceta dos motivos que a levaram a trabalhar nas plataformas de delivery:

Era recepcionista em uma academia e a gerente começou a “se” implicar com o meu sotaque. Como não gostava dessa situação e na época que explodiu a pandemia, a Rappi dava incentivos para as pessoas comprarem e tinha o lockdown, a Rappi estava com muita demanda. Como shopper tinha recompensas, eu mesmo ganhei 400 reais por bater as metas, por pegar os produtos o mais rápido possível e ter boas avaliações. Mas não demorou muito para a Rappi cortar esses valores altos. Acho que como o número de entregadores aumentou também, porque muita gente ficou desempregada e acabou trabalhando nos aplicativos. Então hoje tem muita gente e não tem pedido para todo mundo. Meu marido, que é entregador há mais tempo do que eu, diz que hoje não tem comparação com o início, os entregadores não ganham nem a metade do início da Rappi (Informação verbal – Fernanda).

Diante da perspectiva de Paulo e Fernanda, a pandemia de COVID-19 demonstra que o processo de assimilação desse tipo de serviço foi acelerado por parte dos envolvidos nessa cadeia produtiva. Segundo Antunes, 2020, p. 19 “a pandemia parece ter contribuído com essa nomenclatura: ‘colaboradores’ estão sendo demitidos aos milhares e os ‘parceiros’ podem ‘optar’ entre reduzir os salários ou conhecer o desemprego”. Em seu discurso ideológico, as plataformas de *delivery* se colocam como parte da solução do problema, resolvendo o desemprego através da plataformização do trabalho e ao mesmo tempo vendendo a ideia de segurança para

³³ A Lei municipal nº 11.349/2016 define a Atividade Autônoma de Professor Eventual I e II, destinada a atender às necessidades esporádicas de atuação de professores eventuais na rede municipal de ensino. O professor eventual não pode atuar por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos ou intercalados dentro do mês, com jornada diária nunca superior a 6 (seis) horas aula.

o entregador e consumidor. Ao defender que o entregador é um empreendedor autônomo, faz o seu horário, Antunes (2020), aponta que esse discurso entra em contradição com a situação real, expondo aqui uma importante contradição fabular da globalização.

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos — isto é, dos globalitarismos — a que estamos assistindo. (SANTOS, 2003, p.38)

Diante do exposto por Santos (2003), os impactos do processo de plataformação do trabalho são extremamente atuais, abrindo espaço para discussão e, com isso, essa dissertação ilustra como a atual fase de desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional se baseia na flexibilidade das formas de trabalho e suas relações com o setor terciário.

Segundo Franco & Ferraz (2019, p. 851) “ao mesmo tempo que a empresa se esforça para que a plataforma se torne disseminada entre consumidores e prestadores de serviço, ela foca a gestão do trabalho pelo aplicativo (que já conta com diversos concorrentes), tendo grande poder de controle sobre o trabalhador que executa o serviço”. O grau de controle do trabalho e da dinâmica da economia urbana é garantida pela tecnificação e gerenciamento das grandes corporações e nesse ponto, a transferência de parte do comércio e dos serviços para o ambiente digital e virtual traz consigo novas formas de subordinação e controle que são impostos aos entregadores. Essas manifestações geográficas materializam e sintetizam o contexto de emergência do capitalismo de plataforma e ao mesmo tempo revelam, dentre outros pontos, a precarização do trabalho.

Os entregadores estiveram na linha de frente da pandemia, pois ao estar nas ruas realizando entregas, se desnudava o quadro que diz respeito em seu caráter de classe e suas condições de trabalho. O capital, por ser destrutivo e expansionista, ajuda a compreender a difusão das plataformas durante o contexto da pandemia, já que a acumulação é o seu preceito. Quando as atividades produtoras de bens socialmente úteis se interpõem ao capital, as necessidades humanas e sociais não são atendidas, pois há a generalização do modo de produção e consumo.

O capital operou o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de autorreprodução de si próprio. Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitalistas, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2009, p. 28).

Nesse ponto, Antunes (2009) entende que para sua auto reprodução, o metabolismo do capital se funda na destruição da força humana de trabalho e a precarização devido ao seu caráter incontrolável e expansionista. A pesquisa realizada pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista corrobora com o pensamento de Ricardo Antunes, já que durante a pandemia de COVID-19 a pesquisa constatou que as plataformas de *delivery* se tornaram a principal rede de distribuição de alimentos e bebidas, ao mesmo tempo que os entregadores apresentaram uma queda significativa em seu rendimento.

Gráfico 1 – Faixa de rendimento antes e durante a pandemia



Fonte: GT Trabalho Digital/Remir

A proporção de entregadores que ganham menos de três salários mínimos por mês aumentou durante o período analisado. Segundo a pesquisa, a redução da remuneração, associada ao aumento do risco de contágio, intensificou a condição que já era precária desses trabalhadores e sinaliza para a exacerbação do ganho da plataforma com as pressões de achatamento da remuneração dos trabalhadores³⁴.

³⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52564246> <Acesso em: 05/12/2022>.

Manifestações como o denominado “breque dos apps”³⁵ organizadas por grupo de entregadores de plataformas de várias partes do Brasil, apesar de não terem proteção sindical, demonstraram organização da classe trabalhadora mesmo na condição de plataformizados. No movimento, os entregadores solicitaram melhores condições de trabalho, proteção em relação à pandemia, melhorias nos valores das “corridas” e o fim dos desligamentos.

No dia 1º de julho de 2020, os entregadores por aplicativo realizaram sua primeira paralisação nacional. Apropriaram-se da condição de multidão, organizando-se horizontalmente, por meio das redes sociais, em um movimento cuja construção aparece de forma dispersa, não podendo ser localizada na figura de uma única organização, liderança, sindicato ou partido. Demandaram aumento no valor da hora de trabalho, fim dos desligamentos injustificados e fornecimento de equipamentos de proteção e segurança durante a pandemia. Além de ocuparem vias das cidades, bloquearam saídas de centros de distribuição e de locais com alta demanda por entregas. Por meio das redes sociais, estimularam os consumidores a não fazer pedidos e a desinstalar ou avaliar mal os aplicativos de entrega (ABÍLIO, 2021, p. 594).

Os entregadores passaram a perceber que estavam ganhando menos e uma das pautas do “breque dos apps” tratava do “fim dos desligamentos” como uma forma de proteger a classe, já que, uma vez desligado, o trabalhador não consegue negociar a sua religação. Em relação aos desligamentos, é interessante notar que o entregador de aplicativo não é contratado, pois é obrigado pela a plataforma a aceitar os termos de uso que estabelecem que a qualquer momento a empresa caso julgue pode te “desligar”³⁶.

Outro ponto importante elencado por Abílio (2021) diz respeito à organização dos entregadores ao inovarem a forma de protesto ao utilizarem as próprias tecnologias de comunicação (*WhatsApp, Facebook, Instagram*, entre outros) como uma rede para mobilizar a categoria para o atendimento de suas demandas específicas. Ao mesmo tempo que precarizam o mercado de trabalho, as redes sociais atuais possibilitam estabelecer uma conexão virtual entre os trabalhadores em uma rede global. Antigamente a organização de manifestações sociais em uma escala geográfica mais ampla levava tempo para planejamento e execução, já no movimento “Breque dos apps” a comunicação instantânea através das redes sociais ofereceu

³⁵ O "Breque dos Apps" foi organizado por grupos de entregadores de aplicativos de diferentes cidades do país para reivindicar o aumento na remuneração do frete, aumento da taxa mínima por corrida, fim dos bloqueios e desligamentos, fim do sistema de pontuação (que restringe o acesso às áreas com maior demanda), seguro para roubo ou acidente e auxílio-pandemia.

³⁶ Segundo o portal do IFood, os entregadores não são desativados por não estarem logados no app ou por uma recusa de rota. Porém se rejeitar 3 vezes consecutivas, segundo IFood, o sistema entende que ele não está disponível, e deixa de acioná-lo para as entregas por 15 minutos.

também a possibilidade de respostas rápidas dos movimentos sociais a reivindicações dos entregadores.

Se outrora o trabalho, seu controle, sua organização e a resistência organizada aconteciam predominantemente no chão da fábrica e em suas proximidades, agora trabalhadores e trabalhadoras também se beneficiam das novas tecnologias dos ambientes digitais – para se comunicar e organizar. Dos grupos de conversa on-line surgem lideranças que criam seus próprios canais no Youtube e similares, surgem grupos organizados, e muitos se transformam em associações e sindicatos (GONZALES, 2020, p. 134).

Nas entrevistas, os entregadores foram indagados sobre o “Breque dos apps” e compartilharam suas percepções sobre o movimento de 1º de julho de 2020. O entregador Paulo revelou com detalhes como o movimento foi organizado pelo *WhatsApp*:

Na época que teve a paralisação, os entregadores montaram um grupo no *WhatsApp*. Existem vários grupos, isso é comum entre os entregadores. Aí eles mandam as informações sobre a paralisação nos outros grupos, tipo uma corrente sabe. Geralmente é uma iniciativa de poucas pessoas que tentam chamar outras pessoas para combinar o dia, a hora e o local. Tipo, combinam de não trabalhar nesse dia, mas infelizmente tem pessoas que continuaram trabalhando normalmente. Teve uma paralisação bem recente, faz mais ou menos uns 2 meses. Nessa paralisação eles ficavam mandando as informações da paralisação nos grupos, por exemplo, mandavam que tal estabelecimento fechou o aplicativo (ficou indisponível para compra no período da paralisação) porque você sabe né, se o cliente solicitar a compra e não vai ter entregadores para fazer a entrega e isso é ruim para eles. Pelo *WhatsApp*, os líderes avisavam onde os grupos estão se manifestando. É uma organização por *WhatsApp* mesmo. Outra coisa, quem tá fazendo a manifestação não deixa os outros entregadores pegar o pedido entendeu. O pessoal de Sorocaba reclama muito que os entregadores não são unidos, que aqui a paralisação não teve impacto porque não foram todos que pararam né, fazer uma coisa gigante para que realmente valer a pena para ter alguma modificação. Pelo que vi, em São Paulo houve uma grande manifestação e teve melhora, teve modificações na cidade, nas taxas e tal, mas na região de Sorocaba não percebi melhora não, está na mesma situação (Informação verbal – Paulo).

A entregadora Fernanda corrobora com a percepção do entregador Paulo:

Quando teve greve, vários entregadores aproveitaram que o pessoal estava parado para fazer entregas. Eu acho importante a greve porque é um trabalho muito desvalorizado e nós não temos garantia de nada. Como te falei, na Rappi você está no mercado fazendo a compra e o cliente cancela, você não ganha nada, nós gastamos combustível para ir lá, gastamos nosso tempo. Não tem uma regra, o que eles querem fazer, fazem e não dão nenhuma satisfação para gente (Informação verbal – Fernanda).

Os dois depoimentos trazem valiosas contribuições sobre a forma de organização dos entregadores no movimento intitulado “Breque dos apps”. A utilização do aplicativo de mensagens *WhatsApp* para organizar o movimento revela que a criação de grupos de mensagens facilita a articulação do movimento ao conscientizar

os entregadores na participação da paralisação. Durante a pandemia, os entregadores foram visibilizados em suas demandas através de compartilhamentos de vídeos em diversas redes sociais, amplificando e atraindo mais participantes e chamando a atenção da mídia tradicional.

Entre os meses de junho e julho de 2020, em meio do contínuo registro de casos de COVID-19 no Brasil, entregadores de plataformas de aplicativo promoveram paralisações nas principais capitais do país, chamando a atenção para as condições precárias de trabalho da categoria. O evento ficou conhecido como “Breque dos Apps”. As mobilizações transpuseram as fronteiras nacionais, angariando apoio de países vizinhos, como Argentina, México, Chile e Equador e recebendo forte atenção midiática. No entanto, as formas de organização, coordenação e ação política engendradas nos ambientes digitais definiram os principais focos de debate e a visibilidade do movimento. O #BrequeDosApps alcançou os trending topics do Twitter e contou com o envolvimento de usuários dos aplicativos, artistas, atores da política tradicional e influenciadores digitais, que atribuíram força à disseminação e à amplificação das pautas e reivindicações dos trabalhadores da categoria (PIAIA.; MATOS; ALMEIDA; DIENSTBACH & BARBOZA, 2012, p.58-59).

Como o espaço geográfico é um lugar de conflitos e o capital não tem a capacidade de suprimir de forma absoluta suas contradições, elas acabam revelando suas formas de dominação. Em um contexto emancipatório, essas contradições apresentam novas possibilidades e com usos bastante criativos das redes sociais os entregadores desafiam as formas de controle das empresas de plataforma de *delivery*.

Essas metamorfoses do trabalho dos pobres nas grandes cidades criam o que, em um outro lugar (...), denominamos de "flexibilidade tropical". Há uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico, este sendo tomado como uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais. Desse modo, as respectivas divisões proteiformes de trabalho, adaptáveis, instáveis, plásticas, adaptam-se a si mesmas, mediante incitações externas e internas. Sua solidariedade se cria e se recria ali mesmo, enquanto a solidariedade imposta pela cooperação de tipo hegemônico é comandada de fora do meio geográfico e do meio social em que incide (SANTOS, 2004, p.220).

A flexibilidade tropical apontada por Santos (2004) elucida sua clarividência no momento em que ele olha para a difusão da técnica e reconhece suas possibilidades e capacidades. No caso do movimento “Breque dos apps” as redes sociais virtuais foram fundamentais para organizar a manifestação anti-hegemônica. Nesse ponto, é necessário reconhecer que o trabalhador pode se apropriar das tecnologias e demonstrar possibilidades de usos que podem superar a finalidade inicial prevista pelas plataformas de *delivery*, invertendo e criando novas possibilidades pautadas pelas necessidades concretas dos entregadores.

Nesse processo, a unicidade alcançada pela técnica exerce um papel central, pois revela como esses arranjos aprofundam a subordinação dos entregadores às plataformas, demonstrando um grande paradoxo entre as grandes corporações e a força de resistência dos trabalhadores. Se por um lado, as plataformas tentam reforçar o seu discurso ideológico e suas formas de controle, por outro lado os trabalhadores têm o poder de resistência, recriando de forma constante estratégias de sobrevivência a partir da tomada de consciência de suas condições precarizantes, pois as estratégias de dominação das grandes corporações não conseguem atingir a totalidade de trabalhadores ao ponto de inibir possibilidades de apropriação de novos usos dessas plataformas.

Graças aos progressos fulminantes da informação, o mundo fica mais perto de cada um, não importa onde esteja. O outro, isto é, o resto da humanidade, parece estar próximo. Criam-se, para todos, a certeza e, logo depois, a consciência de ser mundo e de estar no mundo, mesmo se ainda não o alcançamos em plenitude material ou intelectual. O próprio mundo se instala nos lugares, sobretudo as grandes cidades, pela presença maciça de uma humanidade misturada, vinda de todos os quadrantes e trazendo consigo interpretações variadas e múltiplas, que ao mesmo tempo se chocam e colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência. Assim, o cotidiano de cada um se enriquece, pela experiência própria e pela do vizinho, tanto pelas realizações atuais como pelas perspectivas de futuro. As dialéticas da vida nos lugares, agora mais enriquecidas, são paralelamente o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício de uma nova política (SANTOS, 2003, p. 172-173).

A pandemia de causada pelo COVID-19 dá o retrato do que é um trabalhador plataformizado, ao mesmo tempo que conferiu destaque ao trabalhador e para algumas de suas demandas de trabalho. O “Breque dos app” desmascarou as mazelas do trabalho dos entregadores que estavam, assim como outros profissionais, na linha de frente da pandemia. Ao perguntar sobre o suporte que os aplicativos davam durante a pandemia, o entregador entrevistado Paulo explicou que a paralisação contribuiu para que os entregadores recebessem auxílio das plataformas:

Antes da paralisação, recebíamos mensagens instruindo que usássemos máscaras e higienizássemos as mãos no ato da entrega, mas não recebíamos nada. Depois da paralisação recebi um voucher de 80 reais da Uber Eats para comprar máscaras, álcool em gel e coisas assim. Para receber o voucher, precisei enviar a nota fiscal e eles estornavam o dinheiro. O IFood começou a pagar o valor de uma corrida para você ir em um local para retirar o kit do IFood. A Rappi mandou um voucher de 20 reais. (Informação verbal – Paulo).

Com um impacto significativo na economia, houve o fechamento de bares e restaurantes, pois o atendimento presencial não era possível. A pandemia de COVID-19 demonstrou como entregadores enfrentaram desafios e suas preocupações de

saúde e segurança, já que eram considerados trabalhadores essenciais e tinham que continuar trabalhando durante o período de lockdown.

Como consequência direta do “breque dos apps” e outros movimentos de resistência realizados ao longo da pandemia de COVID-19, o Governo Federal promulgou a lei nº 14.297³⁷, de 5 de janeiro de 2022 que dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela COVID-19. Nesse sentido, os vários movimentos de resistências liderados por entregadores de plataforma são iniciativas que visam garantir condições de trabalho justas para esses trabalhadores. É importante salientar que as plataformas de *delivery* revelam um potencial de subordinação, porém nota-se que a pauta sobre a CLT não aparece nas reivindicações dos entregadores. Ao serem questionados sobre a possibilidade de vínculo empregatício, os entregadores entrevistados demonstram similaridades em suas respostas.

Eu gosto da rotina, gosto de ter as coisas fixas. O problema é conseguir um trabalho que pague razoavelmente bem com carteira assinada. Meu sonho é passar em um concurso público (Informação verbal – Fernanda).

Paulo vai além e explica sua perspectiva sobre o trabalho flexível:

Para mim que tenho outro emprego é bom, por que eu posso ligar e desligar a hora que eu quiser, não ter chefe na minha cabeça, ter hierarquia, o que não é ruim, mas dá dor de cabeça. Se for para ganhar um salário mínimo e ter chefe, eu prefiro ficar no aplicativo e fazer o meu horário de trabalho. Eu concordo com a opinião que o entregador é um autônomo sabe. Mas tem muitos entregadores que trabalham nos aplicativos e é a principal fonte de renda. Mas tenho que confessar, a flexibilidade de horário, de você escolher se vai trabalhar ou não, é assim, se você trabalha, você recebe, se você não trabalha, não recebe. Eu gosto, para mim funciona. Se eu atingir a minha meta e conseguir a grana para pagar as minhas contas, tá bom. Mas por exemplo, se eu conseguir um contrato de professor fixo na prefeitura com estabilidade de horário e tal eu não precisaria ficar de entregador, aí seria uma renda extra (Informação verbal – Paulo).

Ao ser indagado sobre sua atual posição no mercado de trabalho, Paulo avalia de maneira positiva o trabalho flexível, já que, por ter formação universitária, tem consciência de que o trabalho como entregador é um complemento de renda. Ao sinalizar que muitos entregadores têm a plataforma como a principal fonte de renda,

³⁷ Em síntese, a lei nº 14.297 obriga as empresas de plataforma de *delivery* a contratar seguro contra acidentes durante o período em que o entregador esteja logado na plataforma. Em caso de infecção por COVID-19, a empresa deve dar assistência financeira e fornecer máscaras, álcool em gel e outros materiais higienizantes aos entregadores, para proteção pessoal durante as entregas (vide figura 10).

o olhar sobre o trabalho do entregador de plataforma revela a materialidade da construção de elementos que estão tecendo o mundo do trabalho para além das plataformas.

As plataformas aterrissam na realidade periférica da informalização e do desemprego e se apropriam de forma racional desse cotidiano, gerenciando esses modos de vida de forma a obter mais-valor de outra forma que não seja pela via de produção material.

Portanto, é necessário reconhecer que se as políticas públicas que tratam da legislação trabalhista buscam realmente defender os direitos do trabalhador, os impasses e resistências tendem a persistir, haja visto o momento de retrocesso democrático brasileiro nos últimos quatro anos e seu alinhamento à ideologia neoliberal. Se essas resistências não ocorrem de maneira clássica que seriam por greves capitaneadas pelos sindicatos, a diversidade organizacional deve ser compreendida pela perspectiva de organizar ações coletivas de resistência.

A ideia de que os entregadores de aplicativo são autônomos ou colaboradores, como defendido no discurso das plataformas de *delivery*, demonstra incoerência, pois os entregadores não possuem meios de produção, no máximo têm instrumentos de trabalho. Como processo, a plataformização do trabalho apresenta um caráter predatório que deve ser revisto, pois o gerenciamento algorítmico é algo muito novo e demanda clareza. Como possibilidade, as negociações coletivas por meio de manifestações, como a que foi colocada no “Breque dos apps”, colocam as formas de controle em xeque. As dimensões do movimento da plataformização do trabalho de entregadores devem ser compreendidas na superação da dicotomia do que é atrasado e moderno, pois elas revelam que são facetas do mesmo movimento. A precarização do trabalho dos entregadores de plataforma é parte inerente do processo de acumulação, ou seja, não faz parte do passado que insiste em continuar no presente, mas faz parte do presente, portanto, do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento bibliográfico baseado nas obras de Milton Santos, Ricardo Antunes e Ludmila Costhek Abílio atreladas às entrevistas realizadas com entregadores de plataformas que atuam no segmento *shopper* na cidade de Sorocaba contribuíram para responder a hipótese inicial desta dissertação. Nesse sentido, ao considerar o modo de produção capitalista, pode-se concluir que entregadores vinculados às plataformas de *delivery* fazem parte de um segmento específico de trabalhadores que sofrem consequências do processo de reestruturação produtiva, que visa a acumulação de capital através da exploração da força de trabalho desses entregadores.

O trabalho de campo e as entrevistas com os entregadores permitiram analisar as transformações espaciais promovidas pelas plataformas de *delivery* na cidade de Sorocaba, possibilitaram relacionar o conceito de meio técnico-científico-informacional formulado por Milton Santos para a compreensão sobre a forma como as plataformas instrumentalizam as técnicas de produção fordista-taylorista e o controle da informação toyotista.

O meio técnico-científico-informacional concedeu a consolidação do processo de globalização, permitindo a difusão das tecnologias da informação que em seu movimento de unicidade, possibilitou a empresas de plataformas de *delivery* a reorganização do espaço e do trabalho. Nessa perspectiva, as entrevistas com os entregadores trouxeram grandes contribuições, pois foi possível perceber que empresas como IFood e Rappi fazem parte de uma tendência global de empresas de tecnologia que transformam e utilizam o espaço geográfico de acordo com suas necessidades e interesses.

A partir das entrevistas, é possível constatar que a atuação das plataformas de *delivery*, que usam o sistema *shopper* na cidade de Sorocaba, está centralizada na região Sul da cidade, localização de grandes redes varejistas como o Carrefour e o Shopping Iguatemi Esplanada. Essa localidade concentra parte da população de classe média alta da cidade, que se utiliza das plataformas para consumir os produtos desses centros comerciais.

Ao se colocar como intermediadoras dos estabelecimentos comerciais e redes varejistas com o consumidor, as plataformas de *delivery* necessitam de entregadores para que o processo de circulação de mercadorias seja concretizado. Nesse sentido,

a dissertação possibilitou mapear como as empresas IFood e Rappi usam o território, impondo que os entregadores se concentrem nessa região para agilizar o serviço de entregas.

A análise das entrevistas e dos materiais fornecidos pelos entregadores foi fundamental para a compreensão da expansão do setor de serviços e a informalidade se relacionam com a plataformização do trabalho. A análise das capturas de telas das plataformas IFood e Rappi, possibilitou a compreensão levantada por Ludmila Abílio de que as plataformas necessitam impor o trabalho sobre demanda, conferindo materialidade no discurso das empresas na defesa do trabalhador empreendedor, chefe de si mesmo. Foi possível perceber na fala dos entregadores que a flexibilidade de horários é elemento fundamental para trabalhar nas plataformas e nesse ponto, há consonância com a tese defendida por Abílio (2020) de que o trabalho sobre demanda precariza o trabalho dos entregadores através da informalidade.

Nesse ponto, a contribuição de Ricardo Antunes é fundamental, já que sua análise permite relacionar o meio técnico-científico-informacional ao processo de flexibilização do trabalho iniciado no início dos anos 1970 com a expansão do setor de serviços. A hipótese levantada corrobora o pensamento de Antunes (2018) que afirma que as mudanças nas práticas espaciais atreladas pela expansão do setor de serviços e dos avanços tecnológicos promovidos pela Indústria 4.0 permitem a obtenção mais-valor através da plataformização do trabalho, já que não existe uma relação formal de trabalho. A análise dos termos de uso das plataformas, revelou que as empresas IFood e Rappi seguem a lógica neoliberal de trabalho flexível, sem vínculo empregatício, já que o entregador se torna um colaborador da empresa, sendo assim, essas empresas transferem todos os riscos inerentes à atividade aos entregadores.

Como as dinâmicas do território são marcadas por contradições e conflitos, a pandemia de COVID-19 conferiu centralidade a temática da plataformização do trabalho dos entregadores. As entrevistas revelaram o caráter precarizante do trabalho das plataformas de *delivery* e demonstraram a força de mobilização dos entregadores diante de suas condições de trabalho. As entrevistas permitiram compreender como se organizou a paralisação dos entregadores de Sorocaba, bem como suas demandas. A organização do “Breque dos apps”, organizada via aplicativos como *WhatsApp* demonstrou-se essencial para a mobilização dos entregadores. Mesmo sem contar com representação sindical, os entregadores conseguiram garantir que as

plataformas fornecessem equipamentos de proteção individual (EPI's) e fomentaram em diversas esferas a discussão sobre as condições e relações de trabalho dos entregadores de plataforma.

Portanto, entendemos que essa dissertação pode auxiliar na compreensão das dimensões do trabalho dos entregadores de plataforma e suas complexidades. A temática da plataformização do trabalho carece de pesquisas no âmbito geográfico. A reflexão das dinâmicas do território permite relacionar o trabalho, o uso do espaço e as desigualdades socioeconômicas.

Explorar a plataformização do trabalho permite compreender como produção, comércio e serviços são organizados em diferentes regiões e como essa organização afeta as condições de trabalho. As mudanças na organização do trabalho, em diferentes escalas, do local de trabalho até o global, permitem compreender como as desigualdades sociais e econômicas são criadas e mantidas através das práticas de trabalho em suas diferentes escalas. Esperamos contribuir para que os anseios de Milton Santos (2003) por processos de globalização emancipatórios sejam alcançados.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. **Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia.** CONTEMPORÂNEA (ONLINE) , v. 24 , 2022.

_____. **Uberização: a era do trabalhador just-in-time?** Estudos Avançados, 34(98), 111-126, 2020.

_____. **Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado.** Revista Psicoperspectivas, v.18, n.3, 2019.

_____. **Uberização: Gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time,** In: ANTUNES, R. (organizador) *Uberização, trabalho e indústria 4.0*, São Paulo, Boitempo, 2020.

_____. ; AMORIM, H.; GROHMANN, R. **Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas.** Sociologias, [S. l.], v. 23, n. 57, p. 26–56, 2021.

_____. **Uberização e Juventude Periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho.** *Novos estudos CEBRAP*, 39, 579-597, 2021.

ALVES, G. **Brasil: o futuro do pretérito: notas sobre as perspectivas do trabalho no século XXI.** MACÁRIO, E., et al. *As dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público.* Fortaleza: Ed. UECE, 57-75, 2018.

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital,** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?.** *Serviço Social & Sociedade*, p. 405-419, 2011.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho** - 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. **A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra.** *O Social em Questão*, v. 18, n. 34, p. 19-40, 2015.

BARBERIA, Lorena G.; CANTARELLI, Luiz G. R.; SCHMALZ, Pedro Henrique De Santana. **Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do COVID-19.** *Rede de Políticas Públicas & Sociedade*, FGV-EESP, Clear, 2020.

BRAGA, R. **A vingança de Braverman ou a “outra face” do trabalho informacional.** Outubro, São Paulo, v. 15, p. 121-149, 2007.

- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Zahar, Rio, 1981.
- BUHR, d. **Social innovation policy for Industry 4.0**. Friedrich-Ebert-Stiftung, Division for social and Economic Policies, 2015. Disponível em: < <http://library.fes.de/pdffiles/wiso/11479.pdf> > Acesso em 10 de julho de 2022.
- CAMILLO E.J. **Trabalho, capitalismo e classe trabalhadora: do taylorismo-fordismo ao toyotismo uberizado**, Trabalho & Educação v.30, n.1, p.17-31, set-dez, 2021.
- CARVALHAL, M. D. **A Geografia Sindical da Formação Profissional: uma contribuição para a interpretação ontológico-geográfica do mundo do trabalho**. Revisa Pegada, Presidente Prudente, v. 3, n. especial, ago. 2002.
- CASTRO, M. F. de. A pandemia e os entregadores por aplicativo: **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, p. 70-80, 1 fev. 2021.
- CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo Averso - O Modelo Japonês de Trabalho e Organização**, Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.
- Diniz, M. T. M. **Contribuições ao ensino do método hipotético-dedutivo a estudantes de Geografia**. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 19(2), 107–111, 2015.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FAGUNDES, H. S., & de Souza, M. H. de M. **Relações informais de trabalho e o acesso à proteção social**. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(8), 327–343, 2017.
- FIGUEIRA, D.G. **História**. São Paulo: Ática, 2005.
- FRANCO, D. S., & FERRAZ, D. L. da S. **Uberização do trabalho e acumulação capitalista**. *Cadernos EBAPE.BR*, 17 Edição Especial, Rio de Janeiro, nov. 2019. P. 844–856.
- FRANZOI, N. L. **‘Just in case’ e ‘Just in time’ in Trabalho e tecnologia dicionário crítico**. Antonio D. Cattani (org.). Rio Grande do Sul, Vozes e Editora da Universidade, 1997.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, T. M. P. de. **Territorialidade do trabalho informal: a centralidade periférica dos vendedores ambulantes**. In: MARQUES, Léa. (Org.). *Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo*. 1ed.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, v. 1, p. 81-94.
- GONZALES, M. **Industria 4.0: Empresas plataformas, consentimento e resistência**. In: ANTUNES, R. (organizador) *Uberização, trabalho e indústria 4.0*, São Paulo, Boitempo, 2020.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, vol. 4, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O neoliberalismo. História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBSBAWM, E. **Os trabalhadores. Estudos sobre a história do operariado** – 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HUWS, U. **O que mudou foi a divisão do trabalho**. Disponível em:

<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/854-ursula-huws> <Acesso em: 21/12/2023>, 2007.

MASSON, L. P. et al. **“Parceiros” assimétricos: trabalho e saúde de motoristas por aplicativos no Rio de Janeiro**, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2021, v. 26, n. 12, pp. 5915-5924.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição/István Mészáros**; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, T.C. **Novas tecnologias: um admirável mundo novo do trabalho?** *Revista de direitos e garantias fundamentais*, Vitória, n. 11, p. 15-52, jan./jun. 2012.

MOURA, M. P. de. **A quarta revolução industrial e os desafios para a indústria e para o desenvolvimento brasileiro**. Florianópolis, 2018.

PIAIA, V.; MATOS, E.; ALMEIDA, S.; DIENSTBACH, D. e BARBOZA, P. «**Breque dos Apps**»: **Uma Análise Temporal de Comunidades e Influenciadores no Debate Público Online no Twitter**», *Comunicação e sociedade*, 39 | 2021, 57-81.

PIRES, L. A. S., & da SILVA, G. O. T. **A uberização das relações de trabalho**. *Eticencontro de iniciação científica-issn 21-76-8498*, 16, 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2006.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **O retorno do território**. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 Buenos Aires : CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282, jun. 2005.

_____. **O Território e o Saber Local**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, No 2, 1999, p. 15-26.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da geografia à uma geografia crítica**. 6ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2004.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico e informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SCHINESTOCK, C. R. **As condições de trabalho em plataformas digitais sob o prisma do direito ambiental do trabalho**, In: ANTUNES, R. (organizador) *Uberização, trabalho e indústria 4.0*, São Paulo, Boitempo, 2020.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. 2009. 1 CD-ROM. Tese (livre-docente) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009.

TOZI, F. **Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil**. *Geosp – Espaço e Tempo (On-line)*, v. 24, n. 3, p. 487-507, dez. 2020.

_____. **Trabalho precário, espaço precário: as plataformas digitais de transporte e os circuitos da economia urbana no Brasil**. *Ar@cne*, 252, 1-20. 2020b.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**, São Paulo, Expressão Popular, 2005.

APÊNDICE

Roteiro semiestruturado sobre a plataformização do trabalho:

Perguntas baseadas na revisão bibliográfica	Base conceitual
<ul style="list-style-type: none"> - O que te levou a trabalhar como entregador de aplicativo? - Você trabalha em mais de uma plataforma? - Existe alguma rixa entre os entregadores OL e nuvem? 	Globalização
<ul style="list-style-type: none"> - Comparado ao delivery de restaurantes, o processo de fazer compras em mercado é mais rápido? - Como é a dinâmica das entregas? - A plataforma sugere a rota que você segue para realizar a entrega? - Como é realizada as avaliações das entregas? - Você já se sentiu estimulada a trabalhar quando o aplicativo oferece promoção / bonificação? - A plataforma altera as taxas de entrega? 	Meio técnico-científico-informacional
<ul style="list-style-type: none"> - Quais são os melhores pontos da cidade para realizar as entregas? - Você já teve algum problema no local escolhido? - Por que os entregadores não gostam de realizar entregas na zona norte da cidade? 	Espaço percebido
<ul style="list-style-type: none"> - Quais horários você trabalha? - Como funcionam as promoções/ bonificações para os entregadores? - Qual é sua média salarial com as entregas? 	Acumulação flexível/informalidade
<ul style="list-style-type: none"> - Explique sobre o suporte das plataformas para o entregador. - Você já sofreu algum acidente de trabalho? - A plataforma oferece algum auxílio em caso de acidente? 	Plataformização do trabalho
<ul style="list-style-type: none"> - Por que os entregadores não podem entrar no shopping para retirar os pedidos? - Como é o processo de fazer compras no mercado? - Quantos entregadores trabalham na <i>Rappi</i>, em Sorocaba? - A plataforma tem algum sistema de punição? - Qual a percepção dos clientes ao perceber uma conta de carro e realizar a entrega de moto? - A plataforma deu algum auxílio durante a pandemia? - Você já burlou alguma lei de trânsito? 	Resistências

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Como foi o movimento “Breque dos apps” em Sorocaba?- Como funciona o grupo de <i>Whatsapp</i> dos entregadores?- Qual é a sua visão sobre a união dos entregadores?- Explique a diferença nas contas de carro e moto.- Por que você utiliza a conta de carro e faz a entrega de moto?- Qual o seu sonho para o futuro? | |
|---|--|